



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Administração e Gestão Educacional

Relatório Profissional

Ofício: Ser Professora

Do Projeto Educativo ao Sucesso Escolar

Maria Fernanda Lima Fernandes Bica

Orientador:

Professora Doutora Maria Madalena Vaz Pereira de Melo

fevereiro de 2013

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Administração e Gestão Educacional

Relatório Profissional

Título

Ofício: Ser Professora

Do Projeto Educativo ao Sucesso Escolar

Maria Fernanda Lima Fernandes Bica

Orientador:

Professora Doutora Maria Madalena Vaz Pereira de Melo

Agradecimentos

Sem qualquer dúvida,

À Dr.^a Madalena Melo, que não me deixou desistir.

A todos os que ao longo do tempo assistiram ao meu desânimo e não me deixaram desistir e que comigo colaboram diariamente.

Ao Arménio Lança, que já partiu.

Jorge Palma, um obrigada especial pelos dados que pacientemente juntaste sempre que te pedi e te abordei com mais e mais propostas de trabalho.

Ana Castro, Alexandra Gonçalves, Antónia Lança, Cristina Ramos, Luís Figueira, Luís Pinto, Sérgio Rito, Patrícia Justino, Paulo Correia, Paula Fernandes, Paula Pinto, Teresa Duarte, Teresa Revéz, este trabalho foi efetuado também com o vosso contributo. Afinal, somos mesmo uma equipa e não poderia aqui deixar de o salientar e agradecer de forma especial.

Aos assistentes operacionais do agrupamento que receberam de braços abertos as minhas propostas de mudança e nunca desistiram, trabalhando muitas vezes para além do seu horário de trabalho, como elementos de uma equipa em que cada um dá o seu melhor, para a causa que abraçámos, a educação.

Aos que nos serviços administrativos acreditaram em mim e que se juntaram à equipa. A todas as instituições parceiras do agrupamento e sem as quais este trabalho não poderia ser efetuado.

À minha família, Francisco Rodrigues, Filipa Rodrigues e Leonor Rodrigues.

Ofício: Ser Professora. Do Projeto Educativo ao Sucesso Escolar

Resumo

O Despacho n.º 40/2011, de 20 de maio, ponto 3., da Universidade de Évora, prevê a possibilidade de elaboração de um relatório sobre a atividade profissional para aquisição do grau académico de mestre.

Essa foi a minha opção. Este relatório reporta-se aos anos letivos de 2007/2012, correspondentes aos últimos cinco anos de trabalho.

É uma reflexão sobre as medidas desenvolvidas no Agrupamento de Escolas de Alvalade, com vista a melhorar os níveis de sucesso escolar e a importância do projeto educativo para alcançar tal objetivo, apresentando ainda dados sobre o sucesso/insucesso.

Enquanto diretora de um agrupamento de escolas cuja taxa de insucesso à data da tomada de posse rondava os 18%, abracei como objetivo principal, mobilizar toda a comunidade educativa, para reverter essa situação calamitosa. Após várias medidas implementadas, os resultados melhoraram para 5,98%, em 2011/2012. Muito trabalho foi feito e muitos projetos foram adotados.

Palavras- chave: política educativa, projeto educativo, sucesso escolar

Craft: Being a Teacher. From Educational Project to School Success

Abstract

The University Dispatch n. ° 40/2011 of may 20th, paragraph 3., University of Évora, provides for the possibility of drafting a report about my professional activity in order to acquire a master's degree. That was my choice. This report refers to the work that I have been developing in the last academic years of 2007/2012. It is a reflection on action in the Alvalade Group of Schools, about the measures that were implemented to improve levels of educational attainment and educational importance of the project to achieve this goal, presenting, nevertheless, data on the success/failure.

When I became director of a group of schools, which failure rate at the date of inauguration was around 18%, I decided to delineate as my main goal, to mobilize the entire educational community, to reverse this calamitous situation. After several measures implemented, the students' failure decreased up to 5,98% in 2011/2012. Much work has been done and many projects were adopted.

Key Words: educational politic, educational project, school success.

Índice

INTRODUÇÃO – DO PROJETO EDUCATIVO AO SUCESSO ESCOLAR.....	1
CAP.1. O PROJETO EDUCATIVO	7
1.1. INTRODUÇÃO/ENQUADRAMENTO	7
1.2 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL (O AGRUPAMENTO E AS BASES DO PROJETO EDUCATIVO)	12
1.3 O PROJETO EDUCATIVO E A POLÍTICA DA ESCOLA	17
CAP. 2. O SUCESSO ESCOLAR.....	23
2.1. INTRODUÇÃO/ENQUADRAMENTO	23
2.2. A (S) PROBLEMÁTICA (S) DO SUCESSO ESCOLAR	35
2.3 ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O SUCESSO ESCOLAR	40
AValiação da intervenção.....	71
CONCLUSÕES GERAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXO 1- PORTEFÓLIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE	86

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos alunos por ciclo/escola	15
Tabela 2. Distribuição dos professores pelo agrupamento.....	16
Tabela 3. Distribuição do pessoal não docente pelo agrupamento	16
Tabela 4. Características das Escolas Eficazes	41

Índice de Ilustrações

Ilustração 1. Características das Escolas Bem Sucedidas	20
Ilustração 2. Modelo Fénix.....	46

Introdução – Do Projeto Educativo ao Sucesso Escolar

Atrevo-me a dizer: na escola, já fui tudo! Aluna, professora, coordenadora de departamento, diretora de turma, coordenadora do recorrente e cursos EFA, coordenadora da biblioteca e de materiais, vice-presidente do conselho diretivo, presidente e vice-presidente do conselho administrativo, presidente de uma comissão instaladora, presidente de um conselho diretivo e agora, diretora de um agrupamento de escolas. Afinal, 23 anos é muito tempo. Muita experiência se acumula. Muitas vivências!

As escolas onde trabalhei ao longo de tantos anos, foram sempre em meio rural, pelo que estou limitada nas minhas comparações/reflexões e experiências profissionais, às características das escolas. Sei no entanto que as realidades meio rural, meio citadino são diferentes, pois os alunos do meio rural são menos indisciplinados, mas mais rudes no seu trato. A educação destes alunos tem ainda uma forte componente tradicional de ruralidade e convívio com os mais velhos, também mais tradicionalistas. Muitos destes jovens vivem em montes, meio familiar este que quase sempre inclui os avós. Esta realidade transporta-nos para vivências diferentes das cidades. Os alunos beneficiam de transporte escolar de manhã e depois ao fim do dia, sendo por isso obrigados, a permanecer na escola todo o dia, logo, a relação afetiva que se estabelece com assistentes operacionais, com docentes e com o grupo de amigos, é forte e muito valorizada.

O insucesso e o abandono escolares em Portugal, são os fatores mais negativos do nosso sistema educativo. É uma situação insustentável, que custa milhares de euros ao erário público, a todos nós, e em nada contribui para melhorar o nosso sistema educativo. Combater este flagelo tem que ser efetuado promovendo a melhoria da qualidade do ensino ministrado, o que pressupõe que as aprendizagens dos alunos também melhoraram (Matos, 2012).

Em sinergia com as políticas centrais, preocupam-me na educação dois aspetos fundamentais, a saber, os níveis de insucesso escolar e os comportamentos disruptivos dos alunos. Sei também que se torna difícil dissociá-los. Estes aspetos têm originado nas escolas imensas reflexões, mas, tábua rasa, não há receitas.

A escola é um suporte indispensável para os pais, que encontram nela um tipo de apoio para as suas vidas quotidianas, que não possuem em mais nenhuma estrutura social, nomeadamente na família (Stoer, 2005). O nível socioeconómico das famílias tem sido apontado na literatura como um preditor de peso de envolvimento parental na escola. Atendendo a que os alunos provenientes de famílias mais pobres apresentam mais insucesso escolar, a ausência destas famílias relativamente à escola, é um fator que perpetua as desigualdades sociais (Pereira, 2003).

A escola tornou-se praticamente a única instituição por onde todos os indivíduos passam e onde têm contacto com todos os outros grupos sociais e culturais. A mudança de uma escola de elites, para uma escola de massas, alterou o seu estatuto e o dos docentes. Apesar das mudanças profundas introduzidas por esta massificação, muitos aspetos fundamentais do nosso sistema educativo, não acompanharam essa mudança. Os modelos organizacionais de gestão e hierarquização interna, a formação administrativa de turmas, a elaboração dos projetos educativos, que carecem de avaliação, a forma como se ensinam os alunos com dificuldades de aprendizagem, a forma como a escola se integra na comunidade local e a ainda a forma de transmissão de conhecimentos por parte dos docentes permaneceu inalterado (Sebastião, 2003).

Os modelos que comparam a escola enquanto organização, a empresas, revelam-se inadequados às funções que se pretendem reconhecer nas escolas. As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como uma qualquer fábrica ou oficina, pois a educação não permite a simplificação do humano, que a cultura da

racionalidade empresarial sempre transporta. Os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda a sua complexidade técnica, científica e humana (Nóvoa, 1995).

A Nossa Conceção de Escola leva-nos a afirmar que têm de existir linhas orientadoras comuns, com prioridade para com o desenvolvimento pessoal e social de todos os alunos que a frequentam e com uma efetiva implementação do princípio da igualdade de oportunidades para o sucesso escolar. É neste sentido que a Escola se deve constituir: como um espaço e um meio potenciador de mudança e de democratização cultural e social. Nesta perspetiva não poderemos deixar de ter em conta a dimensão emancipatória das práticas educativas favoráveis à plena participação na vida coletiva e ao reforço de novas formulações e vivências de cidadania. Esta valorização da dimensão humana e social da escola, foram a razão pela qual aceitei integrar o Núcleo Executivo da Rede Social de Santiago do Cacém, a CPCJ de Santiago do Cacém e ainda contribuir ativamente para a instalação em Alvalade Sado, da Comissão Social de Freguesia, de cujo Núcleo Executivo faço parte, bem como a criação da Loja Social.

Com a massificação do ensino, a escola deixou de ser encarada como um direito, uma garantia de ascensão social e económica e passou a ser encarada por muitos alunos como um dever, uma imposição, contribuindo para as situações de desinteresse e de indisciplina que ocorrem nas nossas escolas. As enormes transformações operadas na nossa sociedade nas últimas décadas, têm deixado as suas marcas. Mais do que nunca, a educação em Portugal é tema da ordem do dia, servindo de capa e notícia a vários jornais e dando o mote para variados debates televisivos. As tensões sociais quotidianas têm reflexo na vida da escola, pois nela encontramos as marcas do nosso tempo, da nossa própria sociedade. Desde que Portugal integrou a União Europeia, a educação surge numa perspetiva de significativo atraso em relação aos restantes países da comunidade. Desde então nenhum executivo foi eleito sem

prometer revolucionar e modernizar a educação. Nas Ciências da Educação ganham importância os estudos sobre uma meso-abordagem dos fenómenos educativos, e conhecendo o nível organizacional de escola, descentrando-se das abordagens clássicas polarizadas entre a micro e macro abordagem (professor-sala de aula e políticas educativas nacionais – ministério, respetivamente) para o nível de estabelecimento. Para alcançar esta meta, é fundamental atuar simultaneamente em duas frentes. Em primeiro lugar, é necessário prevenir o insucesso escolar, invertendo a tendência para a acumulação de retenções. Em segundo lugar, é essencial proporcionar uma alternativa para que os estudantes não abandonem o sistema educativo ou, eventualmente, para que regressem à escola.

Que fazer num pequeno Agrupamento de Escolas em pleno Alentejo, para reverter o insucesso escolar crónico que afeta as famílias mais pobres? Diz-nos a experiência que dar um apoio mais personalizado aos alunos, articular estratégias na sala de aula e monitorizar, com o corpo docente, os resultados escolares, é uma estratégia que tem resultado. O recurso a indicadores de desempenho como mecanismo de avaliação e autoavaliação das instituições decorre da certeza de que eles fornecem dados de informação de base que permitem a produção de conhecimento útil, descrevendo de uma forma simples uma determinada realidade, denunciando de forma subtil determinados traços permanentes de uma situação, e orientando a necessária pesquisa subsequente (Clímaco, 1991).

Fazemos de cada aluno, um caso particular. Analisamos os resultados escolares e cruzamos esses dados com as faltas às aulas. Para tal, recorremos a um sistema informático de uma empresa portuguesa, cuja atividade principal é produzir *software* nas áreas de administração e gestão para as escolas. Com os dados do GIAE¹, monitorizamos a situação do aluno a nível escolar, nomeadamente se tirou senha para almoço e almoça efetivamente, ou falta à refeição, o que implica alteração na relação de confiança que existe entre o diretor de

¹ Gestão Integrada de Administração Escolar

turma e o aluno, se está a faltar de forma intercalada e permanece no recinto escolar, bem como o dinheiro que gasta diariamente na sua alimentação. Reincidir em tais comportamentos, implica perder o direito de acesso ao GIAE e ainda ao suplemento alimentar, sendo disso dado conhecimento ao encarregado de educação. Tentamos implementar um sistema de responsabilização pessoal.

As grandes áreas para a caracterização organizacional das escolas são três e é nesse pressuposto, que trabalhamos, de forma a não descurar nenhuma delas. A nível da estrutura física das escolas, preocupamo-nos com os recursos materiais, organização de espaços, e manutenção. Em termos administrativos, fazemos uma gestão de proximidade, privilegiando a direção, controlo, tomada de decisão, pessoal docente, e a relação com outras entidades. Em termos de estrutura social da escola analisamos a relação entre professores, alunos, funcionários, a cultura organizacional, o clima da escola e participação dos pais.

O primeiro volume deste trabalho, tem vários capítulos, que passo a descrever de forma sucinta; no primeiro capítulo abordo a temática do projeto educativo e sua importância nas escolas portuguesas, desde a génese do projeto educativo, e da prática educativa no Agrupamento de Alvalade. Num segundo capítulo, aborda-se de forma concisa, as questões do sucesso educativo e as medidas políticas tendentes a tal. Começa-se por explicitar as problemáticas do sucesso educativo, referindo a importância do clima de escola e das estratégias portuguesas para garantir o sucesso escolar dos alunos. Neste capítulo falamos ainda dos alunos diferentes e das medidas e projetos a que temos aderido, para melhorar os resultados escolares. De seguida, apresento a avaliação das medidas que refletem os resultados obtidos ao longo do período a que se reporta este relatório e por fim, as conclusões gerais, onde se aborda a importância das medidas e algumas reflexões pertinentes. Apresento ainda as referências bibliográficas e os anexos que serviram de suporte aos dados referidos nesta explanação. O anexo apresentado neste trabalho e que serve de suporte à vida do

agrupamento é um documento que nos ajuda a conhecer o nosso lugar enquanto escola. O anexo 1, denominado portefólio, congrega todo um conjunto de dados estatísticos, que nos permitem utilizá-lo como base de trabalho para qualquer tipo de análise mais objetiva. Acompanha este relatório, um segundo volume, que é o meu currículo profissional e respetivos comprovativos.

Como fontes, recorreremos ao relatório de autoavaliação, ao projeto educativo do agrupamento, ao regulamento interno e a um trabalho de investigação que estou a realizar na Universidade de Évora, sobre *bullying*. Esse trabalho é um estudo que pretende conhecer em mais profundidade a situação dos comportamentos dos alunos, no concelho de Santiago do Cacém.

Cap.1. O Projeto Educativo

1.1. Introdução/Enquadramento

De entre todas as organizações que estruturam a nossa sociedade, a organização escola é uma das mais relevantes, já que de alguma maneira irá ter influência sobre as outras. Tem um papel muito importante no seio da sociedade, pois é suposto dar resposta às necessidades e expectativas da sociedade, formando os jovens. Para tal, a avaliação dos alunos assume-se como um vértice fundamental². O estatuto do aluno, é ainda o segundo suporte legislativo da construção da escola como organização vocacionada para o ensino e educação³.

Numa dinâmica de inclusão e participação, defendemos uma escola que aceite a diversidade cultural e social, capaz de integrar a unidade e o pluralismo, reconhecendo as diferenças e fazer com que elas sejam origem de inovação e enriquecimentos recíprocos. Esta ideia de interação como algo que preencherá a relação humana é assumida como essencial para a criação de um melhor ambiente para a aprendizagem e para o desenvolvimento das relações interpessoais. Neste contexto, entendemos que o projeto educativo do agrupamento de escolas de Alvalade do Sado constitui uma referência para **“Mobilizar o Presente, Valorizando o Passado para se Investir no Futuro”**, proporcionando um enquadramento e um sentido para as ações individuais.

A primeira vez que se fala de projeto educativo, é no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro refere que “Cada escola particular pode ter um projeto educativo próprio, desde que proporcione, em cada nível de ensino, uma formação global de valor equivalente à dos correspondentes níveis de ensino a cargo do

² Despacho normativo n.º24-A/2012 de 6 de dezembro

³ Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro

Estado.” (artigo 33.º, 1). A origem dos projetos educativos de escola deve ser analisada a partir de diversos fatores, de entre os quais podemos delimitar os pedagógicos, políticos e económicos (Costa, 1991). Surge quando se reconhece que a qualidade da formação escolar, implica envolver as escolas e os agentes educativos, na delimitação das ações adequadas à população a que se destinam. Representa uma rutura com a normalização e é uma referência para a organização do presente e do futuro. Aponta para as políticas educativas da instituição, no sentido da mudança, implica processos de negociação e promove a participação na expressão dessas opções (Leite&Fátima, 2000). A existência atual de projeto educativo, projeto curricular de agrupamento e projeto curricular de escola, está associada ao reconhecimento da escola e dos professores, de competências que se afastam do mero cumprimento do currículo nacional. A escola deixou de ser um veículo de transmissão de saber, definidos de forma homogénea, e passou a ser uma organização local, integrada no meio, capaz de mobilizar os recursos locais, adequando-se a esses contextos, para proporcionar uma formação com sentido para todos os alunos, afastando-se de uma construção curricular “à prova das escolas e dos professores” (Leite&Fátima, 2000, p.2). No entanto, a autonomia dos estabelecimentos de ensino constituiu uma iniciativa do Estado e não uma conquista da generalidade das escolas; é uma autonomia por Decreto. «De um modo geral, pode dizer-se que essa alteração vai no sentido de transferir poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão...» (Barroso, 1996, p.172).

A escola construída com base nestes projetos, tem como finalidade, antecipar a visão do caminho, de prevenção de situações, projeto enquanto intenção e ação (Leite&Fátima, 2000).

A Lei de Bases do Sistema Educativo⁴ (LBSE), deu aos intervenientes no processo educativo, alunos, professores e famílias, um novo papel a nível de participação na educação e gestão das escolas, no sentido de “ (...) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.” (artigo 3.º, g) e “ (...) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.”, (artigo 3.º, l). A Lei de Base do Sistema Educativo permitiu “equipar” as escolas com um conjunto de normativos feitos à sua medida, internos.

Todas as escolas têm projeto educativo, sendo o mesmo do ponto de vista organizacional e administrativo, como um instrumento de planificação que procura contribuir para que a instituição escolar alcance, com eficácia, os objetivos a que se propôs enquanto organização (Costa, 1991). Em Portugal, o projeto educativo consagrou-se no Decreto-lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro sobre o Regime Jurídico da Autonomia da Escola. Surge como um instrumento, de reorganização do sistema e da administração educativa, e ainda de concretização e desenvolvimento da autonomia das escolas.

O Decreto-lei n.º 172/91, de 10 de maio, introduziu inovações significativas na estrutura orgânica das escolas, reforçando o princípio de que o exercício da autonomia e a afirmação da diversidade de cada estabelecimento de ensino se define e consolida através do seu projeto educativo.

⁴ Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

Trabalhar numa lógica de coerência que conjugue, simultaneamente, os normativos do poder central com a afirmação crescente dum poder local forte, valorizando a diferenciação resultante da heterogeneidade da população docente e discente, dos agentes educativos e do meio socioeconómico e cultural no qual a escola está inserida, é o trabalho primeiro e principal que o diretor de um agrupamento de escolas tem que assumir. Uma atuação neste sentido pressupõe a definição clara de metas, de objetivos, a racionalização dos recursos disponíveis e a capacidade criativa de gerar respostas adequadas para a resolução de problemas e nenhum decreto, por si só, poderá conduzir à eficácia deste processo. Pelo exposto, as vantagens da participação de todos os atores na consecução da missão da escola, passam pela socialização nos valores da sociedade democrática, da participação e da cidadania; uma melhor atitude face à escola e aos professores; a redução dos problemas disciplinares e o desenvolvimento de atitudes de autorregulação e de disciplina. Consequentemente, a participação dos alunos tenderá sempre a desenvolver uma maior ligação à escola.

O despacho nº 113/ME/93, de 23 de junho, define e esclarece melhor o papel de tal normativo interno “ (...) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.”.

Algum tempo após a publicação do despacho normativo n.º 27/97, de 2 de junho, que estabelece, a título experimental, os agrupamentos de escolas como nova forma de exercício da autonomia, gestão e administração das escolas, surge o Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de

maio, conhecido como regime de autonomia, que propõe uma nova forma de organização dos agrupamentos. A consolidação da gestão democrática concretiza-se com este normativo, sujeitando a administração das escolas a um conjunto de diretrizes de democraticidade e participação de todos, no processo educativo. Até o pessoal não docente, discentes e encarregados de educação, adquirem um estatuto interventivo. A sua revogação dá vida a outro normativo, do programa do XVII Governo Constitucional, (20 de fevereiro de 2005, presidido por José Sócrates) que identificou a necessidade de revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas no sentido do reforço da participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes⁵. O Decreto-lei 137/2012, de 2 de julho, aprovado pelo XIX Governo Constitucional, atualmente em funções, vem reforçar a administração e gestão das escolas como instrumentos essenciais para alcançar o aperfeiçoamento do sistema educativo, reforçando a autonomia e flexibilização organizacional e pedagógica das escolas, nomeadamente através da celebração de contratos de autonomia, reforçando a competência do conselho geral. O conselho pedagógico ganha uma dimensão nova, sendo composto apenas por docentes. Com esta nova visão da escola enquanto espaço organizativo com identidade própria, solicita-se aos docentes muito mais do que a mera participação formal nos órgãos para os quais foram eleitos ou designados. Para além da mudança do modelo de gestão, o Ministério da Educação promoveu ainda uma política de descentralização das suas competências para as autarquias locais, nomeadamente redigindo contratos de autonomia. Tal não acontece no Município de Santiago do Cacém, que por divergências com o Ministério da Educação, ainda não assinou a Carta Educativa.

O novo regime de autonomia e administração das escolas⁶ resultou do acordo entre governo e parceiros sociais, e originou um normativo legal onde a composição e

⁵ Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

⁶ Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho.

competências do conselho pedagógico saíram reforçadas, passando a ter assento neste órgão, apenas docentes. Os coordenadores de departamento passam a ser eleitos pelo departamento e devem ser detentores de formação especializada para o desempenho dessas funções, podendo o agrupamento decidir sobre o número de departamentos que considera necessários. É pedida uma participação ativa, convergente e informal, no sentido duma maior responsabilização pelos quotidianos para cuja construção contribuem com a elaboração do projeto educativo.

Em síntese, o orçamento financeiro, o projeto educativo, o plano de atividades, o regulamento interno, o projeto curricular de escola/agrupamento e o projeto curricular de turma, são os vértices principais na gestão do agrupamento de escolas de Alvalade, em que a autonomia se afirma como expressão da unidade social que é o Agrupamento. Só assim poderemos cumprir a máxima do atual projeto educativo: **“Mobilizar o Presente, Valorizando o Passado para se Investir no Futuro”**.

1.2 Enquadramento Institucional (o agrupamento e as bases do projeto educativo)

O agrupamento de escolas de Alvalade do Sado⁷, constituído em 2000, é composto pela escola básica de Alvalade do Sado, escola sede, para cujas instalações foram deslocados, definitivamente, os alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da escola básica de Alvalade do Sado (polo 1) devido à degradação das suas instalações. Fazem também parte do agrupamento a escola básica e o jardim-de-infância de Ermidas - Sado (polo 2), a escola básica de S. Domingos da Serra e a escola básica de Vale de Água.

O Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril introduziu nas escolas uma nova forma de visão e gestão, com a criação da seguinte estrutura organizativa, a) conselho geral, b) diretor,

⁷ Dados retirados do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Alvalade, 2009/2013.

c) conselho pedagógico, d) conselho administrativo. Criou-se um órgão de direção estratégica onde estão representados pais, professores, alunos e pessoal não docente, autarquias, comunidade local e outras instituições locais, sociais, culturais, desportivas, de solidariedade social. Ao conselho geral compete aprovar as regras de funcionamento do agrupamento e eleger o diretor. Este é um órgão unipessoal que é coadjuvado nas suas funções por um subdiretor e adjuntos da direção. Enquanto presidente do conselho pedagógico e do conselho administrativo, o diretor tem que gerir administrativamente, financeiramente e pedagogicamente, o agrupamento para o qual concorreu e foi eleito pelo conselho geral, que o pode destituir de forma justificada. A autonomia aqui decretada, assenta no modelo em que o conselho geral traça as linhas orientadoras, o diretor executa e verifica os procedimentos, contando para tal com o conselho pedagógico, onde tem assento do coordenadores de departamento por si designados ou eleitos de entre os docentes por si indicados, bem como o coordenador dos diretores de turma, cargo pedagógico muito importante que representa os diretores de turma, que por sua vez, interagem diretamente com as famílias. O projeto educativo, o regulamento interno e os planos de atividades anual e plurianual, bem como o orçamento, são os instrumentos que a unidade orgânica dispõe para exercer a sua autonomia. Para prestação de contas, recorre-se ao relatório anual de atividades, conta de gerência e relatório de autoavaliação. É também previsível, a realização de contratos de autonomia, celebrados na sequência da autoavaliação e avaliação externa.

Na qualidade de diretora, compete-me: definir o regime de funcionamento do agrupamento, elaborar o projeto de orçamento de acordo com as linhas definidas pelo conselho geral, superintender a constituição de turmas e elaboração de horários, distribuir serviço docente e não docente, designar os coordenadores de departamento e diretores de turma, dirigir a ação social escolar, gerir instalações, espaços e equipamentos, estabelecer protocolos e acordos de cooperação, selecionar e recrutar docentes nos termos da lei, dirigir

serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógico, representar a escola, exercer o poder hierárquico e o disciplinar, avaliar docente e não docentes, podendo delegar no subdiretor e adjunto, todas as competências à exceção da avaliação de docentes, de acordo com o decreto - lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

O agrupamento de escolas de Alvalade do Sado é constituído por seis estabelecimentos de ensino que se encontram localizados freguesias de Alvalade, Ermidas, São Domingos e Vale de Água. A freguesia de Alvalade tem uma população de 2315 habitantes e 14,3 habitantes por km². Segundo a tipologia de áreas urbanas esta freguesia está descrita como área medianamente urbana. As atividades económicas principais são agricultura, silvicultura, pecuária, caça, comércio, serviços, turismo.

Ermidas tem uma escola básica, jardim-de-infância. Tem 2206 habitantes e 26,8 habitantes por km². Localizada a cerca de 29 km da sede de concelho, Ermidas-Sado é a mais jovem vila do município de Santiago do Cacém, criada no ano de 2001. Da freguesia fazem parte: Ermidas-Aldeia, Faleiros e Vale da Eira. De acordo com a tipologia de áreas urbanas está descrita como área predominante rural.

A escola básica de S. Domingos da Serra e jardim-de-infância, dá vida à pequena aldeia de 1024 habitantes, com 7,9 habitantes por km². De acordo com a tipologia de áreas urbanas está descrita como área predominantemente rural.

A escola básica de Vale de Água e jardim-de-infância, existem numa pequena aldeia de 758 habitantes, com 10 habitantes por km². De acordo com a tipologia de áreas urbanas está descrita como área predominantemente rural.

O contexto em que se insere o agrupamento de escolas de Alvalade do Sado caracteriza-se por um acentuado envelhecimento da população, sendo o setor primário predominante e o emprego escasso.

A população escolar, num total de 443 alunos, abrange 90 do pré-escolar, 353 do ensino básico, dos quais 15 integram a modalidade PIEF. Cerca de 49% dos alunos beneficiam de Ação Social Escolar. Destes alunos, 57% estão abrangidos pelo escalão A e 43% inserem-se no escalão B. Cerca de 48% dos alunos não possui computador e apenas 36% dispõem de equipamento informático, com ligação à Internet.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos alunos por escola e ciclo de ensino que frequentam.

Tabela 1. Distribuição dos alunos por ciclo/escola, 2011-2012

Escolas/JI	Nº de Alunos	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Escola Básica de Alvalade do Sado		36	70	66	110
Escola Básica de Ermidas-Sado		-	70	-	-
Jardim de Infância de Ermidas-Sado		30	-	-	-
Escola Básica de S. Domingos da Serra		13	21	-	-
Escola Básica de Vale de Água		11	16	-	-
Total		90	177	66	110
Total geral			443		

No seio desta comunidade de alunos, 20 beneficiam de apoio ao abrigo do Decreto-lei n.º 3/2008 de 03 de janeiro, sendo denominados nas escolas, alunos de ensino especial. Nos últimos anos letivos, verificou-se um diagnóstico precoce destes casos, em virtude de a direção sensibilizar os docentes para essa necessidade. A maior parte dos casos era detetado no 2º ciclo. Agora, passámos a intervir mais logo ao nível do 1º ciclo. Relativamente à Ação Social Escolar, temos cerca de 49% dos alunos abrangidos, sendo que desses, 57% corresponde a escalão A.

Para além deste apoio, ainda facultamos suplemento alimentar a 20 alunos, o que equivale a dizer que tomam o pequeno-almoço na escola, almoçam e lancham. Relativamente

a esta situação, a direção optou por constituir prioridade da escola, garantir uma alimentação digna para todos. Esta nossa prática implementada em 2009, foi agora validada pela Assembleia da República, através da Resolução n.º 56/2012 e da Resolução n.º 57/2012, de 27 de abril. Temos ainda 6 alunos que tomam banho na escola, em virtude de os seus encarregados de educação descurem a sua higiene.

A tabela 2 apresenta o número de docentes do agrupamento e as escolas onde leccionam.

Tabela 2. Distribuição dos professores pelo agrupamento

Escolas/JI/	Nº de Docentes	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º/3º Ciclos
Escola Básica de Alvalade do Sado		2	4	40
Escola Básica de Ermidas-Sado		-	4	-
Jardim de Infância de Ermidas-Sado		2	-	-
Escola Básica de S. Domingos da Serra		1	1	-
Escola Básica de Vale de Água		1	1	-
Total			56	

A tabela 3 apresenta os dados do pessoal não docente em funções no agrupamento, distribuídos por escola

Tabela 3. Distribuição do pessoal não docente pelo agrupamento

Escolas/JI/	Nº de Não Docentes	Assistentes Operacionais	Assistentes Administrativos
Escola Básica de Alvalade do Sado		32	9
Escola Básica de Ermidas-Sado		6	-
Escola Básica de S. Domingos da Serra		3	-
Escola Básica de Vale de Água		2	-
Total		52	

Fazem parte da comunidade educativa, cerca de 385 encarregados de educação. No que se refere à formação académica dos pais/mães, 17% concluíram o 1º Ciclo, 25%, o 2º Ciclo, 15% o 3º Ciclo, 9% o Ensino Secundário e 4% Licenciatura. As profissões que exercem são muito variadas, distribuídas pelas seguintes categorias: “Trabalhadores não Qualificados da Agricultura e Pescas” (8%), “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Industrias Extrativas e da Construção Civil” (10%) e “Pessoal dos Serviços Diretos e Particulares, de Proteção e Segurança” (12%). De salientar que 33% dos pais/mães não se enquadram nas profissões tipificadas.

1.3 O Projeto Educativo e a Política da Escola

A educação está a mudar e os últimos dois anos letivos foram anos de grandes mudanças.⁸ As atuais orientações da política educativa, nomeadamente o reconhecimento do direito à liberdade de escolha do projeto educativo e da escola, justificam alguns ajustes efetuados pelo Ministério da Educação e Ciência e que se devem conhecer de forma exaustiva⁹. Este normativo regulamenta um aspeto básico das escolas, que é o seu funcionamento organizativo, nomeadamente a forma como se organizam as turmas e como se pode efetuar a matrícula dos alunos. As mudanças principais relacionam-se com o número de alunos por turma, 26 no mínimo e 30 no máximo, do 5º ao 12º ano de escolaridade. Estes valores obrigam a escola a rever o projeto educativo. Importa refletir sobre o peso que este normativo atribuiu ao projeto educativo, pois assenta a sua autonomia e capacidade de

⁸ Face às rápidas alterações legislativas a que vimos assistindo, a legislação referida neste trabalho é a que entrou em vigor até 31 de dezembro de 2012.

⁹ Despacho n.º 5106-A/2012 de 12 de abril.

adaptação, àquilo que o conselho pedagógico quiser implementar como prática de sucesso no respetivo estabelecimento de ensino.

Enquanto ferramenta promotora da qualidade e da eficácia da ação educativa, deve ser avaliado num processo que se constitui não só como um meio de análise e de reflexão sobre a organização dessa estrutura educativa, como também num veículo de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados e de constante aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade. O principal eixo do nosso projeto educativo, é reduzir o insucesso escolar, valor que consideramos muito elevado e que em nada contribui para o bem-estar da instituição. Numa lógica de escola vista como organização, não posso continuar a permitir que o insucesso esteja próximo dos 20%. Por essa razão e após uma avaliação externa, desde que tomei posse como diretora, em junho de 2009, mudei a estratégia e todos, liderados por mim, começamos a caminhar no sentido de um projeto educativo abrangente e que organizámos em sete metas essenciais.

As escolas, para serem eficazes, precisam ter uma visão, compreendendo de forma grupal os seus objetivos e expectativas; ter uma liderança forte, um grupo de pessoas que apoiam a comunidade educativa a consolidar a sua visão; possuir elevados padrões académicos, conhecendo exatamente o que os alunos precisam de saber e ser capazes de fazer; possuir competências socioeconómicas, ajudando todos os que integram esse agrupamento a desenvolverem atitudes de solidariedade e participação; desenvolver parcerias entre a escola, família e comunidade, motivando todos a participar de forma ativa; valorizar o desenvolvimento profissional para os que lá trabalham, implementado um plano de formação atualizado e para todos; e por fim avaliar e acompanhar o desempenho do agrupamento (Benson, 2000).

A conjugação do Despacho n.º 5106-A/2012, de 12 de abril, com o Despacho normativo n.º13-A/2012, de 05 de junho e o Decreto-lei n.º 137/2012, de 02 de julho,

permitem implementar muitas medidas para o caminho do sucesso escolar, nomeadamente, reforçando o poder de decisão nas escolas, exigindo uma cultura de rigor e excelência, dando às escolas mais instrumentos para acompanhar os alunos, podendo mesmo criar grupos de nível¹⁰. A partir de agora, as escolas são responsáveis por gerir os seus recursos, horários dos professores e alunos, gerir o currículo e cargas letivas e ainda definir as suas metodologias de ensino e tudo isto, para atingir o sucesso escolar dos alunos. As escolas do ensino básico podem facultar componentes curriculares complementares e definir a sua carga letiva, desde que isso se enquadre no seu projeto educativo. O currículo passa a ser passível de adaptações em função das características dos alunos e do estabelecimento de ensino, pois para cumprir a escolaridade obrigatória e combater a exclusão, é possível conceber, propor e gerir, medidas de diversificação curricular, desenvolver, através dos serviços de psicologia e orientação, ações de orientação escolar e profissional, podendo ainda através da ação social escolar, implementar medidas para apoiar os alunos mais carenciados. De tudo isto, ressalta a importância da valorização da língua e cultura portuguesas e da matemática, para promover um ensino de qualidade, o que também já aprovámos em conselho pedagógico, em julho de 2012, para implementar no ano letivo 2012/13, nomeadamente o reforço dos tempos letivos nestas áreas curriculares disciplinares e a coadjuvação.

Em Portugal, à semelhança de outros países, torna-se necessário que as escolas se envolvam em esforços de melhoria, para diminuir o insucesso e abandono escolares. Sabermos claramente o que a escola quer, cada um saber qual o seu papel, e todos conhecermos a forma para melhorar a aprendizagem de todos os alunos, são as premissas essenciais de uma escola de sucesso. A equidade, diversidade, justiça e inclusão centralmente, relacionam-se com as competências socioeconómicas, elevados padrões académicos, liderança, visão, monitorização constante, desenvolvimento profissional e parcerias com a

¹⁰ Denominados grupos de homogeneidade relativa, em disciplinas estruturantes.

família/escola/comunidade, sendo consideradas características indispensáveis à construção de uma escola bem sucedida (Benson 2000, p.9) e que abaixo se apresenta de forma esquemática.



Ilustração 1. Caraterísticas das Escolas Bem Sucedidas, (Benson, 2000, p.9).

Na sequência da implementação do projeto educativo, o lema “No Caminho do Sucesso” marcou o rumo do Agrupamento, desdobrando-se nas seguintes metas:

Reduzir o Abandono Escolar: Manutenção da taxa de abandono escolar em um ponto percentual;

Aumentar o Sucesso Escolar: Redução do diferencial entre a Avaliação Externa e Interna a uma margem nunca superior a 5%, no Ensino Básico; Aumento da taxa de conclusão do Ensino Básico para 80%; Obtenção da taxa anual de assiduidade dos professores igual ou superior a 90%; Diminuição da taxa de absentismo dos alunos para um valor <5%; Percentagem da taxa de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais em 90%; Atingir ou superar as metas de sucesso estabelecidas, por ano de escolaridade, para o Agrupamento; Aumento em 1% da taxa de inclusão de alunos no quadro de valor e excelência;

Garantir a eficácia dos Processos de Organização e Gestão com base numa monitorização sistemática: Avaliação global e sistematizada de todas as práticas pedagógicas, de complemento curricular, bem como de órgãos e serviços; Manutenção do trabalho realizado pela uma Equipa de Avaliação Interna;

Fomentar a Educação para a Cidadania, valorizando o Património Ambiental e Cultural: Realização de uma reunião por período entre a Diretora do Agrupamento e Delegados e Subdelegados de turma; Apresentação das conclusões destas reuniões ao Conselho Pedagógico, pelo representante dos alunos; Realização de pelo menos uma atividade (Campanhas, Concursos, Exposições...) na área da educação para a cidadania, por ano letivo; Realização anual de pelo menos duas iniciativas que promovam práticas de colaboração, solidariedade e voluntariado;

Promover a Saúde, o Desporto e a Cultura: Organização, em parceria com outras entidades de referência, de pelo menos três atividades que visem a aprendizagem de certos comportamentos socialmente relevantes e a aquisição de atitudes e valores positivos e responsáveis; Organização, em parceria com entidades específicas e respetivos técnicos, de campanhas de sensibilização e de prevenção da dependência;

Intensificar e diversificar a participação de pais e Encarregados de Educação na vida da Escola: Realização, no início de cada ano escolar, de uma reunião entre a Diretora e os Pais e Encarregados de Educação; Registo anual das diligências efetuadas (reuniões, contactos telefónicos, ofícios ...) para promover a participação ativa dos Pais/Encarregados de Educação;

Melhorar as instalações e equipamentos: Realização de um inquérito para avaliar o impacto das obras na melhoria das práticas pedagógicas; Avaliação da qualidade dos equipamentos e recursos educativos e sua implicação num ensino de qualidade.

Cap. 2. O Sucesso Escolar

2.1. Introdução/Enquadramento

A escola como organização tem um papel muito importante no seio da sociedade, tentando dar resposta às necessidades e expectativas da sociedade, e formando os jovens como seres autónomos. «As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos atores educativos internos e externos.» (Nóvoa, 1995, p. 16). Como organização, a escola está longe de ser um modelo de virtudes, podendo mesmo funcionar como pouco eficaz¹¹ e eficiente¹² para dar resposta aos problemas disciplinares. Surge como um prolongamento da família, tendo ainda como função alargar e complementar o papel educativo da família «...através de processos organizativos que conferiram ao Estado, maior controlo sobre a educação da geração jovem» (Lima, 1992, p.35). Formosinho refere que a escola como organização está na base da definição da escola de interesse público, apresentando-a ainda com quatro características, a saber, sistematicidade, sequencialidade, contacto pessoal direto e contacto prolongado, que permite a sua distinção em relação a outras atividades educativas (citado por Lima, 1992).

A escola globalmente considerada «como uma organização com identidade própria, dotada de autonomia relativa face ao Estado e às demais estruturas e instituições sociais, espaço de ação e interação onde se configura a sua diferença e produzem distintos processos e resultados na educação dos alunos» (Sarmiento, 2000, p.92), é a escola que se perfila com o que vigora e que conhecemos como realidade e local de trabalho. Pode ser um serviço periférico do Estado, em que o poder pertence ao Estado e as contas são prestadas a este. É um serviço chefiado por órgãos locais, cuja hierarquia depende diretamente, dos serviços

¹¹ Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e atingidos os resultados planeados.

¹² Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

centrais do Ministério da Educação. Nesta perspectiva, a comunidade escolar tem uma dimensão restrita aos elementos da organização escola, apresentando-se como uma instituição sem autonomia, que se rege por despachos, despachos normativos, circulares e instruções diretas. A escola pode ser vista ainda como comunidade educativa, onde pais e alunos também participam sendo, portanto, uma comunidade aberta a todos os interessados (Formosinho, 1989). Suporta a sua organização e funcionamento em sistemas formais de relação interpessoal, reguladoras de estatutos e papéis diferenciados e de processos de transmissão de saberes (Santiago, 1987). Surge como um prolongamento da família, tendo ainda como função alargar e complementar o papel educativo da família «...através de processos organizativos que conferiram ao Estado, maior controlo sobre a educação da geração jovem» (Lima, 1992, p.35). É uma organização onde o fator humano é determinante, dado que ela é das mais importantes organizações e que irá influenciar todas as outras. As organizações, e designadamente a escola, são unidades socialmente construídas. A escola como organização é um sistema vasto de comportamentos, onde se interligam muitas pessoas. Na abordagem da escola como organização, concordamos com Lima (1992), quando refere que a escola é uma organização e que tal não merece contestação.

Partindo destes pressupostos, importa compreender de que forma o clima de escola surge como um elemento essencial ao seu funcionamento. O Clima Organizacional da Escola pode ser analisado em duas vertentes, a saber, clima aberto e clima fechado. O clima aberto refere-se a um ambiente de trabalho participativo e o clima fechado, a um ambiente de trabalho autoritário. O conceito de clima é passível de três análises diferentes (Brunet, 1992) a saber, 1ª, Medida múltipla dos atributos organizacionais, em que o clima é considerado em função da natureza objetiva dos atributos que compõem uma organização; 2ª, Medida percetiva dos atributos individuais, em que o clima é considerado em função das necessidades de cada indivíduo; 3ª, Medida percetiva dos atributos organizacionais, em que se considera o clima

como uma série de atributos que são perceptíveis do ponto de vista da organização. De acordo com Brookover (1978), o clima da escola possui três fatores muito importantes: percepção e expectativas que os estudantes têm do sucesso do sistema; desempenho dos professores; expectativas do diretor em relação à comunidade que dirige. Podemos afirmar que o clima organizacional tem um papel muito importante no bom desempenho das funções do pessoal da escola, porque a motivação está muito relacionada com as condições ambientais. O clima da organização influencia fortemente o rendimento e satisfação dos seus membros. As principais características do clima são aferidas pelo tipo de relações interpessoais, coesão do grupo de trabalho, grau de implicação na tarefa e apoio recebido. As organizações que têm melhor funcionamento são as que possuem um clima de participação elevado, que é o que se pretende implementar nas escolas, nomeadamente através da participação da Associação de Pais e Autarquia.

O Clima de Escola é o resultado obtido da conjugação de fatores como o tipo de programa, processos utilizados e condições ambientais, sendo muito importante no que se refere ao melhoramento das funções e à formação dos elementos da comunidade escolar. Estes fatores tornam-se eficazes quando os elementos da escola sabem que vão poder utilizar os novos conhecimentos adquiridos. O clima de escola não é o único fator que garante o sucesso. Este é garantido pela escola e também pela família. A família tem um peso muito importante na relação educativa. Quando a família falha, as instituições sociais, têm que assumir a sua responsabilidade. No entanto, a unidade de intervenção social, tem como ponto essencial, essa mesma família (Carvalhosa, 2009).

Um sistema educativo eficaz deve partir das características dos seus elementos e caminhar na direção da excelência. É da responsabilidade da escola promover um contexto escolar vocacionado para o sucesso escolar. Vários programas de intervenção têm implementado estratégias, nomeadamente através do reforço de interação com as famílias dos

alunos e também alterar práticas de sala de aula, permitindo a promoção e desenvolvimento do conhecimento e competências e estabelecendo objetivos reais em relação aos programas e dimensão das turmas (Benson, 2000).

Todos os governos das últimas décadas, tentaram inverter o caminho do insucesso e do abandono escolar, o que se pode ver através das medidas e legislação implementadas. De que falamos, quando falamos de sucesso escolar? falamos de aquisições que pretendemos que os alunos façam ao longo do percurso escolar. Aquisições em termos de conhecimentos, e de desenvolvimento de capacidades, cognitivas, afetivas, motoras. Todos os alunos aprendem, ainda que com ritmos diferentes, ainda que com percursos diferentes. Aprendemos todos de modo ativo, significativo e com base em interesses.

Temos um sistema educativo pautado por contradições de difícil entendimento. Como conciliar escolaridade obrigatória, inclusiva e socializadora, versus finalidade instrutiva, medida pelos exames nacionais. Afinal, a educação deve ser personalizadora, ou instrutiva? A Lei de Bases do Sistema Educativo¹³ impõe medidas para combater o insucesso escolar, com a criação dos apoios e complementos educativos.

Em 1987 foi implementado o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE), dirigido especialmente às zonas rurais e meios socioculturais desfavorecidos e ainda as deficiências físicas e psíquicas dos alunos (Amaral, 2002). 1991 corresponde ao ano em que o Programa de Educação Para Todos (PEPT) foi implementado, para que a escolaridade básica de nove anos chegasse a todos. Inserido neste programa foi ainda criado o Observatório da Qualidade da Escola, para acompanhar a evolução dos alunos (Afonso, 1998). Neste ano foi ainda criado o Sistema de Psicologia e Orientação, para acompanhar os alunos (Decreto-lei n.º 190/91, de 17 de maio).

¹³ Lei 46/86, de 14 de outubro.

Em 1996 os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), surgem para consolidar um ensino que faça uma ligação forte com a família e fomentar parcerias. Este é ainda o ano em que se implementam os currículos alternativos, para alunos com insucesso escolar repetido e problemas de integração na comunidade (Mata, 2000). Partindo da necessidade de antecipar a escolaridade, o pré-escolar como rede integrada e pública, em 1997, o Estado Português faz este investimento.

Em 1999 é criado o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), para os alunos que trabalham. O Despacho conjunto n.º9/2003 de 6 de dezembro de 2002, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º7, de 9 de janeiro de 2003, reconheceu a necessidade de rever o Programa integrado de Educação e Formação (PIEF), criado no âmbito do Plano para a eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). O PIEF tem como objetivo combater o trabalho infantil e favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória, associada à aquisição de uma qualificação profissional. A portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, vem atualizar a finalidade do PIEF, transformando-o numa estrutura denominada Apoio e Qualificação do PIEF, adiante designado AQPIEF. Este novo programa tem como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória, com aquisição de formação escolar e profissional.

A partir de 2000, foram criados os Cursos de Educação e Formação¹⁴ (CEF) e Educação e Formação de Adultos¹⁵, (EFA). Estas modalidades de ensino, permitiram reduzir o abandono e insucesso escolar entre os alunos mais velhos e com mais problemas sociais. A criação dos cursos CEF e profissionais, surgem como medidas de combate ao insucesso e exclusão permitindo que a escola pública possua diversos tipos de ofertas educativas e

¹⁴ Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de junho.

¹⁵ Portaria 230/2007, de 07 de março.

formativas, como resposta às necessidades e às expectativas dos alunos. Assim, num mesmo estabelecimento de ensino podem existir cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos de educação e formação e, ainda, cursos profissionais.

O alargamento da oferta dos cursos profissionais, que até aqui funcionavam fundamentalmente em escolas privadas, aos estabelecimentos do ensino público iniciou-se no ano letivo de 2004/2005, a título experimental. O Ministério da Educação definiu um conjunto de medidas para combater o insucesso educativo dos alunos, a partir do ensino básico, com o objetivo de assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e o combate à exclusão, evitando que cerca de 15 a 17 mil jovens abandonem o sistema educativo, todos os anos, sem terem completado o 9.º ano. Os Cursos EFA, Educação e Formação de Adultos, visaram diplomar a nível de 9º ano, uma população escolar que se encontrava em abandono ou insucesso. Para os estudantes que estejam em risco de acumular retenções, vão ser estabelecidos mecanismos tendo em vista a sua reorientação para percursos curriculares alternativos ou para cursos de educação e formação.

Os percursos curriculares alternativos destinam-se a alunos até aos 15 anos, inclusive, que apresentem insucesso escolar repetido ou risco de abandono precoce. Os jovens que já tenham atingido os 15 anos e ainda não tenham concluído a escolaridade obrigatória devem ser integrados em cursos de educação e formação. O encaminhamento dos jovens para estes cursos funciona como um mecanismo privilegiado de reorientação do processo educativo, tanto mais que, a par da certificação escolar, os formandos obtêm uma qualificação profissional.

Os cursos de educação e formação, que têm tido uma grande aceitação por parte dos jovens, são organizados de acordo com diversas tipologias que proporcionam uma resposta flexível e adaptada ao percurso escolar dos alunos. Por exemplo, o CEF – Tipo 2 tem a duração de dois anos letivos e destina-se a alunos com o 6.º ou 7.º ano de escolaridade ou com

a frequência do 8.º ano sem aprovação. Já o CEF – Tipo 3 tem a duração de um ano letivo e destina-se a alunos com o 8.º ano de escolaridade ou a frequência, sem aprovação, do 9.º ano. Através da implementação destas medidas pretende-se que um número cada vez mais alargado de alunos permaneça no sistema educativo e atinja o ensino secundário, o objetivo de referência para a qualificação dos jovens, consagrado na Iniciativa Novas Oportunidades.

Esta reorientação do percurso escolar permite aos jovens obterem certificação escolar ao nível do ensino básico, ao mesmo tempo que adquirem uma qualificação profissional de nível II, o que lhes possibilita o prosseguimento de estudos de nível secundário, tanto em cursos científico-humanísticos, como em CEF (tipo 4, 5 e 6) e cursos profissionais. A diversificação das ofertas educativas e formativas no ensino secundário é fundamental para que Portugal se aproxime dos restantes países da OCDE, onde cerca de 50 por cento dos jovens opta por vias profissionalizantes. Mais recentemente, o Ministério da Educação facultou as candidaturas a projetos que visam o sucesso escolar, nomeadamente, o Projeto Mais Sucesso escolar, na modalidade Turma Mais e/ou Fénix e ainda o Programa das Metas 2015.

Um estudo de investigadores ingleses, revela que o nível de formação da mãe, a frequência de um bom infantário e um bom ambiente de estudo em casa, incluindo jogos com palavras e números, são condições muito importantes para o sucesso escolar. Este ponto de vista é muito importante, na medida que sustenta aquilo que já sabemos, ou seja, que os alunos precisam de desafios e estímulos para aprender e que o nosso sistema de ensino falha em alguns aspetos fundamentais, nomeadamente por não ensinar os alunos a ler e a desenvolver a sua memória. No Reino Unido está em curso um programa de reforço pré-escolar, para consolidar estas lacunas detetadas no seu sistema de envolvimento parental (Melhuish, 2008).

Atendendo a que a retenção de um aluno deve constituir o último recurso, depois de esgotadas todas as atividades que tenham como objetivo a sua recuperação, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) reforçou as medidas para combater o insucesso escolar e a saída precoce do sistema educativo¹⁶. Neste sentido, deu condições às escolas para que reorganizassem o trabalho escolar de modo a otimizar as condições de aprendizagem de todos os alunos do ensino básico. Os alunos que, após a avaliação do 1.º período, apresentarem dificuldades de aprendizagem terão um plano de recuperação, como garantia de sucesso escolar, logo a partir do 2.º período, pois a retenção de um aluno deve ser o último recurso, depois de esgotadas todas as estratégias que tenham como objetivo a sua recuperação. Os alunos que revelam capacidades excecionais de aprendizagem também foram contemplados por estas medidas. Após a avaliação do 1.º período, cabe ao professor do 1.º ciclo ou ao conselho de turma nos restantes ciclos a elaboração de um plano de desenvolvimento que inclua atividades de enriquecimento curricular especialmente destinadas a estes alunos. De modo a otimizar as condições de aprendizagem de todos os alunos do ensino básico, os planos de recuperação e de acompanhamento dos estudantes que estejam em risco de ficar retidos no mesmo ano de escolaridade ou que tenham ficado retidos no ano letivo anterior, surgiram como uma medida de apoio.

O alargamento ao ensino secundário¹⁷, pelo XVIII Governo Constitucional, que tomou posse em 27 de setembro de 2009, é uma medida recente e enquadra-se numa política de valorização da escola pública e de apoio aos estudantes. Esta medida vem dar resposta a solicitações dos pais, das escolas e dos alunos.

¹⁶ Despacho Normativo 50/2005, de 09 de novembro.

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho.

Em 2011 as escolas do 2.º e 3.º ciclo passaram a proceder à organização do serviço letivo¹⁸, de forma a garantir a ocupação educativa dos alunos do ensino básico em caso de ausência do professor da turma. É de salientar que, em muitas escolas, já existem boas práticas nesta matéria, enquanto noutras, as direções e os professores procuram as melhores soluções para dar o necessário conteúdo pedagógico às atividades previstas em caso de ausência do professor da turma. A generalização da ocupação educativa dos alunos em todo o horário escolar aos ensinos básico e secundário contribui para combater o insucesso escolar e para melhorar os resultados obtidos pelos alunos nas diversas disciplinas. Para implementar esta medida na prática, as escolas secundárias beneficiaram da experiência acumulada nos estabelecimentos do ensino básico, tendo em conta os ajustamentos que tiveram necessidade de efetuar e as soluções que encontraram para ocupar os alunos quando faltava um professor.

Os percursos curriculares alternativos também visam criar medidas específicas de diversificação da oferta curricular, concebidas tendo em conta as necessidades dos estudantes que as frequentam, de forma a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e o combate à exclusão. A matriz curricular dos percursos alternativos deve assegurar a aquisição de competências essenciais definidas para cada ciclo de ensino, nomeadamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, acrescida de uma formação artística ou profissionalizante, de modo a permitir a permeabilidade entre percursos, a transição para outras modalidades de formação, bem como a continuidade de estudos. A intenção era que, até 2010, aproximadamente metade dos alunos deste nível de ensino frequentasse cursos profissionalizantes, de modo a aumentar significativamente as taxas de conclusão do secundário para valores aproximados da média da OCDE¹⁹. O seu último relatório refere que é mais fácil reprovar alunos que ajudá-los a ultrapassar as suas dificuldades. E assim, o atraso

¹⁸ Despacho n.º 5328/2011, de 23 de março, que foi revogado pelo Despacho normativo n.º 13-A/2012 e Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

¹⁹ Relatório da OCDE, 08/09/2010.

na aprendizagem tende a aumentar. A educação portuguesa tem muitas lacunas a nível de avaliação formativa. A avaliação é vista para prestar contas e não para melhorar as aprendizagens aos alunos. As escolas portuguesas praticam um ensino muito tradicional. O aluno deve ser o centro do quadro de avaliação e a avaliação formativa não pode continuar a ser desvalorizada. O sistema de educação português está centrado nos resultados e não no processo. A qualidade do ensino é equiparada à qualidade dos resultados.

Neste agrupamento que dirijo, uma das minhas prioridades é a diversificação da oferta formativa descentralizada. Por tal, temos tido a funcionar cursos de Educação Extraescolar, para aposentados. Estes funcionam nas várias freguesias e quase sempre, nos centros de dia. Temos também cursos EFA, escolar e de dupla certificação, B3 e Secundário. A população que trabalha necessita recorrer a estas modalidade de ensino pós laboral, para melhorar a sua escolaridade. Em termos de agrupamento, representa um esforço para a organização, dado que significa ter assistentes operacionais a funcionar à noite. Já funcionou um curso CEF, na área de informática, para um conjunto de alunos com problemas disciplinares. Este curso permitiu certificar 15 alunos com uma formação profissional e escolar de 9.º ano. Agora, está em funcionamento um curso PIEF, para dar aos alunos mais problemáticos uma oportunidade de concluírem a sua escolaridade. Este curso PIEF e o Projeto Fénix, tem permitido dar um apoio muito significativo aos alunos com mais problemas sociais e de aprendizagem.

Em junho de 2009, foi publicado o Edital Concursal ao Programa “Mais Sucesso Escolar”. Este programa permitiu aumentar significativamente o sucesso escolar²⁰. O Ministério da Educação lançou oportunamente o Programa Mais Sucesso Escolar, tendo em vista o apoio ao desenvolvimento de projetos de escola para a melhoria dos resultados escolares no ensino básico, com o objetivo de reduzir as taxas de retenção e de elevar a qualidade e o nível de sucesso dos alunos. No processo de construção e maturação do

²⁰ Despacho n.º 100/2010, de 05 de janeiro.

Programa foi relevante o apoio da Direção Regional de Educação do Alentejo, através do apoio ao desenvolvimento do Projeto Turma Mais. Considerando que se trata de uma resposta para combater os níveis de insucesso, concebida pelas próprias escolas e que promove efetivamente a diferenciação pedagógica, apostando na prevenção do insucesso ao longo do ensino básico, salientam -se os princípios do trabalho colaborativo e da interação com centros de investigação e universidades, que apoiam as escolas na construção, monitorização e na avaliação dos alunos. Para além da modalidade Turma+, foi ainda implementada uma vertente diferente no âmbito deste projeto, que se denominou, Projeto Fénix. Teve como desiderato prevenir e combater o insucesso escolar no ensino básico. Em articulação com a Universidade Católica do Porto, foi concebido um modelo organizacional em que são criadas duas turmas Fénix para cada ano de escolaridade contratualizado e que depois, há ainda um ninho de apoio/recuperação/desenvolvimento, de acordo com indicações do conselho de turma. Os alunos que tenham dificuldades são apoiados de acordo com o seu nível de conhecimentos nos grupos de pequena dimensão, denominados Ninhos. A presença dos alunos nos Ninhos é dinâmica e flexível, de acordo com as suas necessidades.

O Programa do XVIII Governo Constitucional (formado em 2009 pelo partido socialista), na área da Educação definiu como objetivos prioritários a concretização de uma educação pré-escolar, básica e secundária de qualidade para todos e a valorização da escola pública como instrumento para a igualdade de oportunidades. Portugal poderá vencer com mais confiança os desafios do futuro e ocupar um lugar mais favorável na competição internacional se reforçar o rigor e a exigência na promoção e na consolidação das aprendizagens, as quais deverão naturalmente ser expressas em melhores resultados escolares. O Projeto Metas de Aprendizagem insere-se na Estratégia Global de Desenvolvimento do Currículo Nacional que visa assegurar uma educação de qualidade e melhores resultados escolares nos diferentes níveis educativos. Assenta em três indicadores, a saber, 1) resultados

em provas nacionais; 2) taxas de repetência nos vários anos de escolaridade; 3) taxas de desistência escolar. Concretiza-se no estabelecimento de parâmetros que definem de forma precisa e escalonada as metas de aprendizagem para cada ciclo, o seu desenvolvimento e progressão por ano de escolaridade, para cada área de conteúdo, disciplina e área disciplinar. Corresponde a resultados da investigação nacional e internacional sobre padrões de eficácia no desenvolvimento curricular, que recomendam este tipo de abordagem.

A nossa visão da escola ainda é muito baseada na relação assente na sala de aula, mas cada vez mais, a família se constitui como um elemento chave neste processo. Diz a OCDE que uma das prioridades do sistema educativo português, é a transformação destas práticas docentes, muito tradicionais e encorajar a aprendizagem diária na aula, criando uma interação maior e um retorno individualizado sobre o desempenho dos alunos. Há no sistema português um “problemático uso excessivo do chumbo”.²¹

Para melhorar e reverter esta situação, o Ministério da Educação e Ciência apresentou uma nova organização curricular²², introduzindo três aspetos fundamentais, a saber, a melhoria do currículo, reduzindo a dispersão curricular, a melhoria do acompanhamento dos alunos, com uma melhor avaliação e deteção precoce de dificuldades, e o aumento da autonomia das escolas na gestão do currículo e mais liberdade para escolha de ofertas formativas. Para melhorar o sucesso da educação, foram revogadas as competências essenciais de ciclo, passando a valorizar-se o desenvolvimento do ensino em cada disciplina, referenciado por objetivos curriculares e conteúdos de cada programa oficial e pelas metas de aprendizagem de cada disciplina. Os serviços do Ministério da Educação e Ciência estão agora a elaborar documentos clarificadores das prioridades nos conteúdos fundamentais dos programas, que passarão a constituir metas curriculares a serem apresentadas à comunidade

²¹ Relatório da OCDE sobre Educação, 2012.

²² Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho.

educativa.²³ Em termos de avaliação externa, entendeu o Ministério da Educação e Ciência reforçá-la, pois esta é reconhecida em qualquer sistema de ensino, como uma componente essencial do processo de ensino-aprendizagem²⁴. O reforço da avaliação externa consubstanciou-se na introdução de provas de aferição no final do 1º ciclo e exames finais nacionais de 6º e 9º ano, a língua portuguesa e matemática.

2.2. A (s) problemática (s) do Sucesso Escolar

Quer a escola quer a família, têm um papel importante na educação de todos os jovens, sendo que hoje cada vez mais se valoriza a interação dessas duas instituições. Os professores ao prestarem atenção à dinâmica familiar em que os alunos se integram, podem contribuir para melhorar o desempenho escolar dos alunos. A escola enquanto local de ensino-aprendizagem, é responsável pelas dimensões cognitiva, tendo ainda que colocar o ensino ao serviço de um mundo mais amplo. No passado e ainda hoje, a família proporciona um ambiente de aprendizagem de diferentes papéis. Na sociedade atual, a família age como um poderoso agente de socialização no que concerne aos papéis primários e a grande parte do conhecimento de atividades de rotina a que se deu o nome de “saber de receita”. O processo de desenvolvimento da personalidade continua pela vida fora (Musgrave, 1979). Uma série de fatores sociológicos, como crises económicas, sociais e políticas, interferem significativamente no ambiente familiar e consequentemente, na educação. A família surge como primeiro espaço educativo, sendo referido como local de socialização primária e socializa de forma diferente, devido à sua estrutura específica, assegurando a existência de diferenças de idade entre os vários membros da família. A criança apreende os padrões de comportamento necessários para viver no meio onde está inserido, aprendendo não só a

²³ Despacho n.º17169/2011, 23 de dezembro.

²⁴ Despacho normativo n.º6/2012, de 10 de abril.

subsistir, mas a existir socialmente. Flexíveis ou rígidas, tradicionais ou inovadoras, as práticas educativas dos pais variam em função das expectativas ou necessidades de cada família. As famílias de classes económicas mais elevadas, possuem maiores expectativas sobre o percurso escolar de sucesso dos seus filhos. As distinções entre as famílias de diferentes grupos económicos e sociais são também diferentes ao nível de atividades culturais e desportivas. A imagem e a forma como a família vê e interage com a escola, exerce uma grande influência no caminho que a criança irá percorrer nessa instituição. Em todo o caso, observa-se sempre uma focalização sobre a criança, desejando a família assegurar êxito profissional.

No processo de socialização primária a criança inicia a construção da sua dimensão social. É nesta fase da vida que aquisições fundamentais para a sua integração na sociedade são feitas e por isso se entende que a socialização primária “É a incorporação “deste saber de base” na e com a aprendizagem “primária” da linguagem (falar, depois de ler e escrever) que constitui o processo fundamental da socialização primária...” (Dubar, 1997 p.95). A criança vai-se confrontando e interpretando os estatutos e papéis dos membros da família e apropriando-se do mundo. Inicialmente, esta apropriação é praticamente dependente da mediação feita pelos outros significativos, porém um momento chega em que a criança se dá conta que há referências válidas não só para os outros significativos, mas para todos os outros em geral. Chega assim ao conceito do outro generalizado. Então, a criança percebe que o jogo social é regulado por normas genéricas. Neste momento, a socialização primária está terminada. A socialização primária corresponde à base de todas as socializações, sendo a família o primeiro agente. Na sociedade ocidental, a família pressupõe a existência de membros dos dois sexos, sendo a criança criada num ambiente bivalente, no qual pode receber socializações diferentes, mas complementares. Os elementos mais novos das famílias são socializados em função dos papéis que vêm os mais velhos desempenhar, pelo que é

normal as crianças copiarem o desempenho dos seus pais, mas é necessário salientar que há originalidade no modo como a criança interioriza o que lhe é apresentado pelos outros. A família tem muitas funções, uma das quais, é a de criar modelos (Dubar, 1997). Atualmente, embora a família continue a ser um importante agente de socialização, este processo tornou-se muito mais complexo e “Para compensar as aparentes imperfeições da socialização oferecida pela família contemporânea, expandiram-se largamente as profissões que prestam serviços pessoais, muitos dos quais trabalham no sistema educativo.” (Musgrave, 1979, p. 50). Assim se compreende a existência dos professores de apoio na escola, dos psicólogos e assistentes sociais, que apoiam os jovens, quando por razões de falta de tempo, a família não o pode fazer.

Face à necessidade de responder aos problemas da integração do indivíduo numa sociedade cada vez mais complexa na sua organização económica, social, cultural e comunicacional, houve que admitir que a socialização primária é mais do que insuficiente para tornar os indivíduos membros da sociedade atual, na complexidade que a caracteriza (Pinto,1983). Houve, então, que criar outras instituições que pudessem complementar a educação familiar e que se ocuparão da socialização secundária dos indivíduos. Todavia cumpre não esquecer o lugar fulcral da socialização primária no fenómeno de socialização porque “A socialização primária é não só a que acontece em primeiro lugar, mas também aquela em que têm de se enraizar todas as socializações subsequentes para poderem ser bem-sucedidas.” (Pinto, 1983, p.121).

A socialização secundária é todo o processo subsequente à socialização primária. A socialização secundária vai decorrer em várias instituições e/ou organizações e por isso Berger e Luckmann (1990) a definem como “ a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições.”. Ora, uma das instituições mais importantes que se ocupará da criança e do jovem, é a escola, que tem um lugar privilegiado no seio das organizações,

porque “De entre as organizações que estruturam a nossa sociedade, a organização escola é uma das mais relevantes já que, de alguma maneira, irá ter influência sobre todas as outras.” (Teixeira, 1995, p.35). Corresponde a todas as aprendizagens que fazem parte da vida do homem, a partir do momento em que entra na escola. Apesar da importância da socialização secundária, importa ter em mente que a socialização secundária nunca apaga totalmente a identidade geral construída no final da socialização primária (Dubar, 1997). Ao longo da sua vida o homem é confrontado com socializações secundárias, diversas, nomeadamente através da profissão e de outras situações da vida que obrigam a revisões de conhecimentos, valores, atitudes.

Como um sistema de ação, a escola é um conjunto de interações que ocorrem entre pessoas com certos estatutos e que perseguem um fim: socializar/educar. A ação da escola pode ocorrer num tempo e num espaço físico dito escolar, mas pode ocorrer também noutros espaços e noutros locais, como acontece, por exemplo, numa visita de estudo, pelo que a escola pode e deve ser entendida como um sistema complexo de comportamentos humanos organizados de maneira a realizar certas funções no seio da estrutura social (Pinto, 1983). Na escola, confrontam-se diferentes valores trazidos pelos alunos e para a escola poder respeitar o direito à igualdade de oportunidades terá de ter em consideração que, “... qualquer modelo concreto de socialização escolar que possa adotar-se na atual escola de massas, deve respeitar a diversidade de experiências vivenciais (sociais e familiares) dos seus alunos e ter em conta que, elas mesmas, são geradoras de expectativas e possibilidades desiguais.” (Afonso, 1988, p. 42). Assim se compreende que quando a escola não consegue cumprir a sua missão, se fale de insucesso na socialização. A ação socializadora da escola não se exerce só sobre os alunos mas sim sobre todos os que se envolvem no fenómeno educativo escolar. “Admitamos que há insucesso na socialização escolar quando a escola falha enquanto agência socializadora, isto é,

quando não consegue cumprir as finalidades que neste domínio lhe são socialmente atribuídas.” (Afonso, 1988, p.44).

Como agente socializador, o grupo de colegas corresponde a pessoas da mesma idade e cujos valores são muito heterogêneos. É no seio do grupo que se processa parte significativa da socialização dos jovens. No grupo de colegas o lugar é conseguido por mérito próprio, ao contrário do que acontece na família. Numa primeira fase escolar, os grupos organizam-se por sexo e só depois interagem com grupos do outro sexo. Os alunos podem pertencer a vários grupos; religiosos, desportivos, etc. A escolha dos grupos pode ser feita de acordo com os valores aceites pela sociedade, ou não aceites., A escolha está relacionada à autoimagem. Os jovens com problemas comportamentais tendem a escolher grupos com as mesmas condições, o mesmo se verificando em relação aos que se ajustam às normas. Os aspetos fundamentais do processo de socialização são a aquisição de cultura, integração da cultura na sociedade e a adaptação ao meio ambiente social. A aquisição de cultura corresponde aos padrões de comportamento que uma sociedade tem de transmitir aos seus novos membros. A integração da cultura na personalidade corresponde à forma como cada homem se integra na sociedade à sua maneira, melhor ou pior, o que faz com que seja mais ou menos socializado numa dada comunidade. A personalidade é a totalidade do comportamento de um indivíduo com um dado sistema de tendências interagindo com uma sequência de situações (Musgrave, 1979). Desde que nasce, a criança é sujeita a diversas socializações e embora alguns aspetos possam ser comuns a diversas culturas, há sempre muitos aspetos que são muito diferentes. Há também que reconhecer que o período inicial do processo de socialização é relevante, apesar de o processo de desenvolvimento da personalidade continuar pela vida fora, os alicerces são lançados antes de a criança ir para a escola. O reconhecimento do indivíduo no grupo a que pertence, implica a sua adaptação ao meio que o rodeia. A socialização é dada pelo meio que envolve, o homem adapta-se na medida em que possui algumas coisas comuns com outros

membros destas coletividades para poder comunicar com eles (Musgrave, 1979). Esta adaptação faz-se a nível biológico, afetivo e mental.

2.3 Estratégias para promover o sucesso escolar

Enquanto diretora do agrupamento, sei que a liderança é o elemento dinamizador de um grupo ou de uma organização para gerar o seu próprio crescimento, em função de uma missão ou projeto partilhado, neste caso o projeto educativo de uma escola ou agrupamento de escolas, certamente para melhorar a organização escolar, a qualidade do ensino e a dos serviços prestados à comunidade. O projeto educativo, é um instrumento para melhorar a qualidade da educação, ao serviço da mesma (Azevedo, 2002). A organização da escola para o sucesso, obedece a dimensões que estão devidamente delimitadas e que os diretores devem conhecer e que a seguir se apresentam.

Apresentamos de seguida, de forma esquemática, as características consideradas essenciais para que uma escola seja eficaz. A visão/estratégia, liderança, elevados padrões académicos, competências socioemocionais, parcerias com a família e a comunidade, o desenvolvimento profissional e a monitorização constante, apresentam-se como os aspectos essenciais para que uma instituição de ensino possa ser eficaz (Benson, 2000).

Tabela 4. Características das Escolas Eficazes

Dimensões	Definições
Visão/estratégia	Compreensão e definição de objetivos, princípios e expectativas em relação à escola, envolvendo toda a comunidade educativa.
Liderança	Grupos de indivíduos que incentivam, trabalham em conjunto e apoiam a comunidade educativa a alcançar os objetivos
Elevados padrões académicos	Definição do que é esperado dos alunos ao nível de competências académicas e sociais.
Competências socioemocionais	Promoção de competências socioemocionais que têm impacto noutros para medir os resultados.
Parceria com a família, escola e comunidade	Participação e envolvimento da comunidade educativa e da comunidade mais alargada.
Desenvolvimento profissional	Envolvimento dos professores para a realização de atividades em vista da aprendizagem contínua.
Monitorização constante	Monitorização constante dos dados dos alunos, programas e professores.

(Benson, 2000)

A OCDE refere num último artigo²⁵, que Portugal deve reduzir a excessiva atenção dada às notas dos alunos, melhorando as práticas educativas, partindo do pressuposto que o aluno é o elemento central das políticas de avaliação, tendo uma atenção individualizada das suas necessidades. Para melhorar uma escola, é necessário saber onde estamos, qual o nosso objetivo, como podemos lá chegar, como sabemos que atingimos o objetivo e o que fazer se não o atingirmos e como continuarmos a focar e manter os nossos esforços de melhoria da escola (Benson, 2000). Nos últimos anos, desenvolvi um trabalho exaustivo de análise e reflexão em torno dos resultados de forma periódica (início do ano letivo, com a avaliação

²⁵ Relatório da OCDE sobre Educação, 11/09/2012.

diagnóstica, e final de todos os períodos letivos). O tratamento estatístico dos dados, foi concretizado incluindo vários parâmetros constantes dos relatórios de análise dos resultados de avaliação. No início do quinquênio 2006/2011, registava-se uma percentagem de insucesso escolar de 18,9%. Em 2010/2011 alcançou-se 6,7%, colocando a média do quinquênio 2006/2011 em 14%. A aprendizagem não é um local, mas um processo. Para que ela aconteça, não é suficiente colocar o indivíduo na escola (local). É preciso que os processos envolvidos sejam favoráveis à aprendizagem. Sabemos ainda que o sucesso escolar se alicerça em fatores externos à escola, como o nível de formação da mãe, um bom infantário, um ambiente favorável em casa, com jogos, palavras e números. Comparando estes dados com o caso português, concordamos que a criança precisa de desafios e estímulos para promover o seu desenvolvimento intelectual. Isto falta no nosso sistema de ensino, que não ensina a ler, e não desenvolve a memória do aluno, o que garante o insucesso escolar (Melhuish, 2008). Na tentativa de implementarmos um Plano de Melhoria, optámos por nos guiar neste agrupamento de escolas, por um plano já testado e implementado, por consideramos que as áreas a abordar, se identificam com as necessidades da nossa comunidade.²⁶ Este Plano de Melhoria tem como objetivo principal, melhorar o sucesso escolar. Tem três dimensões: a) estratégias que visam objetivos específicos; b) atividades que se dirigem para essas estratégias; c) monitorização dos resultados alcançados. A melhoria da escola vai abranger os seguintes níveis: leitura, compreensão, oralidade, escrita, matemática, competências sócio emocionais, envolvimento parental, colaboração escola-comunidade, ensino mais individualizado, aprendizagem ativa e tutorias.

Estamos neste momento a trabalhar na implementação da melhoria com base nos pressupostos acima referidos e para tal, temos já criado desde 2011/12, instrumentos de monitorização do sucesso escolar.

²⁶ Observatório de Melhoria e da Eficácia da Escola (s/d). Planos de Melhoria da Escola. Uma Introdução. Disponível em 2013, <http://observatorio.por.ulusiada.pt>

Os objetivos fundamentais da nossa intervenção, assentam nos seguintes pressupostos:

1. Otimização da intervenção pedagógica dos departamentos curriculares, nomeadamente, na delineação de estratégias e planos de ação decisivos para a articulação/sequencialidade das aprendizagens relevantes inter-ciclos de ensino/anos de escolaridade, para melhorar o sucesso escolar e diminuir ou mesmo erradicar o abandono.

No âmbito da Gestão Flexível do Currículo, iniciada em 1997, esta escola trabalhou muito a articulação curricular, “transitando” conteúdos de uns anos letivos para outros, de acordo com o PCT. Após a implementação da avaliação externa, nos anos terminais de ciclo, abandonámos esta prática, porque se impunham balizas curriculares nacionais a respeitar. Perdemos muito com o abandono dessa prática. Na filosofia subjacente à constituição de um Agrupamento de escolas, a prática de articulação curricular é um pilar fundamental, que pretendemos reforçar.

A Gestão Flexível do Currículo²⁷, trouxe ventos de mudança muito favoráveis, incluindo uma forma diferente de trabalhar os conteúdos. Passou a dar-se mais importância às competências pelo documento “Currículo Nacional do Ensino Básico”, que foi assumido no ano letivo de 2001/2002, como a referência central para o desenvolvimento do currículo e nos documentos orientadores no ensino básico. Neste momento, essa orientação foi alterada²⁸, dado que a atual política educativa defende que, ao valorizar-se demais a categoria de competências, se diminuiu o valor da aquisição de informação, e da memorização, dificultando ainda a avaliação formativa e sumativa. O Conselho Municipal de Educação, verte a sua opinião sobre estas mudanças²⁹, referindo que a utilidade da alteração curricular nunca foi bem aproveitada e que os próprios professores e alunos tinham uma opinião favorável face a estas mudanças. Esta reorganização curricular foi alterada definitivamente

²⁷ Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, cuja matriz curricular foi já revogada pelo Decreto-lei n.º 139/2012 de 5 de julho.

²⁸ Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro.

²⁹ Parecer n.º 1/2011, 03 de janeiro.

pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. Consideramos também muito importante a articulação curricular entre os ciclos, mas também entre os ciclos e as AEC, no 1º ciclo.

No 1.º ciclo optámos por aderir ao Projeto PIC- Plano de Intervenção Curricular, que a Direção Geral de Educação divulgou em maio de 2012. Este projeto assenta numa lógica de reorganização das tarefas escolares, articulando entre ciclos, para melhorar as situações de aprendizagem e assim cumprir o sucesso educativo que contratualizámos, com os projetos já elaborados, nomeadamente o projeto Fénix e as Metas de Aprendizagem.

O abandono escolar, primeira meta do projeto educativo, não está neste agrupamento, relacionado com o insucesso. O abandono que temos provém dos alunos de etnia cigana, e surge por razões culturais, o que é normal. Temos tentado reverter esta situação, com um sucesso aceitável. Os alunos não abandonam a escola, porque têm transporte grátis e os que se inserem no padrão de risco, vem, para garantir a sua alimentação.

O problema que mais nos preocupa é o insucesso escolar, segunda meta do projeto educativo. Este problema resulta de um conjunto de situações sobre as quais a escola tem dificuldade de agir em simultâneo e de forma concertada. Os valores são irregulares e de difícil entendimento sem uma reflexão quase caso a caso. Não me atrevo a dizer que a sua resolução passa por duas ou três medidas avulso. Considero importante que todos nós educadores, professores da casa, nos sentemos e em conjunto possamos delinear estratégias para reverter esta situação. Relativamente a uma das medidas que o Ministério da Educação considerou implementar para resolver esta situação, não parece ter alcançado o objetivo a que se propôs, pois foi revogada. Os conselhos de turma valorizam a multidisciplinaridade como forma de melhorar as aprendizagens, encaminhando os alunos para as diversas formas de apoio e ainda desenvolvendo Planos. O Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro e o Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro, são medidas de política educativa com a finalidade de garantir que todos tenham as mesmas oportunidades na escola. Na base deste

enquadramento legislativo está a necessidade de promover uma oferta educativa vocacionada para alunos em risco de insucesso escolar ou abandono precoce. Para resolver essa situação, desde 2006/2007, tem sido criado nas escolas, turmas de percursos curriculares alternativos (PCA), para melhorar o sucesso escolar, especificamente através da implementação de planos de acompanhamento (PA) e planos de desenvolvimento (PD) e planos de recuperação (PR), conforme previsto no Despacho normativo n.º 50/2005 de 9 de novembro. No agrupamento de Alvalade, no ano letivo de 2011/2012, no 1.º ciclo, foram implementados planos a 181 alunos, 33 no 1.º e 2.º período letivo, 32 no 3.º período letivo. Destes, 25 alunos transitaram de ano, o que equivale a um valor de 78,12% de sucesso alcançado aos alunos a quem foi implementado um plano de acompanhamento ou recuperação. No 2.º ciclo, no 1.º período foram implementados onze planos de acompanhamento e nos 2.º e 3.º períodos, sete planos. O 3.º ciclo, como era expectável, apresenta valores um pouco diferentes, com uma taxa de sucesso dos alunos que beneficiaram desta modalidade de acompanhamento, no valor de 66,7%. Os valores do sucesso escolar no que concerne a este instrumento legislativo, apresenta bons resultados, pois a maioria dos alunos concluíram com sucesso o ano de escolaridade, o que nos permite afirmar que o Despacho normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro era útil no acompanhamento dado aos alunos. Importa salientar que o mesmo foi revogado.

Estamos inscritos no projeto Testes Intermédios e efetuamos todos os que o MEC disponibiliza. Esta avaliação é equiparada a um teste sumativo, dado que pretendemos atribuir-lhe importância e que os alunos a entendam como tal. Pretendemos com esta adesão, realizar todos os testes intermédios como um desafio da nossa posição face às avaliações externas.

O Programa Mais Sucesso Escolar, chegou ao meu agrupamento, pela minha mão, em 2009. No ano letivo 2009/2010, neste agrupamento de escolas, foi elaborada e aprovada uma

candidatura nacional ao Programa Mais Sucesso Escolar – Projeto Fénix, no sentido de reduzir em um terço o insucesso escolar dos alunos dos 5º e 7º anos, tendo sido contratualizadas taxas de sucesso nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês e Matemática e taxas de transição para esses anos. Em termos operacionais, é composto por um conjunto de características que o tornam único em termos de gestão pedagógica e da gestão dos recursos. Os grupos constituídos são dinâmicos, flexíveis e rotativos. Os ninhos servem para beneficiar aprendizagens dos alunos com baixo rendimento escolar e estimular as aprendizagens de alunos com maior nível de proficiência, promovendo a excelência. As turmas, nas áreas curriculares disciplinares onde os resultados escolares são mais fracos, a saber, português matemática e inglês, são reorganizadas de acordo com o nível de conhecimentos adquiridos. Sempre que apresentam progressos ou necessidade de mais apoio os grupos reorganizam-se de acordo com os progressos e objetivos atingidos (Crahay 2007).

O modelo de funcionamento acima descrito apresenta-se seguidamente de forma esquemática.

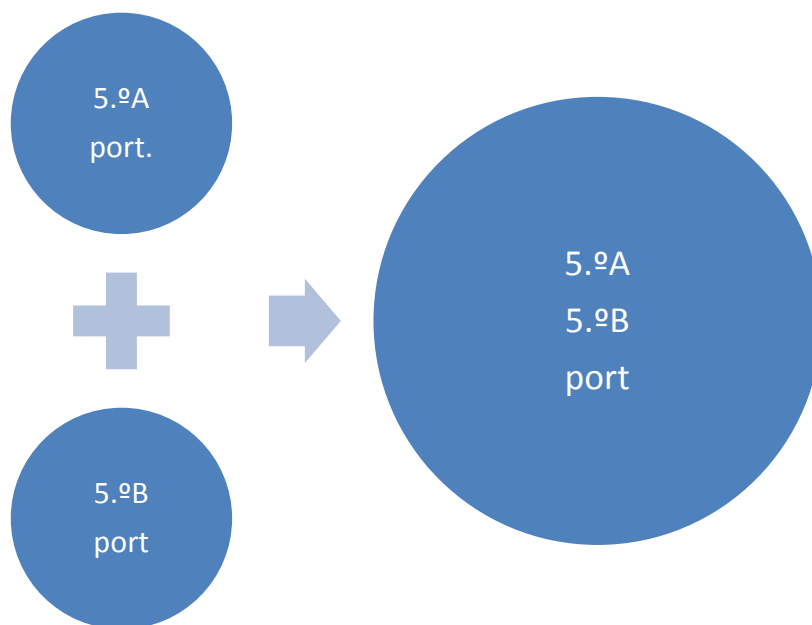


Ilustração 2. Modelo Fénix

(exemplo da constituição de dois grupos de alunos de duas turmas, 5.ºA e 5.ºB)

A intervenção começou-se a fazer este ano também no 1.º ciclo e tal é reforçado pela investigação na área educacional que indica que as competências prévias desenvolvidas aos anos iniciais da formação, influenciam o rendimento escolar subsequente. Tal apresenta-se como variável preditora do sucesso académico ao longo do percurso escolar do aluno.

Os alunos são submetidos à avaliação diagnóstica nas disciplinas do projeto. São depois agrupados de acordo com o seu nível de conhecimentos. Esta organização tem um tempo médio mensal após o qual se avalia o progresso do aluno movendo-o entre os ninhos. O português surge como área prioritária na aquisição de aprendizagens de todo o currículo, em especial da matemática. Estes critérios de aprendizagem denominados princípio da homogeneidade relativa é acompanhado por monitorização e avaliação permanentes o que permite que o conselho de turma transmite alunos de acordo com o nível de conhecimentos (Moreira 2009).

Em 2010/2011, o Projeto Fénix, abrangeu os alunos dos 6º e 8º ano. Nesses dois anos letivos os resultados obtidos superaram as metas contratualizadas e as estabelecidas no projeto educativo (80%). O Projeto Fénix surgiu no Agrupamento Campo Aberto, Beiriz, Póvoa do Varzim, resultante de uma forte motivação em proporcionar condições para que todos os alunos possam efetuar aprendizagens e consolidem saberes. Mais do que combater o insucesso, interessa qualificar o sucesso, dando-lhe novas dimensões e horizontes de sustentabilidade. É um desafio ambicioso que exige determinação, rigor e trabalho de equipa, no qual alunos, professores e pais se comprometem. O projeto assenta num modelo organizacional de escola que permite dar um apoio mais personalizado aos alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, ou outra identificada pela escola de acordo com a taxa de insucesso. De uma forma sucinta, este modelo consiste na criação de Turmas Fénix - ninhos nos quais são temporariamente

integrados os alunos que necessitam de um maior apoio para conseguir recuperar aprendizagens, permitindo um ensino mais individualizado, com respeito por diferentes ritmos de aprendizagem, o que se tem vindo a revelar uma estratégia de sucesso educativo. Os ninhos funcionam no mesmo tempo letivo do que a turma de origem, o que permite não sobrecarregar os alunos com tempos extra de apoio educativo. Assim que o nível de desempenho esperado é atingido, os alunos regressam à sua turma de origem. Paralelamente, também são criados ninhos para alunos com elevadas taxas de sucesso de forma a permitir o desenvolvimento da excelência. As escolas que adotaram este modelo tem um acompanhamento de proximidade e um acompanhamento científico da Universidade Católica Portuguesa. Por tal motivo, efetuei à Direção Regional de Educação do Alentejo, uma candidatura para alargarmos o nosso projeto Fénix ao 2.º ano de escolaridade, sem perdermos nenhum dos outros anos, (5.º e 8.º). Essa candidatura foi feita com base nos dados dos alunos/reprovações e enquadramento social dos mesmos. Foi aceite e neste momento, temos um apoio muito efetivo às áreas curriculares disciplinares de português e matemática no 1.º ciclo, 2.º ano de escolaridade. Porquê no 2.º ano de escolaridade? Porque decorrente de passagem automática de todos os alunos do 1.º para o 2.º ano de escolaridades, muitos deles não efetuam todas as aprendizagens necessárias e em vez de deixarmos essa resolução para um ano de escolaridade mais elevado, resolvemos intervir o mais cedo possível. A medida foi posta agora em prática, mas os docentes referem ter uma maior fluidez nas aulas, dado que conseguem um tempo útil de aula superior, para ministrar conhecimentos aos alunos. Importa ainda referir que também temos um ninho de recuperação e de desenvolvimento no 1.º ciclo. Pretendo com esta medida, reduzir o insucesso escolar no 1.º ciclo. Para o ano letivo 2012/2013, importa referir a introdução do projeto Fénix no 1.º ciclo, para as turmas de 2.º ano de escolaridade.

A autorização para que a turma PIEF beneficie de um funcionamento em regime de par pedagógico também resultou de um pedido especial que fiz à Direção Regional de Educação do Alentejo. Esta medida permite melhorar o funcionamento das atividades letivas, dado que os dois docentes conseguem mais facilmente acompanhar e envolver os alunos nas suas atividades.

No agrupamento de escolas de Alvalade, há muito adotámos a CIF³⁰. Esta corresponde a um paradigma em que o aluno é analisado à luz de um modelo que abrange várias dimensões, resultando a funcionalidade de uma interação entre o aluno e o meio em que está inserido. Os alunos que beneficiam destas medidas, são alunos de sucesso escolar, com taxas de transição de 100%. Creio que para isso contribui o facto de o currículo ser adaptado individualmente a cada um e podermos diversificar as ofertas educativas.

O Projeto PIC foi por nós adotado, numa lógica sequencial de alteração da matriz curricular, de acordo com as indicações da Direção Geral de Educação e entrará em vigor no ano letivo 2012/13. Em termos pedagógicos, vamos prestar um apoio individual e direto aos alunos referenciados para “PIC”. Após a sinalização, através do nosso GAAF, procede-se à simplificação e consolidação de conteúdos explorados na sala de aula com recurso a fichas de trabalho de Língua Portuguesa e Matemática. A nova matriz curricular divulgada pelo Ministério da Educação e Ciência, em maio de 2012, aboliu a Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica, o que significou para as escolas, parar, refletir e reorganizar-se. O projeto PIC por nós adotado, pretende dar resposta aos problemas mais básicos da escola, que é o facto de os alunos não saberem português e matemática e vai abranger os alunos do 1º e 5º ano de escolaridade.

Em termos de saúde e porque foram publicadas orientações novas sobre o funcionamento dos bufetes escolares,³¹ decidimos alterar hábitos alimentares proporcionando formas mais

³⁰ Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e saúde da OMS, 2001.

³¹ Circular n.º 7/2012, de 18 de outubro.

saudáveis, nomeadamente na confeção das refeições no refeitório e no bufete. Em relação à promoção da saúde, do desporto e da cultura, foram organizadas ainda diversas atividades, em parceria com outras entidades e técnicos (bibliotecas escolares e Municipal, Museus, Município de Santiago do Cacém, Juntas de Freguesia, Bombeiros, Proteção Civil, Associações, Centro de Saúde, Escola Segura, entre outros), que visaram a aprendizagem de certos comportamentos socialmente relevantes e a aquisição de atitudes e valores positivos e responsáveis. A alimentação constituiu um dos temas da promoção da Saúde, realizando-se inúmeras atividades com vista à promoção de hábitos alimentares saudáveis. Paralelamente, registaram-se progressos ao nível da qualidade das refeições na cantina e dos produtos do bufete. Pretendemos assim contribuir para travar o aumento da obesidade infantil, promovendo o bem-estar e melhorando o sucesso escolar. O Guião esclarecedor indica os alimentos a promover, a limitar, e os que não podem ser vendidos. Estamos neste momento a introduzir os cereais integrais, nomeadamente no refeitório. Tentamos também substituir a batata por alimentos mais nutritivos, na confeção da sopa. Estas práticas de alimentação saudável demoram a ser aceites por todos, pois em casa, nem sempre os jovens usufruem desse esclarecimento. Por outro lado, mudar a mentalidade é sempre o mais difícil. O Clube “PES”, é o dinamizador de todas as ações na área da saúde. No dia 07 de novembro de 2012, realizámos uma caminhada, “Com Saúde pelo S. Martinho”, para incentivarmos os nossos jovens a praticar exercício físico. Para a concretização das metas elencadas no projeto educativo, com o propósito de promoção do sucesso, o agrupamento concretiza-o no plano de atividades e no projeto curricular de agrupamento. O plano de atividades tem em vista a concretização dos objetivos do projeto educativo, sendo as atividades alvo de uma calendarização articulada com o projeto curricular de agrupamento. O projeto curricular remete para aprendizagens de conhecimentos e competências ao nível das orientações curriculares das áreas disciplinares e não disciplinares. Na Formação Cívica, tratámos

temáticas relacionadas com a saúde, o ambiente, cidadania e desenvolvimento de técnicas de estudo. No Estudo Acompanhado, reforçámos o desenvolvimento das competências e conhecimentos nas áreas da matemática e língua portuguesa, prioritariamente. Relativamente a estas áreas curriculares não disciplinares, as mesmas foram retiradas do currículo, primeiro a área de projeto, em 2011/12 e agora o estudo acompanhado e formação cívica, 2012/13. Veremos futuramente o resultado desta medida.

2. Estímulo a formas cooperativas de trabalho dos docentes, no seio das várias estruturas intermédias pedagógicas, cruzando estratégias de atuação/intervenção e boas práticas, constrangimentos sentidos e experimentados, alcance das evoluções, respeitando as especificidades das disciplinas. Tem sido difícil implementar medidas de articulação entre os docentes, dado que ainda estamos todos “agarrados” à nossa disciplina. Realizar trabalho de parceria é um objetivo que temos este ano a decorrer. Para melhorar este pressuposto, enquanto diretora, propus ao conselho pedagógico que os departamentos de línguas e de ciências sociais e humanas, se juntassem num só, dado que devido à dimensão da escola, há apenas um docente de geografia e um de história. A proposta foi aceite por unanimidade pelo conselho pedagógico e o ano letivo 2012/13 já iniciou com esta alteração. No fim deste ano letivo, vamos avaliar esta mudança.

Trabalhamos com muitas parcerias, que para além de nos ajudarem, também contribuem com alguns donativos. Em Alvalade, o Futebol Clube, pratica atividades físicas no nosso pavilhão, o único que existe. Por tal, dão uma contribuição monetária. Essa verba é depois usada para melhorar o bem-estar dos nossos alunos. Temos ainda uma parceria denominada “Parceria de mãos dadas”, com o jardim de infância “O COMBOIO”, que é uma instituição particular. O nosso plano de atividades é articulado com o deles no que concerne ao pré-escolar e conseguimos assim que todos os alunos da freguesia possam enriquecer as suas vivências. Um outro caso de parceria muito positiva para nós, foi efetuada com a junta de

freguesia de Alvalade. A mesma dispõe no seu quadro de pessoal de um assistente operacional cujos problemas de saúde não lhe permitem efetuar as funções previstas no seu conteúdo funcional. Por tal, em reunião com o Presidente da Junta, onde debatemos questões da educação e este referiu o problema que possuía na junta de freguesia, eu propus-lhe que ele me cedesse o respetivo assistente operacional, para trabalhar na sede do agrupamento, onde iria exercer funções de vigilância e controlo na portaria. Após debatermos os prós e contras, a junta de freguesia cedeu ao meu pedido e o Sr. José Leonor há três anos que exerce funções para nós, faltando poucas vezes ao trabalho. Saímos todos a ganhar com esta parceria efetiva e sem custos para nós. Chamo a isto um exercício prático da gestão da autonomia.

O agrupamento reforçou e prosseguiu uma cooperação sistemática com os seguintes parceiros e instituições: Caixa Agrícola (atribuição de um maior número de Prémios de Mérito e de Excelência, dando a cada aluno uma conta aberta na instituição e um depósito de cem euros); Município de Santiago do Cacém; Juntas de Freguesia; Universidade Católica do Porto; Rádio Miróbriga; Centro de Saúde de Alvalade e Santiago do Cacém; Bombeiros Voluntários de Alvalade Sado; GNR; Escola Segura; Proteção Civil de Santiago do Cacém; Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Associações de Moradores; Clube Desportivos; Museu Manuel da Fonseca; Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém; Casa do Povo de Alvalade; Associação Cultural de Amigos de Alvalade.

Foram ainda reforçados projetos e protocolos nacionais existentes, nomeadamente, Rede de Bibliotecas Escolares; Plano Nacional de Leitura – Projeto “a Ler+”; Jornal “Pé de Letra”; Plano Nacional da Língua Portuguesa; Plano Nacional da Matemática; Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde - Plano Educação Para a Saúde (PES); Plano Tecnológico (PTE); Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – CPCJ de Santiago do Cacém; Rede Social do Concelho de Santiago do Cacém; CERCISIAGO – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Santiago do Cacém; Centro de Paralisia Cerebral

de Beja; AADIES- Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano; ESDIME- Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste; Centro de Formação Contínua de Professores; Programa “Parlamento de Jovens”; Clubes Eco-Escolas, das Artes, da Proteção Civil e do Desporto Escolar. Têm sido realizadas diversas atividades incluídas nos planos anuais do agrupamento, com o objetivo de intensificar e diversificar a participação de pais e encarregados de educação na vida da escola, como as festas de Natal realizadas na Casa do Povo e em outras atividades organizadas pela escola sede como pelos polos. Foram realizadas diversas reuniões entre a diretora e a associação de pais e encarregados de educação assim como foram atendidos encarregados de educação tanto pela direção como pelos diretores e docentes titulares das turmas.

Nem tudo está bem ou funciona bem. Estamos neste momento a realizar encontros de reflexão entre pais e professores, para perceber como podemos melhorar a comunicação escola/família, um ponto que ainda temos muito fraco. Por esta razão, no próximo ano letivo a direção da escola irá descentralizar o seu desempenho, estando um dia por semana em cada polo.

O caminho do sucesso, levou-nos a inventar práticas legitimadas, mas que nos exigem formas de agir diferente. A dispersão geográfica, tida como um dos problemas do agrupamento, pois algumas escolas do 1º ciclo e pré-escolar, distam 30 quilómetros da sede, levou-me a pensar que tinha que encontrar uma forma eficaz e rápida de chegar às famílias.

Excetuando a direção da associação de pais, que é muito responsável e envolvida, os outros pais, à semelhança do que se passa na maioria das escolas, não participam muito na vida desta instituição. Trazê-los à escola será uma medida importante a implementar, para a qual temos efetuado várias atividades nas localidades fora da escola sede. A participação dos pais/encarregados de educação e a sua corresponsabilização leva à conjugação de esforços e a

uma partilha de responsabilidades que aumentam as possibilidades de tornar a escola melhor e mais eficaz na resposta às necessidades dos alunos.

Sei que o sucesso escolar passa por uma política de proximidade. Por esta razão, fiz um projeto de candidatura à ANCP,³² para que nos facultasse uma viatura de serviço e assim chegar aos encarregados de educação em tempo real. Por vezes, verifica-se o contrário, vamos buscar os encarregados de educação às aldeias, para participarem na vida da escola sede.

Temos neste momento e há cerca de um ano, um veículo, Ford Galaxy, de sete lugares, para manter ativa a comunicação entre a sede e os polos. Aqui, ainda muita gente não tem luz elétrica, pelo que pensar chegar a todos pelo *facebook* e outras redes sociais, era uma quimera. Esta viatura permitiu ainda, facilitar o acesso dos alunos a atividades extra curriculares, no âmbito do desporto escolar e participação em eventos nas localidades próximas, dado que a rede de transportes públicos nesta parte do Alentejo, é muito fraca.

A viatura de que dispomos é neste aspeto, uma mais-valia. O “embaixador”, como a denominamos no agrupamento, permite quebrar o isolamento, pois o sucesso também tem uma vertente pessoal. Dou como exemplo um aluno que reside numa freguesia e cujo pai, encarregado de educação, sofre de problemas de alcoolismo. Quando é necessário que o mesmo se desloque à sede do agrupamento para tratar de assuntos do seu educando, o assistente da junta de freguesia que exerce funções no nosso agrupamento e que já foi motorista nos bombeiros, logo, possui uma carta de condução que lhe permite efetuar este tipo de transporte, vai à aldeia buscar o referido encarregado de educação, para que este chegue sóbrio, a fim de tratar dos assuntos escolares do seu educando. Caso contrário, o encarregado de educação viria para a sede no autocarro escolar, que chega de manhã e parte à tarde, o que significava alcoolizar-se até à hora da reunião, situação muito constrangedora para a escola e também para o aluno. Esta prática repete-se com vários encarregados de educação,

³² Agência Nacional das Compras Públicas.

nomeadamente os que não possuem transporte para vir à escola. Ir buscar os encarregados de educação a casa, é uma prática corrente e muito positiva. Assim melhorámos os índices de presenças dos encarregados de educação que comparecem às reuniões escolares. Para fortalecer uma proximidade de contacto com as famílias, adquiri para o Agrupamento três telemóveis, um de cada operadora. Quando o diretor de turma recebe os pais, no início de cada ano letivo, são informados desta situação, e podem telefonar, para obter informações mais rapidamente sobre os seus educandos. Esta regra de funcionamento é simples, está instituída e funciona. Para aproximar todos os alunos do agrupamento, durante o mês de maio, desde que sou diretora, criámos o “dia do agrupamento”. Neste dia, todos os alunos se deslocam à sede, para participar em atividades, ateliês, mega aula de ginástica e variadas outras atividades. É um sucesso, os alunos adoram e permite aproximar todos. É feita uma calendarização e todos os alunos passam por todas as atividades, desde manhã até ao fim do dia. O regresso reveste-se sempre de um grande adeus e promessa de voltar no próximo ano.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através do Decreto-lei n.º 115/2006, de 14 de junho, deu início a um novo período de intervenção social para as autarquias, com a criação da Rede Social, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local e abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local. O agrupamento que represento é parceiro ativo e eu fui até 2011, a representante da educação, do município, no núcleo executivo. Fui neste caso participativa com cariz mais lato, preocupando-me com “a minha escola”, mas estendendo essas preocupações igualmente às outras.

No âmbito do PDS (Plano de Desenvolvimento Social), colaborei na organização do Fórum “Construir em Rede”, para o Município de Santiago. Importa referir que este Fórum decorreu na Escola que dirijo. Organizei com os outros elementos do Núcleo Executivo, o

Stand da Feira do Monte, em setembro de 2007 e de 2008. Esse evento serve para aproximar os encarregados de educação à escola e permitir-lhe verificar que a escola está inserida no meio envolvente, o que considero muito importante. Neste momento integro o CLAS da Rede Social.

Sou também a representante do agrupamento de Escolas de Alvalade, na Comissão Social de Freguesia, em Alvalade, e integro o núcleo executivo. Em conjunto com a Junta de Freguesia, demos vida a uma loja social, onde vamos buscar roupa, sapatos e outros bens, para os nossos alunos. Já consegui que as famílias, sem vergonha, se dirijam à “Loja Social”, sem medo de qualquer tipo de discriminação. Tive um envolvimento muito ativo na Constituição da Comissão Social de Freguesia de Alvalade. A Comissão Social de Freguesia de Alvalade, foi a primeira do Município a constituir-se, no dia 07 de agosto de 2007. Colaborei na elaboração do regulamento interno da Comissão Social de Freguesia, que foi aprovado em plenário da respetiva CSF, em 07 de agosto de 2007. Em conversas com o presidente da junta de freguesia de Alvalade, decidimos dar início a este processo. Foi difícil levar as pessoas a integrarem a CSF, pois os afazeres são vários. Há já algum trabalho feito em Alvalade.

Relativamente à educação na freguesia, em concreto, eu e o presidente da junta de freguesia, estamos a trabalhar na segunda fase do projeto. Na primeira fase, trabalhámos em conjunto para integrar os alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, pois ao libertar o edifício do Plano Centenário, criámos um espaço para dinamizar um centro cultural e um novo centro de saúde. Estou neste momento a estabelecer as diligências, no âmbito da Comissão Social de Freguesia, para concluir este processo. Todos temos a ganhar com estas mudanças.

Sou a representante do agrupamento de escolas de Alvalade na comissão organizativa das festas de comemoração do Foral de Alvalade. Desde setembro de 2001 que a Feira Medieval de Alvalade surge como a comemoração cultural mais importante da freguesia. É

nesse espírito que o agrupamento se juntou à Comissão de Organização, e passou a integrá-la. Em setembro de 2010, tivemos a honrosa visita do D. Duarte Pio e fui eu que presidi à abertura da sessão solene. Para representar o agrupamento de escolas, era necessário escolher um docente interessado e responsável, que partilhasse desse gosto e dessa missão. Faço-o com muito gosto e dedicação, quer por afinidade profissional, quer por gosto pessoal. Neste âmbito, alargámos um pouco a nossa participação enquanto Agrupamento de Escolas, e nos últimos anos, passámos a ter um stand, onde expomos os trabalhos dos alunos.

A Lei n.º 147/99, de 01 de setembro de 1999, cria a lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Fui convidada pela Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, para a representar na CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens). São quatro os cidadãos escolhidos para desempenhar tal tarefa. O meu dever profissional e gosto pessoal, levou-me a aceitar tal convite. Passei a integrar a CPCJ no dia 14 de dezembro de 2005, data da primeira reunião em que participei. Participei no stand da feira do Monte, disponibilizando-me para estar no stand a dinamizar atividades de divulgação. A minha participação na CPCJ teve como finalidade dar um apoio aos alunos, pois é nas escolas que os problemas sociais e disciplinares mais se concentram.

3. Promoção da articulação entre os diferentes documentos estratégicos do Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado. Para que isto aconteça, realizo uma reunião geral, anual, onde os mesmos são apresentados e analisados de forma objetiva. Dá-se particular ênfase aos dados do sucesso escolar, do abandono escolar e dos resultados obtidos nas avaliações externas. É explicado a todos os docentes a importância dos normativos em vigor, bem como dos projetos que vigoram no agrupamento. Esta reunião é um momento em que todos partilhamos a experiência que temos enquanto docentes e que apresentamos propostas para implementar. Por outro lado permite que os docentes colocados anualmente fiquem a conhecer o trabalho que se desenvolve pelos docentes do quadro. Após esta reunião, são

realizadas as reuniões de departamento curricular os conselhos de turma, para delinear o projeto curricular de turma e articulá-lo com o projeto curricular de agrupamento e com o projeto educativo.

O regulamento interno da escola, elaborado no âmbito do regime de autonomia, administração e gestão, tem como objetivo a adequação à realidade do estabelecimento de ensino, das regras de convivência e de resolução de conflitos na comunidade educativa. Este documento é publicitado no estabelecimento de ensino, em lugar visível, e fornecido gratuitamente ao aluno quando ingressa na escola e sempre que é atualizado. No ato da matrícula, os pais e encarregados de educação devem conhecer o regulamento e subscrevem uma declaração anual de aceitação e de compromisso quanto ao cumprimento das normas por parte dos seus educandos (Carvalhosa, 2009). O agrupamento criou um registo anual das diligências efetuadas (reuniões, contactos telefónicos, ofícios ...) para conhecer a participação ativa dos pais/encarregados de educação. A grande dificuldade contínua a ser o insuficiente envolvimento e pouca responsabilização de pais e encarregados de educação pelo percurso escolar dos seus educandos, de forma a melhorar o sucesso escolar e comportamentos disruptivos. A educação em Portugal tem feito um caminho de aproximação e envolvimento parental. Pretendemos criar a imagem de Escola de Pais, promovendo ainda o voluntariado parental, e as visitas domiciliárias (Almeida, 2000). A criação de um Observatório de Qualidade, serviu-nos de apoio para Melhorar o envolvimento parental em três dimensões, consolidando a comunicação entre a escola-família, garantir o envolvimento da família em atividades na escola e a participação da família em atividades de aprendizagem na escola. A iniciativa de aproximar a família à escola, deve ser tomada pela escola. Se esta quer que a família participe, deve ser ela a chamá-los. A comunicação personalizada é uma forma de fomentar o envolvimento dos pais de nível cultural mais baixo. É ainda nestes, que esta estratégia funciona melhor (Almeida, 2000, Pereira, 2003).

Após uma análise muito rigorosa, efetuada de forma quantitativa, dos dados obtidos no documento anexo 1³³, que uso como suporte para introdução de qualquer alteração ou inclusão de prática pedagógica, os mesmos são analisados em conselho pedagógico e conselho geral, sendo o conselho pedagógico o órgão que orienta as práticas da escola, bem como as adaptações a efetuar e que passam sempre pelo conselho pedagógico, órgão que acompanha a evolução pedagógica. Os dados quantitativos e a visão que temos dos dados do sucesso escolar, em conjunto com o relatório de autoavaliação do agrupamento, permitem-nos introduzir práticas pedagógicas ajustadas às necessidades dos alunos dos vários anos de escolaridade. Por fim, a aprovação pelo conselho geral, verifica-se obrigatória para legitimar novas práticas. O quotidiano de uma escola, constrói-se dia a dia. A escola dispõe de um projeto educativo, de um regulamento interno e de outros normativos que a situam em termos administrativos e pedagógicos. O estatuto do aluno pretende dotar as escolas de um instrumento legal, para promover a assiduidade dos alunos, a integração, e o cumprimento da escolaridade obrigatória, e o sucesso escolar, prometendo alterar a vida das escolas³⁴. Este suporte legislativo estabelece os direitos e deveres dos alunos e o compromisso dos encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade e tem como desígnios promover o mérito, a assiduidade, responsabilidade, disciplina, integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a aquisição de conhecimentos e capacidades. Este estatuto pretende responsabilizar os alunos e encarregados de educação, pelo excesso de faltas conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias. Podem ser aplicadas aos alunos medidas disciplinares preventivas e de integração, a saber, advertência, chamada verbal de atenção ao aluno; ordem de saída da sala de aula, que é uma medida cautelar, aplicável ao aluno e que prevê ainda que ele permaneça na escola, o que deve estar previsto no

³³ Portefólio dos resultados da avaliação sumativa interna e externa.

³⁴ Lei n.º51/2012, de 5 de Setembro.

regulamento interno; atividades de integração na escola, em que o aluno executa uma atividade de integração, através de tarefas de carácter pedagógico, que contribuam para o reforço da sua formação cívica; a transferência de escola, aplicável ao aluno de idade não inferior a dez anos, que apresente comportamentos qualificados como infração disciplinar grave. Contempla ainda, a aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, que podem ser de repreensão, consistindo numa chamada verbal de atenção, ao aluno; repreensão registada, notificação registada, de comportamento incorreto e que fica arquivada no seu processo individual; mudança de turma, suspensão da escola, expulsão da escola que é a proibição de acesso ao espaço escolar, impedindo-o ainda de se matricular nesse ano letivo, em qualquer estabelecimento de ensino, particular ou coletivo. As medidas aqui referidas, não desresponsabilizam os alunos de responsabilidade civil e criminal. Quando o comportamento dos alunos, menores de 16 anos, for qualificado como crime, a direção da escola comunica à CPCJ ou ao Ministério Público. Num quadro de autonomia das escolas, este documento pretende reforçar a autoridade dos diretores, diretores de turma e professores e ainda valorizar o envolvimento dos pais relativamente à assiduidade, pontualidade e comportamentos. Presentemente, os problemas disciplinares estão a aumentar e os mais frequentes, ocorrem no contexto da sala de aula, reportando-se a atitudes de falta de regras dos alunos e de respeito por este espaço, para com colegas e o professor. Há pontualmente situações com alguma gravidade de indisciplina e de violência as quais são alvo de processos disciplinares que seguem os normativos legais e as disposições do regulamento interno. Foi também por proposta minha, composta a equipa multidisciplinar³⁵, que integra o GAAF. Importa referir que já no ano letivo transato eu tinha proposto a criação e uma equipa de avaliação e comportamentos disruptivos, para desempenhar tal função. A mesma era composta pelo presidente do conselho geral, coordenadora do GAAF, coordenadora dos assistentes

³⁵ Art.º 35.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.

operacionais e coordenadora dos diretores de turma. Tem sido fomentada a Educação para a Cidadania, valorizando o património ambiental e cultural nos últimos anos com a realização de reuniões entre a diretora do agrupamento e os delegados e subdelegados de turma. Foram efetuadas diversas atividades englobadas nos planos anuais do Agrupamento relacionadas com a área da educação para a cidadania, foram promovidas várias atividades com vista ao desenvolvimento de espírito cívico, de cidadãos livres e responsáveis, como a participação dos alunos no Parlamento Jovem e inúmeras iniciativas de solidariedade e voluntariado. O comportamento dos alunos está em permanente observação através de diferentes mecanismos: o trabalho desenvolvido pela equipa da avaliação interna com base nos dados dos conselhos de turma no final de cada período letivo, a análise estatística das ocorrências existentes na direção executiva, os casos identificados e apoiados pelo Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), a ação dos diretores de turma e de todos os professores, em todos os ciclos, entre outros, no sentido de melhorar o comportamento dentro e fora da sala de aula.

4. Reuniões de evidências fundamentadas sobre os resultados escolares obtidos pelos alunos. A página web em conjunto com o jornal do agrupamento, denominado “Pé de Letra”, são dois instrumentos de divulgação muito importantes. Uma vez por período letivo, o conselho pedagógico analisa os dados de sucesso/insucesso para assim podermos em tempo real, apresentar estratégias de remediação e superação. Esta reunião permite conhecer os resultados escolares logo que os mesmos são produzidos, nomeadamente nas reuniões de avaliação de final de período e intercalares.

As metas do projeto educativo correspondem aos caminhos que entendi seguir, na sequência da avaliação externa que analisou o agrupamento em fevereiro de 2008, conjugadas com o projeto educativo.

É necessário melhorar, apoiar o desenvolvimento da formação docente, a participação efetiva dos pais na escola, generalizar o pré-escolar, criar figuras de vinculação, tipo tutorias,

diminuir o número de professores por ano de escolaridade/ciclo, promover a estabilidade do corpo docente (Canavarro, 2007).

Em relação às metas estabelecidas pelo agrupamento para o Programa Educação 2015, no que diz respeito à avaliação interna, em 2010/2011, apenas resultados dos alunos do 2º ano de escolaridade ficaram um pouco inferiores à meta, tendo os restantes anos de escolaridade superado as metas estabelecidas. O projeto Metas de Aprendizagem insere-se na estratégia global de desenvolvimento do currículo nacional que visa assegurar uma educação de qualidade e melhores resultados escolares nos diferentes níveis educativos. Concretiza-se no estabelecimento de parâmetros que definem de forma precisa e escalonada as metas de aprendizagem para cada ciclo, o seu desenvolvimento e progressão por ano de escolaridade, para cada área de conteúdo, disciplina e área disciplinar. Corresponde a resultados da investigação nacional e internacional sobre padrões de eficácia no desenvolvimento curricular, que recomendam este tipo de abordagem. Considera-se da maior importância para a qualidade do ensino e da aprendizagem que os professores e educadores de cada nível e/ou ciclo analise as metas que antecedem e as que dão continuidade à aprendizagem dos alunos num dado momento, tendo em conta, respetivamente, os ciclos ou níveis anteriores e seguintes àquele em que trabalham. A operacionalização das Metas de Aprendizagem permite e incentiva a consideração dessa indispensável visão vertical da progressão da aprendizagem dos alunos ao longo do currículo.

O Conselho Nacional de Educação³⁶, emite parecer sobre este projeto, referindo que as políticas de prestação de contas nem sempre servem o superior interesse dos alunos e da escola. Comparando os resultados escolares da avaliação interna com a externa verificou-se no quinquénio 2006/2011, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, a meta estabelecida de redução do diferencial em uma margem nunca superior a 5%, não foi

³⁶ Parecer n.º 2 /2011, de 03 de janeiro.

conseguida, tal como os resultados obtidos em comparação com os nacionais ficaram muito aquém. No entanto, verificou-se que os resultados obtidos pelos alunos do 1º ciclo se aproximaram ou mesmo superaram as médias nacionais da avaliação externa tendo também sido cumprido o estabelecido no Projeto Educativo. No 2º ciclo os resultados obtidos foram inferiores às médias nacionais, não tendo sido cumprido o estabelecido, à exceção do triénio 2006/2009 em Língua Portuguesa e a Matemática, no ano letivo 2008/2009 (anexo 1).

Quanto aos exames nacionais do nono ano de escolaridade, os resultados obtidos no ano letivo de 2007/2008, na disciplina de Língua Portuguesa, cumpriram o preconizado no PE. Nos últimos anos os resultados têm vindo a piorar em relação às médias nacionais. As provas finais para a conclusão do 2º e 3º ciclos³⁷, contribuem para anualmente, fazermos o balanço dos resultados da avaliação externa e percebermos o nosso desvio relativamente às metas para 2015. Em relação ao indicador “percentagem da taxa de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais em 90%”, verificou-se que foi cumprido o estabelecido no PE.

Um fator que considero negativo, é o corpo docente que não é estável. Apesar do quadro do agrupamento estar completo, a maior parte dos docentes, cerca de 80%, não reside na região, o que dificulta o envolvimento da escola em atividades extra letivas. Para tal, conto com a colaboração incondicional da docente bibliotecária, Antónia Lança. A biblioteca escolar é o polo agregador das atividades do agrupamento, dado que para além da biblioteca na escola sede, temos ainda bibliotecas itinerantes, para os outros polos. Todas as semanas, a professora bibliotecária visita os polos, dinamizando atividades, nomeadamente a Hora do Conto. É também pela biblioteca que se organizam ações de solidariedade, campanhas de recolhas e outras, como forma de chegarmos a todos os alunos. Os concursos de leitura são uma prática da casa, bem como o convite a escritores e personalidades de relevo. É ainda a

³⁷ Despacho normativo n.º14/ 2011, de 18 de novembro e Despacho n.º 1942/2012, de 10 de fevereiro.

biblioteca que organiza a participação do agrupamento, na Feira Medieval que acontece em Alvalade todos os anos.

As instalações e equipamentos foram melhorados de modo muito satisfatório com o apetrechamento de salas de aulas e serviços com aparelhos de ar condicionado; ampliação e melhoria do bufete; criação da sala de convívio dos alunos; mudança de instalações da reprografia e papelaria; apetrechamento das salas com computadores, quadros interativos; mudança do telheiro do pátio central, retirando e substituindo as telhas de amianto existentes, cobertura dos pátios e construção de uma esplanada de convívio, mudança para a escola sede das turmas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo de Alvalade, devido à degradação das instalações da Escola do 1º ciclo; construção do parque infantil, instalação de videovigilância e criação da página www.aas.edu.pt, como via de divulgação do agrupamento.

Implementámos um plano de formação no âmbito das competências sociais e cidadania Para o pessoal não docente, o que efetivamente já aconteceu. Na primeira quinzena de setembro, este grupo profissional participou numa formação de 50 horas sobre saúde e primeiros socorros.

Acredito que é importante estar próximo das diversas comunidades dos nossos alunos, razão pela qual se realizam atividades em todos os polos do agrupamento. Esta é a forma de envolver a comunidade e os pais. Estou a implementar uma gestão partilhada, deslocando-me todas as semanas, um dia em cada polo, para ouvir encarregados de educação e os alunos.

A rede de cursos de ensino profissional está a constituir-se de acordo com prioridades na área da caça, pesca e agricultura. Estas áreas pretendem implementar-se nas escolas e assim colmatar a falha que existe no nosso sistema de ensino profissional. Enquanto Agrupamento, quero crescer e alargar as ofertas educativas a outros níveis de ensino. Estou neste momento a divulgar à comunidade, uma oferta de curso profissional de nível secundário, na área de produção agrícola e animal, (código 621), para permitir que os jovens

se estabeleçam na localidade e perpetuem um setor profissional tão importante como é o primário. Para tal e se o número de alunos for suficiente, o curso a funcionar na sede do agrupamento de Alvalade, funcionará em regime de protocolo com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado, cuja sede está em Alvalade, no ano letivo de 2013/14.

Todo este caminho em direção ao sucesso escolar, exige de nós não só trabalho prático, dirigido à sala de aula, mas também uma monitorização minuciosa e exaustiva. Para tal, temos o portefólio de qualidade, onde registamos e monitorizarmos os dados da nossa comunidade educativa. Nomeei uma equipa para trabalhar no processo de autoavaliação, que eu coordeno e que nos mantém informados sobre de onde viemos e para onde vamos. O que pretendemos é concretamente, garantir a eficácia dos processos de organização e gestão com base numa monitorização sistemática.

Apesar de o novo modelo de direção apontar para a liderança numa figura unipessoal, é cada vez mais importante o papel dos que detém as lideranças intermédias. Diretores de turma, mediadores, coordenadores de departamento, e outros elementos com funções de coordenação/orientação, necessitam conhecer muito bem as responsabilidades que lhes são cometidas por lei, a nível orgânico e a nível de agrupamento. O mesmo se aplica ao pessoal não docente e discente.

A Associação EPIS- Empresários Pela Inclusão Social, desenvolve desde 2007, projetos focados no combate ao insucesso e abandono escolar, com metodologias de intervenção no aluno, família e comunidade. Estão empenhados em expandir as suas metodologias, abrangendo um número cada vez mais elevado, de alunos referenciados. Para tal, apoiam-se em parcerias locais e dessa forma, já conseguiram apoiar cerca de trinta mil jovens. Estando já a planear as suas atividades para o próximo ano letivo, eu, enquanto diretora do agrupamento de Alvalade, estabeleci contactos com eles, e participei no dia 30 de maio, no seminário dinamizado em Évora, subordinado ao referido projeto. Pretendo

implementar este projeto, no Agrupamento que dirijo, no ano letivo de 2012/13. Para tal, enviei ao Sr. Presidente da Câmara de Santiago do Cacém, um ofício para que este reúna todos os diretores do município e assim concertarmos estratégias de atuação. Aguardo que o município estabeleça as diligências necessárias.

Em março 2012, candidatámo-nos com sucesso ao Projeto Psicoterapia na Escola, do Instituto Quintino Aires. Visa este projeto, avaliar neuropsicologicamente, de forma trimestral e consulta de psicoterapia, com habilitação neurocognitiva semanal, crianças e adolescentes com problemáticas que comprometem a adaptação e sucesso escolar.³⁸ A candidatura foi aceite e temos neste momento vários alunos a beneficiar de apoio psicológico através desta Fundação. Este meio social é pobre e os encarregados de educação quase sempre desvalorizam os problemas psicológicos dos alunos. Os psicólogos da Fundação comparecem nas várias escolas do agrupamento, falam com os pais relativamente à parte burocrática e depois tratam os alunos. Neste momento, o resultado apresenta um saldo favorável.

Estamos também em conversações com a ESPIGA, Cooperativa de Solidariedade Social, IPSS³⁹, que integra a Rede Social de Santiago do Cacém e onde eu tive conhecimento da sua existência. Pretendemos alargar a nossa abrangência em termos sociais. Com este protocolo que estamos neste momento a estabelecer, pretendemos promover ações de combate à exclusão social, desenvolver um programa de equipamentos e espaços de apoio a alunos carenciados, alargar o apoio a cursos profissionais e dinamizar atividades culturais, desportivas para jovens. Enquanto projeto de sucesso escolar, estou neste momento, com a Equipa do Observatório de Qualidade, a analisar o projeto “Maior Sala de Aula do Mundo”⁴⁰. Este assenta em recursos *online* e já está disponível em língua portuguesa. Os currículos são colocados na internet e o recurso a lições virtuais, incentivado. Este é um projeto ambicioso,

³⁸ Instituto Quintino Aires, Av. Almirante Reis, n.º 103, 3º Esq./Fte. 1150-022, Lisboa.

³⁹ Instituição Particular de Solidariedade Social.

⁴⁰ Divulgado dia 09 de fevereiro de 2012, na revista Visão, pp86/89.

mas a sua génese está lançada no agrupamento de Alvalade. Queremos integrar uma sala de aula tamanho do mundo, como refere o mentos do projeto.

Estou neste momento, em conjunto com o Presidente do Conselho Geral, a analisar a hipótese de nos candidatarmos ao programa TEIP3⁴¹, (Território Educativo de Intervenção Prioritária). Este projeto visa dar às escolas, condições para promover o sucesso educativo das crianças e jovens que se encontram em zonas de acentuada pobreza e exclusão social. A criação em particular deste TEIP3, está mais dirigido para ações promotoras da aprendizagem e do sucesso educativo, nas quais nos revemos. Pretendemos melhorar os resultados escolares sem entrar num processo de facilitismo. Consideramos que um dos problemas da escola é a fraca qualidade da avaliação formativa, pois esta continua a ser vista por nós, como uma prestação de contas. Ainda temos um ensino muito tradicional, com uma pressão vincada nos resultados escolares. O meio, vincadamente rural, não permite à maior parte dos agregados familiares auferir um rendimento médio, para garantir aos alunos os bens essenciais de que precisam. De entre os alunos subsidiados, importa ter presente os que auferem de escalão A, ou seja, aqueles cujo rendimento fica abaixo do limiar nacional. Para tal, é importante ter presente que, dos 443 alunos, 49% beneficia de Escalão; 28,2%, Escalão A e 20 %, de Escalão B. Racionalizar os recursos financeiros para apoiar os alunos mais carenciados e apoiar a família nessa resolução, é um papel que a escola pode assumir, no sentido de suprimir algumas carências alimentares e de saúde. Como estratégia, foi criado o GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família), a nível de escola. Serve de mediador entre os problemas de aprendizagem e disciplinares no Agrupamento e a família. Antes de os alunos serem encaminhados para a CPCJ ou Ministério Público, o GAAF ouve todos os intervenientes, propondo à direção o caminho a tomar, que pode ser a aplicação de uma

⁴¹ Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro.

medida disciplinar, encaminhar para a CPCJ, ou em caso de maior gravidade, para o Ministério Público.

Trabalhar numa lógica de coerência que conjugue, simultaneamente, os normativos do poder central com a afirmação crescente dum poder local forte, valorizando a diferenciação resultante da heterogeneidade da população docente e discente, dos agentes educativos e do meio socioeconómico e cultural no qual a escola está inserida, é o trabalho primeiro e principal do diretor. Uma atuação neste sentido pressupõe a definição clara de metas, de objetivos, a racionalização dos recursos disponíveis e a capacidade criativa de gerar respostas adequadas para a resolução de problemas e nenhum decreto, por si só, poderá conduzir à eficácia deste processo. Pelo exposto, as vantagens da participação de todos os atores na consecução da missão da escola, passam pela socialização nos valores da sociedade democrática, da participação e da cidadania; uma melhor atitude face à escola e aos professores; a redução dos problemas disciplinares e o desenvolvimento de atitudes de autorregulação e de disciplina. Consequentemente, a participação dos alunos tenderá sempre a desenvolver uma maior ligação à escola.

Apesar deste modelo de direção assentar basicamente numa cultura de responsabilização unipessoal, continuo a ver a escola como um local de interação entre todos os intervenientes, onde quem for mandatado para “mandar” deve, em conjunto com todos, cumprir a missão da escola. Sou em primeiro lugar, professora, pelo que acredito num clima de gestão apoiado num processo de negociação. É pelos alunos que trabalhamos, não numa forma unipessoal, mas sim de uma forma conjunta, pois o fim que todos desejamos é o mesmo, a saber, o sucesso dos alunos. Muitos fatores, problemas e potencialidades ficam por assinalar nestas páginas. Quem sabe o que é uma escola, sabe tão bem como eu que é impossível descrever em algumas páginas, os seus os problemas, as suas potencialidades, o seu futuro enquanto organização.

A escola atual deve ser inclusiva. O conceito de escola para todos está explícito na Declaração de Salamanca, devendo promover a integração das crianças, independentemente das diferenças que possuem. A Educação Especial é uma resposta integrada a alunos diferentes, permitindo “incluir-los” (Unesco, 1994). Neste caso, a inclusão escolar em respeito pelas diferenças, nomeadamente ao nível de currículo e estratégias de ensino-aprendizagem diferentes, mesmo que optando por um currículo mais flexível. Sabemos que os recursos humanos são uma componente indispensável nesta dinâmica de apoios educativos e que as escolas nem sempre possuem todos os recursos necessários. A política de gestão de recursos humanos, foi reformulada e organizada com base nos seguintes pressupostos: a) garantir uma distribuição justa e equilibrada; b) diferenciar tipos de problemas, necessidades e recursos; c) garantir um equilíbrio entre a qualidade e a quantidade de respostas disponibilizadas⁴². Para além destas premissas, é ainda importante que o corpo docente seja estável, e que estes permitam um acompanhamento pessoal com base numa relação sólida.

2012/13 assenta num quadro legislativo completamente diferente do que tínhamos até então. O Despacho n.º 5106-A/2012, de 12 de abril, Despacho normativo n.º13-A/2012, de 05 de junho e o Decreto-lei n.º 137/2012, de 02 de julho, Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho, Decreto-lei n.º176/2012, de 02 de agosto, e Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e Despacho-normativo n.º 24-A/ 2012, de 6 de dezembro, são a partir de agora, os instrumentos legais que orientam os estabelecimentos de ensino. É dada a possibilidade de trabalhar para o sucesso escolar, desenvolver ações de apoio ao crescimento e desenvolvimento pessoal e social dos alunos, reorientar o seu percurso, em direção ao sucesso, reforçar apoios, nomeadamente através da oferta de apoio ao estudo, adotar medidas que permitam a igualdade de oportunidades, criando grupos de homogeneidade relativa, fomentar a coadjuvação, e se

⁴² DGIDC, Reorientação das Escolas Especiais em Centros de Recursos, 2006.

necessário, nos 1º e 2º ciclos, prolongar as atividades letivas, prolongando o calendário escolar.

Aceito a mudança, porque acredito que as escolas de sucesso se apoiam em lideranças que demonstram flexibilidade em lidar com mudanças e vontade de experimentar (Benson, 2000).

Avaliação da Intervenção

Vivem-se tempos de mudança. Têm sido introduzidas alterações com impacto direto na atividade curricular, nomeadamente o acordo ortográfico, novos programas e respetivos manuais, nova terminologia linguística, o documento Metas de Aprendizagem, bem como a reorganização curricular em conjugação com o Programa Educação 2015. Será possível implementar tal mudança? Que resultados esperamos obter?⁴³

Por outro lado, nestes tempos de mudança, os professores receberam no dia 21 de fevereiro, a 11ª alteração ao Estatuto da Carreira Docente⁴⁴.

Para monitorizar e acompanhar o sucesso escolar neste Agrupamento, foi criada a comissão de autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado, equipa responsável pelo Observatório da Qualidade Escolar, que apresenta o portefólio de avaliação sumativa interna/externa⁴⁵, considerando-o uma ferramenta de elevado potencial para orientar o olhar autocrítico, promover o desenvolvimento reflexivo dos e entre os atores educativos, criar condições de estabilidade dinâmica e de progressivo desenvolvimento da autonomia, contribuindo para a edificação de uma sólida identidade do agrupamento. O documento é muito importante para refletir, analisar, reorganizar e repensar estratégias de ensino e de atuação pedagógica, que projetem dinâmicas próprias da escola reflexiva, inclusiva, autónoma, preventiva, sustentável, formativa e reguladora. Este documento serve-nos de base de trabalho e sempre que necessitamos efetuar análises quantitativas objetivas, baseamo-nos nestes dados que compilámos.

A seleção de marcadores obedece aos seguintes propósitos da avaliação e da formação:

⁴³ Conselho Municipal de Educação, Parecer n.º2/2011, 03 de janeiro.

⁴⁴ Decreto-Lei n.º4/2012, de 21 de fevereiro.

⁴⁵ Anexo 1.

Evolução da taxa de sucesso/insucesso e da qualidade do sucesso (média) por área disciplinar e áreas curriculares não disciplinar (comparação 1º, 2º e 3º períodos) nos três ciclos de ensino; Estes dados são neste momento, o nosso principal foco de observação. Temos no nosso agrupamento um problema crónico de insucesso. As famílias são pobres, os alunos carenciados e grande parte beneficia de apoio da Ação Social Escolar. Como sabemos, baixos rendimentos originam quase sempre insucesso escolar.

Evolução das taxas de retenção/sucesso: global (ciclo/ano de escolaridade/turma) e por disciplina; Estes são os dados que nos dão uma visão de conjunto dos valores que estamos a atingir em relação aos que foram contratualizados anteriormente. Permite-nos ainda verificar as disciplinas em que há maior insucesso e/ou retenção. Sabemos à partida que a matemática e o português são duas áreas problemáticas e fundamentais para a monitorização da nossa situação.

Aplicação das medidas previstas no Despacho Normativo 50/2005, de 9 de novembro (apoios pedagógicos; planos de desenvolvimento, acompanhamento e de recuperação); Estes dados quase sempre são alvo de análise crítica. Esta medida não tem tido grande sucesso, dado que os planos nem sempre conseguem reverter a situação do insucesso escolar em que os alunos se encontram e foi entretanto revogado.

Avaliação dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. Há neste agrupamento muitos alunos com problemas de saúde, nomeadamente alguns que necessitam de um acompanhamento mais individualizado por parte das assistentes operacionais. Estes alunos exigem da organização escola um esforço suplementar, no entanto, a nossa disponibilidade para eles, é total. As assistentes operacionais beneficiaram de formação para acompanhar os alunos.

Avaliação externa (provas de aferição, testes intermédios e exames nacionais). O nosso problema fundamental é este. As nossas avaliações externas ainda apresentam valores muito

baixos, o que nos coloca muito mal em termos de ranking nacional. Este ano, para melhorar a situação, optámos por colocar em funcionamento um sistema de coadjuvação nas áreas de português e matemática. Esta medida foi possível este ano, mas não temos garantias de futuro, pois a mesma resultou de insuficiência de tempos letivos dos docentes, em resultado de termos sido sujeitos a uma articulação curricular. No 1.º ciclo, 2.º ano de escolaridade, onde tivemos muitos alunos que não transitaram, aderimos ao projeto Fénix.

Em relação aos pontos a melhorar incluídos no relatório da Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC) e na sua maioria também constatados no relatório da equipa de autoavaliação temos a salientar os seguintes: Ao nível da articulação horizontal e vertical, desenvolveram-se ao longo dos últimos anos letivos projetos e atividades comuns aos diferentes ciclos, através de reuniões entre coordenadores de departamento, conselhos de turma e docentes do 1º ciclo, docentes das atividades de enriquecimento curricular, entre outros. Contudo, reconhecemos a necessidade de uma maior consciência da ação/prática pedagógica em articulação, bem como da construção e planificação conjunta de projetos e atividades; a direção executiva designou em 2009/2010, uma equipa de avaliação interna que teve como objetivo dotar o agrupamento uma estrutura dinâmica que procedesse de forma regular e eficaz à avaliação interna do agrupamento e implementar um plano de ação que visasse a mudança organizacional tendo como finalidade a melhoria contínua da gestão dos processos. Os objetivos foram largamente superados, tendo sido recolhidos dados e feita a sua análise em pouco tempo (menos de um ano letivo). Recolhemos dados rigorosos e aprofundados sobre o agrupamento, seus pontos fortes e oportunidades de melhoria, resultados escolares internos e externos do último quinquénio, entre outros.

Foi envolvida toda a comunidade educativa, incluindo os parceiros, suscitando a partilha de informação que facilitou a recolha de contributos e sugestões relevantes para o sucesso do processo (salientado no Relatório da IGEC/ fevereiro 2011). A Comissão envolveu

toda a comunidade educativa, construindo questionários que posteriormente distribuiu, recolheu e tratou, cumprindo todo o processo baseando o trabalho nos nove critérios da metodologia da CAF⁴⁶ adaptada às escolas, com grande exaustão e rigor, elaborando os relatórios de autoavaliação e plano de melhoria e procedido à respetiva supervisão/monitorização durante o ano letivo 2010/11, assim como procedeu à avaliação e divulgação do plano de melhoria. Para que a autoavaliação desse origem a um diagnóstico organizacional real e fiável, foi necessário ouvir todos aqueles que intervêm neste agrupamento de escolas. Os questionários foram aplicados ao universo do pessoal docente, pessoal não docente, pais/encarregados de educação e instituições com quem o agrupamento estabeleceu protocolos de cooperação e parceria. Aos alunos do agrupamento, foi feita uma seleção dos inquiridos, não tendo sido contemplados os alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo (1º e 2º anos) pelo facto destes terem ainda enormes dificuldades na compreensão das questões e preenchimento do questionário autonomamente. Os questionários aplicados foram abrangentes e permitiram aferir conclusões sobre o nível de desempenho do agrupamento e evidenciar domínios que necessitam de ser melhorados. Foram assim distribuídos questionários em formato de papel para todos os pais/encarregados de educação, alunos (do 3º ao 9º ano), parceiros e pessoal não docente. Todo o processo de inquirição e tratamento de dados garantiu a confidencialidade da identidade dos respondentes. Os dados obtidos são uma importante fonte de análise para percebermos o que os outros pensam de nós.

Cada vez mais se presta atenção à necessidade de criar instrumentos que permitam descrever e entender como funcionam as escolas. As medidas tendentes à descentralização da educação têm dado maior amplitude a esta problemática, pois criaram a necessidade de implementar estratégias para controlar a qualidade e eficácia das escolas. Cada vez mais a qualidade das escolas resulta de mudanças internas, nomeadamente, uma objetiva definição

⁴⁶ A Common Assessment Framework, modelo de avaliação com aplicação universal, baseado nos meios e resultados. É um modelo de autoavaliação que permite a qualquer organização analisar de forma sistemática, o seu desempenho.

do conceito de qualidade, uma análise/reflexão sobre os objetivos e as práticas educativas e o controlo sistemático dos resultados escolares. Do ponto de vista da descentralização e da autonomia das escolas, a participação e a capacidade decisória de quem está mandatado para tal, são dois aspetos essenciais da qualidade educativa (Clímaco, 1991).

Por tal, já elaborámos no agrupamento, um portefólio de monitorização (anexo 1).

Este processo marca o início de um novo ciclo..., de um novo ano...

Conclusões Gerais

O processo de produção da escola, diz respeito a pessoas e não a materiais. O *output* da escola não pode ser visto como uma empresa, pois as relações interpessoais assumem relevância privilegiada nesta comunidade. O que garante a qualidade da educação nas escolas é sobretudo a qualidade do trabalho profissional de todos os intervenientes, que depende de um esforço coletivo e de um investimento continuado de todos. A sociedade atual valoriza muito os resultados quantitativos em detrimento do processo de aprendizagem. O que os pais e encarregados de educação mais querem saber, é se o filho transita ou fica aprovado. A escola ainda é vista por muitos como um local de passagem obrigatório. O gosto pela escola tem que ser consolidado, melhorando o espaço físico, a oferta formativa, os serviços e atividades extracurriculares. Há na educação atual uma aparente contradição, pois como podemos conciliar uma escolaridade obrigatória, inclusiva e socializadora com a sua finalidade instrutiva, “medida” pelas avaliações externas.

Precisamos saber onde estamos, e para onde queremos ir. Dinamizar uma equipa de autoavaliação no agrupamento, para avaliar os pontos fortes e os pontos fracos foi a necessidade sentida, para criar/elaborar elementos fiáveis de autoavaliação e sistematizar de forma estatística, os dados obtidos. A escola, como qualquer organização, pode ser avaliada em função de três dimensões fundamentais, a saber, os resultados, o funcionamento e os processos internos, e as relações com o contexto envolvente.

A educação tem sido politizada, o que tem sucessivamente obrigado a prestar contas sobre a forma como usam os seus recursos e quais os resultados escolares alcançados. Esta motivação levou à necessidade de identificar os fatores importantes da qualidade e arranjar instrumentos e técnicas de análise de resultados que permitam descrever de forma concreta a vida das escolas. A educação deve ser instrutiva, ou personalizada, pois uma ou outra forma, pressupõem formas diferentes de agir pelos professores.

É claro para os docentes que o sucesso escolar atual se relaciona diretamente com as taxas de transição/aprovação. Os resultados escolares entre 2007/2008 e 2011/2012, sofreram uma melhoria razoável no 3.º ciclo, dado que é sempre o ciclo de estudos que mais problemas têm, devido à idade dos jovens. O 2.º ciclo melhorou de 71,5%, para 91,5%, e o 3.º ciclo melhorou os seus resultados escolares de 74,6%, para 86%. O valor global de taxas de transição passou de 81,9, para 91,3%. Os valores apresentados pelo 1.º ciclo variam entre 96,1% e 96,5%, o que confirma que os resultados escolares do 1.º ciclo superam os dos outros ciclos de estudos (anexo 1, pp 6-7).

Apesar de todos os constrangimentos, de um total de 351 alunos avaliados no ano letivo de 2011/2012, somámos 21 retenções, o que dá um valor de 5,98%. Este valor é razoável, se comparado com anos anteriores em que rondou os 18%. Estes resultados são o fruto de um trabalho de equipa que um grupo de profissionais do agrupamento de escolas de Alvalade, do qual eu sou diretora desde junho de 2009.

Idealmente este valor quantitativo deveria surgir associado a valores de sucesso educativo, de aprendizagem e também de desempenho profissional. Esse é o trabalho que iniciámos agora no nosso agrupamento de escolas. Após o término da escolaridade obrigatória e da frequência neste estabelecimento escolar, o que acontece aos alunos? Que vão fazer? Estou a coordenar um outro capítulo para integrar o portefólio, onde vamos colocar a escolaridade que os alunos que frequentaram e frequentam este estabelecimento, adquirem para ingressar no mercado de trabalho. O que acontece aos alunos do agrupamento de Alvalade quando terminam o 9.º ano de escolaridade?

Estamos interessados em que os nossos alunos frequentem a escola como uma segunda casa, pois aqui passam grande parte do seu tempo. Queremos consolidar o envolvimento dos alunos com os professores e com a escola, para que desses laços mais fortes, também se fortaleça a relação institucional escola/aluno/família.

O abandono escolar tem um valor residual, que se manifesta num aluno por ano.

De forma muito sucinta, podemos considerar que as medidas que mais contribuíram para melhorar o sucesso escolar foram o projeto Mais Sucesso Escolar, na modalidade Fénix, o PAM, o a LER+, o GAAF, as tutorias.

A grande limitação com que nos deparamos e isto em pleno século XXI, neste Alentejo tão vasto, é a distância a que os alunos residem, aliada à fraca rede de transportes públicos. A relação escola/aluno/família ainda é limitada aos horários da rodoviária.

Neste século XXI, isto parece um contrassenso. Enfim, sinal dos tempos!

Referências Bibliográficas

- Abreu, I. e Roldão, M.C. (1989). A evolução da escolaridade obrigatória em Portugal nos Últimos vinte anos, in Pires, Eurico L., (1989). *O ensino Básico em Portugal*, Porto: Edições ASA.
- Afonso, A. J. (1998). *Políticas educativas e avaliação educacional - para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995)*, Braga: Universidade do Minho.
- Alçada, I., (2009). “Promoção do sucesso escolar passa por melhores aprendizagens e mais apoio às famílias”. *Boletim dos Professores* n.º 15. (Retirado de <http://www.min-edu.pt/np3/3549.html>).
- Almeida, A.N., (2000). Olhares sobre a Infância: Pistas para a Mudança. Atas do Congresso Internacional “*Os Mundos Sociais e Culturais de Infância*”, vol., 19-22. Universidade do Minho.
- Almeida, L; Ribeiro, I; Gomes, C. (2006). Conhecimentos prévios, sucesso escolar e trajetórias de aprendizagem: do 1.º ciclo para o 2.º ciclo do ensino básico. *Avaliação Psicológica*, (pp127-13). Braga: Universidade do Minho.
- Amaral, S. M. M., (2002). *Dinâmica demográfica e escolaridade obrigatória. O caso particular da região de Beja na transição do milénio*. Lisboa: ISCTE.
- Azevedo, J., (2002). *Avaliação de Escolas: consensos e divergências*. Porto: Edições Asa.
- Barroso, J. (1996). *O Estudo Da Escola*. Porto: Porto Editora.
- Barroso, J. (1999). *A Escola Entre o Local e o Global: Perspetivas para o Século XXI*. Lisboa: Educa.

- Benavente, A., (1990). Insucesso Escolar no contexto Português, abordagens, conceções e políticas. *Análise Social*, vol. XXV, pp 715-733.
- Benson, J. T., (coord.), (2000). Características de Escolas Eficazes. Madison: Wisconsin Department of Public Instruction. (Tradução do Observatório de Melhoria e da Eficácia na Escola.). Lisboa: Universidade Lusófada.
- Berger, P., Luckmann, T., (1990). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bettencourt, A. M.; Sousa, M. V. de, (s.d.). *O Conceito de Ensino Básico e as Práticas de Integração educativa*. ESE de Setúbal, policopiado.
- Brookover, W., B., (1978). Elementary School Social Climate and School Achievement. *American Educational Research Journal*, vol.15, pp 301-318.
- Brunet, L., (1992). Clima de Trabalho e Eficácia de Escola, in António Nóvoa (coord.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Dom Quixote, pp 121-140.
- Campos, B.P., (1989). *Questões de Política Educativa*. Porto: Edições Asa.
- Canário, R., (1992). Inovações e Projeto Educativo de Escola. Lisboa: Educa.
- Canavarro, J., M., (2007). *Para a Compreensão do Abandono Escolar*. Lisboa: Texto Editores.
- Carvalhosa, S., Moleiro, C., Sales, C. (2009). A Situação do Bullying nas Escolas Portuguesas. *Interações*, 3, pp.125-146.
- Clímaco, M. C. (1991). *Os Indicadores de Desempenho de Escola na Gestão e Avaliação da Qualidade Educativa*. Revista Inovação, IV (2-3), pp 87-123.
- Clímaco, M.C. (1992). *Monitorização e práticas de avaliação das escolas*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.
- Costa, J. A., (1991). *Gestão Escolar – Participação. Autonomia – Projeto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- CNPE- Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação. (s/d)

- Projeto Fénix: Prevenir e combater o insucesso escolar no ensino básico.* (Retirado de <http://www.min-edu.pt/np3/3526.html>).
- Crahay, M. (2007). Qual Pedagogia para os alunos em dificuldade escolar? *Cadernos de pesquisa*, vol. 37-n.º130.
- Curado, A., R., (1995). *A Construção do Projeto Educativo de Escola: Estudo de caso numa escola secundária.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Direção Regional de Educação do Alentejo. (2009). Projeto Turma Mais: Uma aposta na conclusão do 3.º ciclo em três anos. *Boletim informativo. Ed. Gabinete de Apoio à Direção.* (Retirado de <http://www.min-edu.pt/np3/3527.html>).
- Dubar, C., (1997). *A Socialização.* Porto: Porto Editora.
- Formosinho, J., (1989). De Serviço de Estado a Comunidade Educativa: Uma Nova Concepção Para a Escola Portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 2, n.º1, pp 53-86. Universidade do Minho.
- Guerra, M., (2002). *Entre Bastidores. O Lado Oculto da Organização Escolar.* Porto: Edições Asa.
- Leite, C., & Fátima, (2000). *Projeto Educativo de Escola, Projeto Curricular de Escola, Projeto Curricular de Turma. O que têm em comum? O que os distingue?* Lisboa: Departamento de Educação Básica.
- Lima, L. (1992). *A Escola Como Organização e a Participação na Organização Escolar.* Braga: Universidade do Minho.
- Mata, I., M., D., (2000). *Sucessos e Insucessos de uma experiência pedagógica com jovens em risco de exclusão escolar.* Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Matos, M., M., Verdasca, J., Matos, M., (2012). *Promoção do Sucesso Educativo. Projetos de Pesquisa.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Melhuish, E., (2008). Pre-School gives math boost. London: University of London. (Retirado de <http://educacao-em-portugal.blogspot.com/2008/09/factores-de-sucesso-escolar.html>).
- Moreira, L., T., (2009). *Projeto Fénix - Um Projeto de Inovação Pedagógica: Operacionalização e Impacto no Agrupamento Campo Aberto- Beiriz*. Porto: Universidade Aberta. (Dissertação de mestrado não publicado).
- Morgado, J., (2004). *Qualidade na Educação – Um Desafio para os Professores*. Lisboa: Editorial Presença.
- Musgrave, P. W., (1979). *Sociologia da Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nóvoa, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Quixote.
- Observatório de Melhoria e da Eficácia da Escola, (s/d). *Planos de Melhoria da Escola. Uma Introdução*. (Retirado de <http://observatorio.por.ulusiada.pt>).
- Orvalho, J., N., Sónia, (s.d.). *Modernização Administrativa/Qualidade Nas Escolas. Módulo IV*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Patrício, M., F., (2001). *Escola, Aprendizagem e Criatividade*. Porto: Porto Editora
- Pereira, A., F., F., (2003). Desenvolvimento da Versão para Professores do Questionário de Envolvimento Parental (QEPE-VRP). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, 109-132
- Pinto, C., (1983). *Sociedades e Socialização. I Módulo, cad. 2*. Porto: ISET.
- Rocha, A., (1999). *Avaliação de Escolas*. Porto: Edições Asa.
- Sarmiento, M. J., (2000). *Lógicas de Ação na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Sebastião, J., T. Seabra, M. G. Alves, D. Tavares, J.M. Martins e M.J. Portas, (1999). A Produção de Violência na Escola. Santarém: *Revista da ESES*.
- Sebastião, J., A., M., Campos, (2003). Violência na Escola: Das Políticas aos Quotidianos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 41pp 37-62.

- Silva, P., (2003) *Escola-Família- Uma Relação Armadilhada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stoer, S., R., e Silva, P., (2005). Escola – Família uma Relação em processo de Reconfiguração- *Coleção Ciências da Educação Século XXI*, 21, Porto: Porto Editora.
- Teixeira, M., (1995). *O Professor e a Escola- Perspetivas Organizacionais*. Amadora: Mcgraw-hill.

Legislação

Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio

Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio

Despacho n.º 113/ME/93, de 23 de junho

Despacho normativo n.º 27/97, de 2 de junho

Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio

Lei n.º 147/99, de 01 de setembro de 1999

Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro

Despacho conjunto n.º 9/2003 de 6 de dezembro de 2002, publicado no Diário da República

2.ª série, n.º 7, de 9 de janeiro de 2003

Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de junho.

Despacho Normativo 50/2005, de 09 de novembro

Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho

Portaria 230/2007, de 07 de março

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro

Despacho n.º 100/2010, de 05 de janeiro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho.

Parecer n.º 1/2011, 03 de janeiro

Parecer n.º 2 /2011, de 03 de janeiro

Despacho n.º 40/2011, de 20 de maio

Despacho normativo n.º 14/ 2011, de 18 de novembro

Despacho n.º17169/2011, 23 de dezembro

Despacho n.º 1942/2012, de 10 de fevereiro

Decreto-Lei n.º4/2012, de 21 de fevereiro

Despacho normativo n.º6/2012, de 10 de abril

Despacho n.º 5106-A/2012 de 12 de abril

Resolução n.º 56/2012 de 27 de abril

Resolução n.º 57/2012, de 27 de abril.

Despacho normativo n.º13-A/2012, de 05 de junho

Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho

Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de julho.

Decreto-lei n.º176/2012, de 02 de agosto

Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro

Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro

Circular n.º 7/2012, de 18 de outubro

Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro

Despacho normativo n.º24-A/2012 de 6 de dezembro

Anexo 1- Portefólio do Agrupamento de Escolas de Alvalade

Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado

ANO LETIVO 2011/2012

OBSERVATÓRIO DE QUALIDADE ESCOLAR

**PORTEFÓLIO
DOS
RESULTADOS ESCOLARES
DA**

AVALIAÇÃO SUMATIVA INTERNA / EXTERNA



“Mobilizar o Presente, Valorizando o Passado para se Investir no Futuro” (In Projeto Educativo 2011-2014)

COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO AGRUPAMENTO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I.....	6
1. AVALIAÇÃO INTERNA – QUINQUÉNIO 2006-2011	6
1.1. RESULTADOS ESCOLARES – TAXA DE SUCESSO / ABANDONO – QUINQUÉNIO 2006-2011.....	6
1.2. METAS DE APRENDIZAGEM -2011/2012.....	7
2. APRECIÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2011/2012.....	8
2.1. AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI 3/2008, DE 7 DE JANEIRO.....	9
3. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2011/2012	10
3.1. EVOLUÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE MENÇÕES QUALITATIVAS	10
3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DE MEDIDAS CONSTANTES NO DESPACHO NORMATIVO 50/2005, DE 9 DE NOVEMBRO	22
3.3. AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI 3/2008, DE 7 DE JANEIRO.....	25
4. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2011/2012	26
4.1. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUCESSO/INSUCESSO E DA QUALIDADE DO SUCESSO (MÉDIA) POR ÁREA DISCIPLINAR	26
4.2. TAXA DE RETENÇÃO POR TURMA – 3º PERÍODO; QUADROS COMPARATIVOS DA EVOLUÇÃO DO APROVEITAMENTO.	35
4.3. OPERACIONALIZAÇÃO DAS MEDIDAS CONSTANTES NO DESPACHO NORMATIVO 50/2005, DE 9 DE NOVEMBRO.	36
4.4. AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI 3/2008, DE 7 DE JANEIRO.....	38
5. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2011/2012	39
5.1. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUCESSO/INSUCESSO E DA QUALIDADE DO SUCESSO (MÉDIA) POR ÁREA DISCIPLINAR.....	39
5.2. RESULTADOS ESCOLARES OBTIDOS PELOS ALUNOS ANTES E DURANTE O PROJETO FÉNIX – QUINQUÉNIO 2006-2011.....	52
5.3. RESULTADOS ESCOLARES OBTIDOS PELOS ALUNOS ABRANGIDOS PELO PROGRAMA MAIS SUCESSO ESCOLAR - PROJETO FÉNIX – 2011/2012.....	53
5.4. TAXA DE RETENÇÃO POR TURMA – 3º PERÍODO; QUADROS COMPARATIVOS DA EVOLUÇÃO DO APROVEITAMENTO.	55
5.5. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CONSTANTES NO DESPACHO NORMATIVO 50/2005, DE 9 DE NOVEMBRO.	56

5.6. AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI 3/2008, DE 7 DE JANEIRO	58
CAPÍTULO II.....	59
1. AVALIAÇÃO POR DEPARTAMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2011/2012.....	59
1.1. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	59
1.2. DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES	60
1.3. DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS	61
1.4. DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS	62
CAPÍTULO III.....	63
1. ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	63
2. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – AEC DO 1º CICLO	64
3. PLANOS DE ACOMPANHAMENTO, RECUPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	68
3.1. PLANOS DE ACOMPANHAMENTO, RECUPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO- QUINQUÉNIO 2006-2011	68
3.2. PLANOS DE ACOMPANHAMENTO, RECUPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO- ANO LETIVO 2011/2012	68
CAPÍTULO IV	70
I. AVALIAÇÃO EXTERNA – QUINQUÉNIO 2006-2011	70
1.1. RESULTADOS ESCOLARES DAS PROVAS DE AFERIÇÃO E EXAMES NACIONAIS	70
1.2. METAS DE APRENDIZAGEM -2011/2012.....	71
2. AVALIAÇÃO EXTERNA – ANO LETIVO 2011/2012.....	72
2.1. PROVAS DE AFERIÇÃO -1º CICLO	72
2.2. TESTES INTERMÉDIOS - 2º ANO.....	73
2.3. TESTES INTERMÉDIOS - 8º ANO.....	73
2.4. TESTES INTERMÉDIOS - 9º ANO.....	73
2.5. EXAMES NACIONAIS DO ENSINO BÁSICO	74
CAPÍTULO V	77
1. MEDIDAS DISCIPLINARES NO AGRUPAMENTO – TRIÉNIO 2009-2012	77

2. CONTACTOS COM OS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO – ANO LETIVO 2011/2012.....	79
3. PERCURSO ESCOLAR DOS ALUNOS APÓS CONCLUSÃO DO 9º ANO DE ESCOLARIDADE – QUADRIÉNIO 2008/2012.	83
CAPÍTULO VI	84
1. TAXA DE RETENÇÃO GLOBAL DO AGRUPAMENTO – ANO LETIVO 2011/2012.	84

INTRODUÇÃO

A Comissão de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado, equipa responsável pelo **Observatório de Qualidade Escolar**, apresenta o Portefólio de Avaliação Sumativa Interna/Externa, considerando-o uma ferramenta de elevado potencial para orientar o olhar autocrítico, promover o desenvolvimento reflexivo **dos e entre os atores educativos**, criar condições de estabilidade dinâmica e de progressivo desenvolvimento da autonomia, contribuindo para a edificação de uma sólida identidade do agrupamento.

O documento criado será muito importante para refletir, analisar, reorganizar e repensar estratégias de ensino e de atuação pedagógica, que projetem dinâmicas próprias da Escola Reflexiva, Inclusiva, Autónoma, Preventiva, Sustentável, Formativa e Reguladora.

A seleção de marcadores obedece aos seguintes propósitos da avaliação e da formação:

- Evolução da taxa de sucesso/insucesso e da qualidade do sucesso (média) por área disciplinar e áreas curriculares não disciplinares (comparação 1º, 2º e 3º períodos) nos três ciclos de ensino;
- Evolução das Taxas de Retenção/Sucesso: Global (ciclo/ano de escolaridade/turma) e por disciplina;
- Aplicação das medidas previstas no Despacho Normativo 50/2005, de 9 de novembro (apoios pedagógicos; planos de desenvolvimento, acompanhamento e de recuperação);
- Avaliação dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro;
- Avaliação externa (Provas de Aferição, Testes Intermédios e Exames Nacionais).

Objetivos fundamentais:

1. Otimização da intervenção pedagógica dos Departamentos Curriculares, nomeadamente, na delimitação de estratégias e planos de ação decisivos para a articulação/sequencialidade das aprendizagens relevantes inter-ciclos de ensino/anos de escolaridade;
2. Estímulo a formas cooperativas de trabalho dos docentes, no seio das várias estruturas intermédias pedagógicas, cruzando estratégias de atuação/intervenção e boas práticas, constrangimentos sentidos e experimentados, alcance das evoluções, respeitando as especificidades das disciplinas;
3. Promoção da articulação entre os diferentes documentos estratégicos do Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado;
4. Reunião de evidências fundamentadas sobre os progressos obtidos pelos alunos.

CAPÍTULO I

1. AVALIAÇÃO INTERNA - Quinquénio 2006-2011

1.1. Resultados Escolares - Taxa de Sucesso / Abandono - Quinquénio 2006-2011

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE DO SADO																	AVALIAÇÃO INTERNA – Quinquénio 2006-2011		
Resultados Escolares - Taxa de Sucesso/Abandono (%)																			
		Ano Letivo 2006/07			Ano Letivo 2007/08			Ano Letivo 2008/09			Ano Letivo 2009/10			Ano Letivo 2010/11			Quinquénio 2006-2011		
Ciclo	Ano	Sucesso Ano	Sucesso Ciclo	Abandono Ciclo	Sucesso Ano	Sucesso Ciclo	Abandono Ciclo	Sucesso Ano	Sucesso Ciclo	Abandono Ciclo	Sucesso Ano	Sucesso Ciclo	Abandono Ciclo	Sucesso Ano	Sucesso Ciclo	Abandono Ciclo	Média Sucesso Ano/Ciclo	Média Abandono /Ciclo	
1º	1º	98,2%	89,2%	1,05%	89,5%	96,1%	0,0%	100%	97,0%	0,0%	100%	96,2%	0,0%	100%	96,5%	0,0%	97,5%	95,0%	0,21%
	2º	80,6%			100%			91,4%			89,0%			90,5%					
	3º	97,6%			97,1%			96,6%			100%			98,3%					
	4º	80,4%			97,8%			100%			92,9%			93,6%					
2º	5º	84,6%	80,4%	0,0%	69,3%	71,0%	1,04%	82,0%	83,2%	1,05%	87,5%	89,6%	0,9%	95,2%	97,6%	0,0%	83,7%	84,4%	0,60%
	6º	76,1%			72,7%			84,4%			91,7%			100%			85,0%		
3º	7º	69,2%	73,7%	0,0%	58,1%	74,6%	0,95%	79,5%	78,1%	0,0%	80,9%	79,1%	0,0%	94,4%	97,2%	0,3%	76,4%	81,9%	0,25%
	8º	84,4%			96,6%			83,3%			75,0%			87,9%					
	9º	67,5%			90,9%			71,4%			80,0%			81,4%					
Agrupamento Totais			81,1%	0,35%		81,9%	0,66%		86,1%	0,35%		88,3%	0,30%		97,1%	0,10%		87,1%	0,35%

1.2. Metas de Aprendizagem -2011/2012

	Taxa de Sucesso a atingir por Ciclo	Taxas de Sucesso a atingir por ano de escolaridade – 2011/2012								
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
1º Ciclo	96,5%	100%	92,5%	98,1%	95,4%	-	-	-	-	-
2º Ciclo	91,5%	-	-	-	-	91%	92%	-	-	-
3º Ciclo	86,0%	-	-	-	-	-	-	84%	88%	86%

Taxas de desistência aos 14, 15 e 16 anos – 2011/2012	
Aos 14 anos	< 5%
Aos 15 anos	0%
Aos 16 Anos	0%

Ilacões:

- Os alunos do **1º ano** obtiveram **100% de sucesso**, tendo atingido as metas de aprendizagem estabelecidas;
- Os alunos do **2º ano** obtiveram **87,9% de sucesso**, não tendo atingido as metas de aprendizagem, em **4,6%**;
- Os alunos do **3º ano** obtiveram **98,6% de sucesso**, tendo superado as metas de aprendizagem em 0,5%;
- Os alunos do **4º ano** obtiveram **100% de sucesso**, tendo superado as metas de aprendizagem em 4,6%;
- **As metas de aprendizagem estabelecidas para o 1º ciclo – 96,5%, foram superadas em 0,1%;**
- Os alunos do **5º ano** obtiveram **100% de sucesso**, tendo superado as metas de aprendizagem em 9%;
- Os alunos do **6º ano** obtiveram **100% de sucesso**, tendo superado as metas em 8%;
- **As metas de aprendizagem estabelecidas para o 2º ciclo – 91,5%, foram superadas em 8,5%;**
- Os alunos do **7º ano** obtiveram **81,5% de sucesso**, não tendo atingido as metas em **2,5%**;
- Os alunos do **8º ano** obtiveram **93,5% de sucesso**, tendo superado as metas de aprendizagem em 5,5%;
- Os alunos do **9º ano** obtiveram **83,3% de sucesso**, não tendo atingido as metas de aprendizagem estabelecidas em **2,7%**;
- **As metas de aprendizagem estabelecidas para o 3º ciclo – 86%, foram superadas em 0,1%.**
- Apenas um caso de um aluno com 15 anos de idade matriculado no 9º ano de escolaridade foi considerado de abandono escolar (**0,29%**), no entanto, este caso fez com que não tenha sido atingida a meta de aprendizagem estabelecida de 0%, como podemos confirmar na tabela anterior.

2. APRECIÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – Ano Letivo 2011/2012

Escolas	Nível Etário	Total de alunos	N.º Alunos que transitaram para o 1º ano de escolaridade	Dificuldades no desenvolvimento de competências	Desistência
Escola Básica de Alvalade do Sado	3	8	0	0	0
	4	14	2	1	0
	5	14	14	0	1
Total		36	16	1	1
Jardim de Infância de Ermidas-Sado	3	17	0	0	2
	4	5	2	0	0
	5	8	8	1	0
Total		30	10	1	2
Escola Básica de S. Domingos da Serra	3	6	0	0	0
	4	5	0	0	0
	5	2	2	1	0
Total		13	2	1	0
Escola Básica de Vale de Água	3	4	0	0	0
	4	4	1	0	0
	5	3	3	0	0
Total		11	4	0	0
Total Geral		90	32	3	3

TAXA GLOBAL DE TRANSIÇÃO PARA O 1º CICLO

100%

2.1. Avaliação ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro

Alunos integrados no Decreto-Lei 3/2008			
Escolas	Ano de Escolaridade	Total de Alunos (frequência)	N.º Alunos
Escola Básica de Alvalade do Sado	Pré-Escolar	36	1
Escola Básica de Ermidas-Sado	Pré-Escolar	30	0
Escola Básica de S. Domingos da Serra	Pré-Escolar	13	0
Escola Básica de Vale de Água	Pré-Escolar	11	0
Total Geral		90	1

Ano	% de Alunos
Pré-Escolar	1,1%
Alíneas do D.L. 3/2008	a), b), d)
N.º de Alunos	1

3. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – Ano Letivo 2011/2012

3.1. Evolução da atribuição de Menções Qualitativas

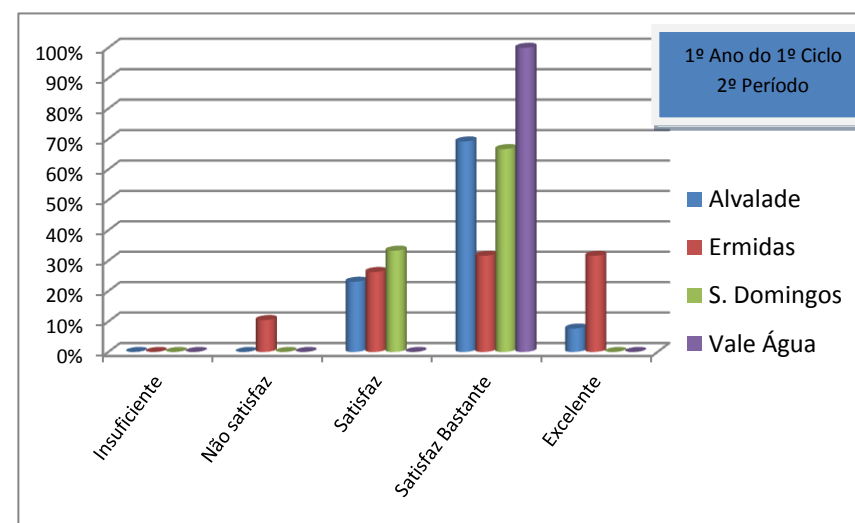
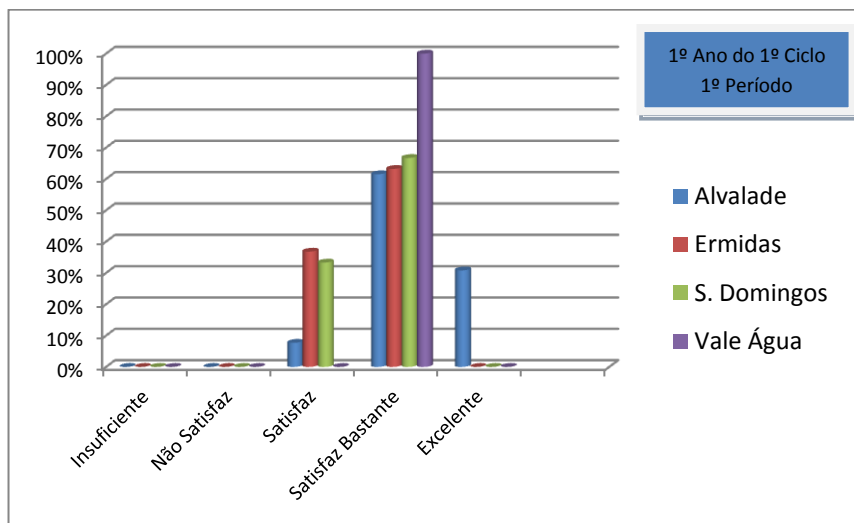
1º ANO

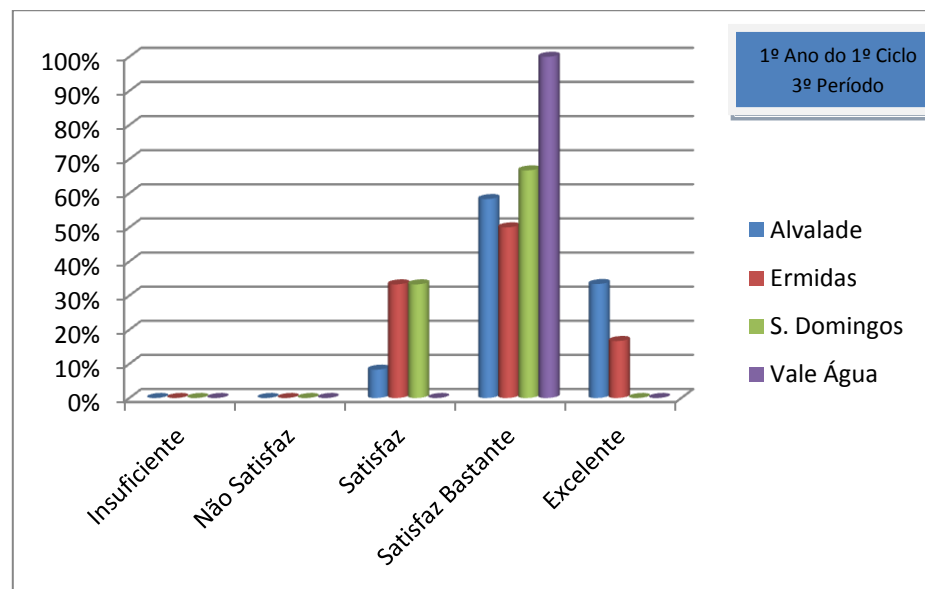
Escola/ N.º Alunos	1º Período					2º Período					3º Período				
	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade Sado (13)	0%	0%	7,7%	61,5%	30,8%	0%	0%	23,1%	69,2%	7,7%	0%	0%	8,3%	58,3%	33,4%
Ermidas-Sado (19)	0%	0%	36,8%	63,2%	0%	0%	10,5%	26,3%	31,6%	31,6%	0%	0%	33,3%	50%	16,7%
S. Domingos da Serra (3)	0%	0%	33,3%	66,7%	0%	0%	0%	33,3%	66,7%	0%	0%	0%	33,3%	66,7%	0%
Vale de Água (3)	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	100%	0%

Tabela 1 – Panorama percentual anual 1º ano

Observações:

- **Escola Básica de Alvalade do Sado:** manutenção da ausência de insucesso ao longo do ano letivo; incremento da qualidade das aprendizagens (menção Excelente);
 - **Escola Básica de Ermidas-Sado:** ausência de insucesso; evolução do sucesso ao longo do ano letivo, entando, com alguma irregularidade na qualidade das aprendizagens (diminuição das menções Excelente do 2º para o 3º período);
 - **Escola Básica de S. Domingos da Serra:** manutenção da ausência de insucesso ao longo do ano, assim como das percentagens em todas as menções. Ausência de menções Excelente;
 - **Escola Básica de Vale de Água:** manutenção da ausência de insucesso ao longo do ano letivo, assim como da percentagem de 100% na menção Satisfaz Bastante. Ausência da menção Excelente.
- Salienta-se que os alunos que frequentaram, neste ano letivo, o 1º ano de escolaridade obtiveram o sucesso pleno, situação idêntica aos últimos 3 anos letivos.
- Comparando também com a média dos resultados do quinquénio 2006-11 (97,5%), houve um aumento em 2,5% no sucesso escolar.





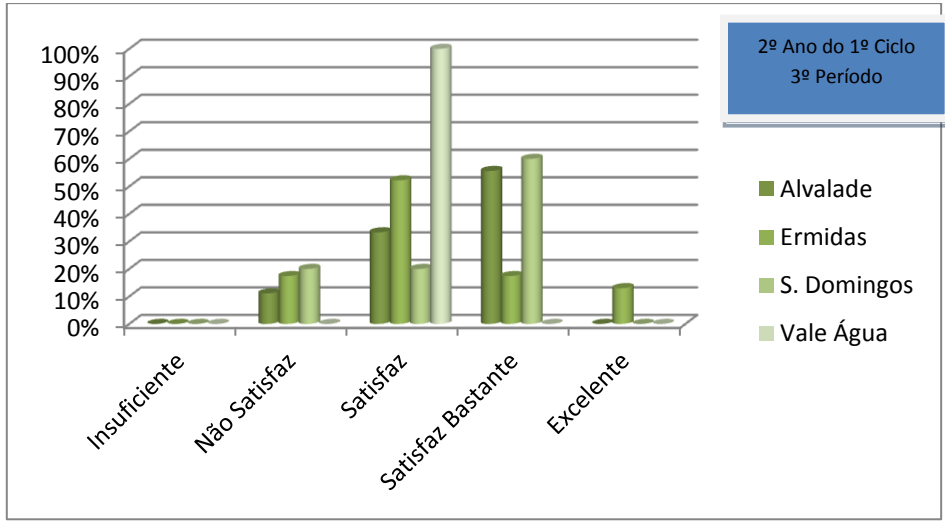
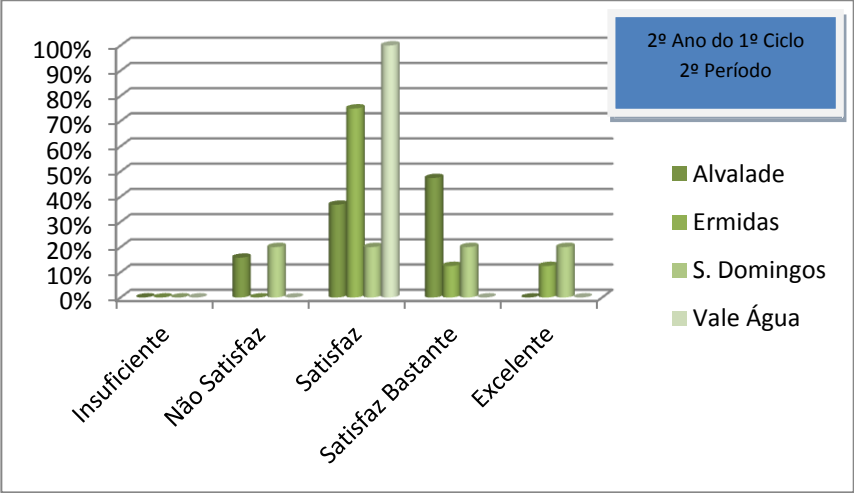
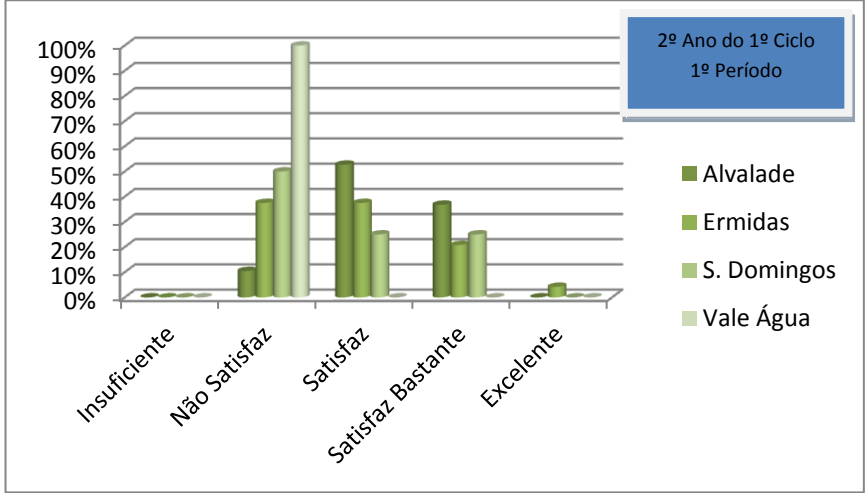
2º ANO

Escola/ N.º Alunos	1º Período					2º Período					3º Período				
	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade do Sado (19)	0%	10,5%	52,7%	36,8%	0%	0%	15,8%	36,8%	47,4%	0%	0%	11,1%	33,3%	55,6%	0%
Ermidas-Sado (24)	0%	37,5%	37,5%	20,8%	4,2%	0%	0%	75%	12,5%	12,5%	0%	17,4%	52,2%	17,4%	13%
S. Domingos da Serra (5)	0%	50%	25%	25%	0%	0%	20%	20%	20%	20%	0%	20%	20%	60%	0%
Vale de Água (2)	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%

Tabela 2 – Panorama percentual anual 2º ano

ltações:

- **Escola Básica de Alvalade do Sado:** Diminuição do insucesso, verificando-se duas retenções; Evolução da qualidade das aprendizagens (menção Satisfaz Bastante), no entanto com ausência ao longo de todo o ano da menção Excelente;
 - **Escola Básica de Ermidas-Sado:** Irregularidade no sucesso ao longo dos três períodos letivos; Média mais baixa da menção Não Satisfaz, verificando-se quatro retenções; Evolução da menção Excelente;
 - **Escola Básica de S. Domingos da Serra:** Evolução do sucesso, no entanto com uma retenção a salientar; Média mais baixa de sucesso e ausência da menção de Excelente;
 - **Escola Básica de Vale de Água:** Ausência de insucesso; Evolução do sucesso; Ausência da menção de Excelente.
- Salienta-se que os alunos que frequentaram, neste ano letivo, o 2º ano de escolaridade obtiveram 87,9% de sucesso, situação ligeiramente inferior em relação ao ano letivo anterior que foi de 89,0%.
- Relativamente ao quinquénio 2006-11, a média obtida no presente ano letivo, apenas superou a do ano letivo de 2006/07 que foi de 80,6%. Comparando também com a média dos resultados do quinquénio 2006-11 (90,5%), houve uma diminuição de 2,6% no sucesso escolar obtido.

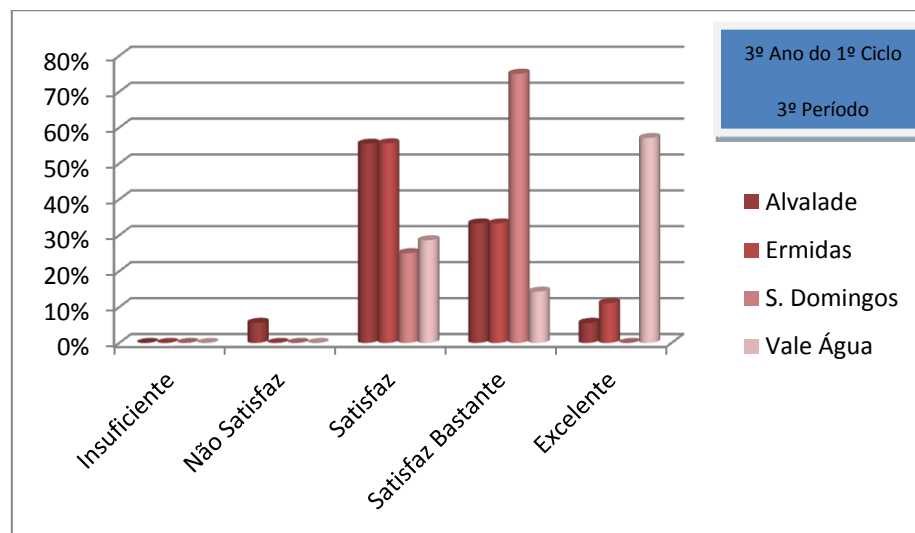
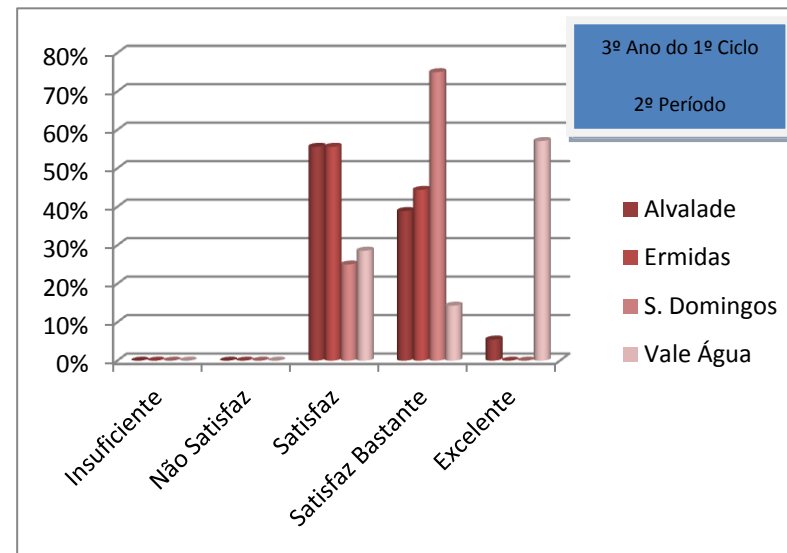
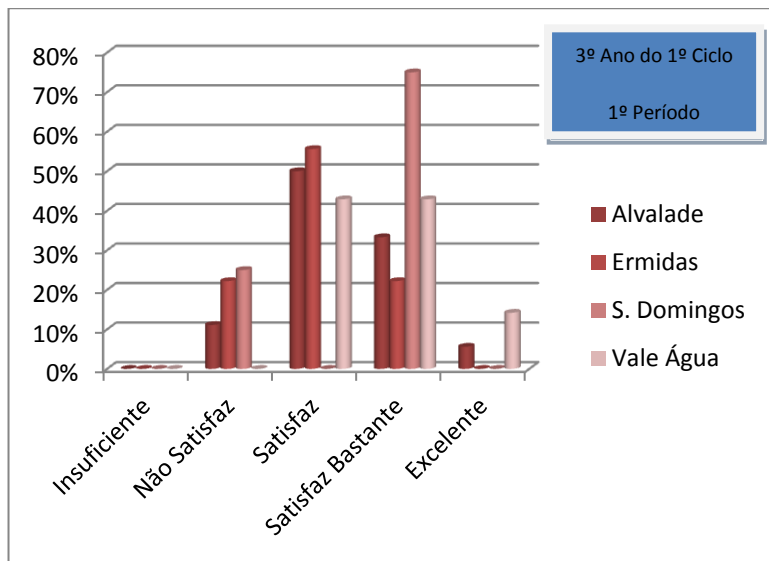


Escola/ N.º Alunos	1º Período					2º Período					3º Período				
	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade do Sado (18)	0%	11,1%	50%	33,3	5,6%	0%	0%	55,6%	38,9%	5,5%	0%	5,6%	55,5%	33,3%	5,6%
Ermidas-Sado (18)	0%	22,2%	55,6%	22,2%	0%	0%	0%	55,6%	44,4%	0%	0%	0%	55,6%	33,3%	11,1%
S. Domingos da Serra (4)	0%	25%	0%	75%	0%	0%	0%	25%	75%	0%	0%	0%	25%	75%	0%
Vale de Água (7)	0%	0%	42,9%	42,9%	14,2%	0%	0%	28,6%	14,3%	57,1%	0%	0%	28,6%	14,3%	57,1%

Tabela 3 – Panorama percentual anual 3º ano

Ilacões:

- **Escola Básica de Alvalade do Sado:** Manutenção da menção Excelente ao longo do ano; Irregularidade da evolução do sucesso, verificando-se a única escola com atribuição de menções Não Satisfaz e uma retenção;
 - **Escola Básica de Ermidas-Sado:** Ausência de insucesso; Evolução do sucesso; incremento da qualidade das aprendizagens (menção Excelente);
 - **Escola Básica de S. Domingos da Serra:** Ausência de insucesso; Evolução do sucesso; Manutenção das menções Satisfaz Bastante ao longo de todo o ano;
 - **Escola Básica de Vale de Água:** Ausência de insucesso ao longo de todo o ano letivo; Incremento da qualidade das aprendizagens (menções Excelente).
- Salienta-se que os alunos que frequentaram, neste ano letivo, o 3º ano de escolaridade obtiveram 98,6% de sucesso.
- Relativamente ao quinquénio 2006-11 a média obtida foi ligeiramente superior às conseguidas em 2006/07 com 97,6%, 2007/08 com 97,1% e 2008/09 com 96,6%. No entanto, a média foi inferior aos dois últimos anos letivos pelo facto que nesse período os resultados obtidos pelos alunos foram de sucesso pleno. Comparando também com a média dos resultados do quinquénio 2006-11 (98,3%), houve um ligeiro aumento de 0,3% no sucesso escolar obtido.

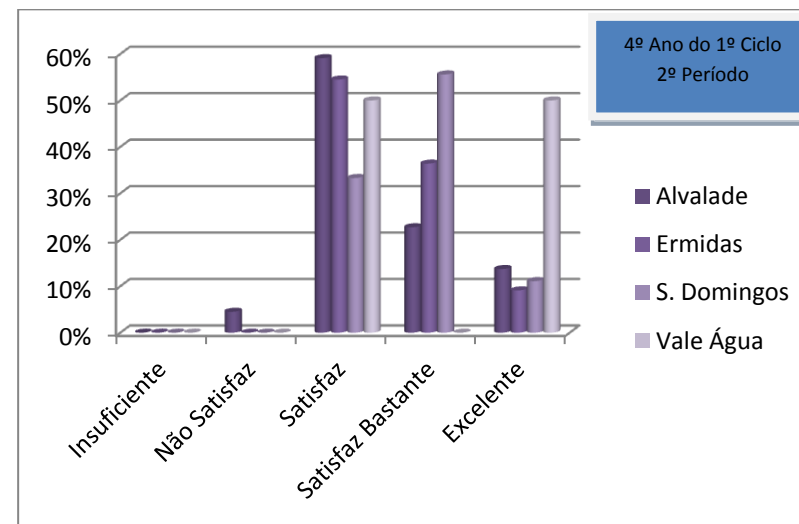
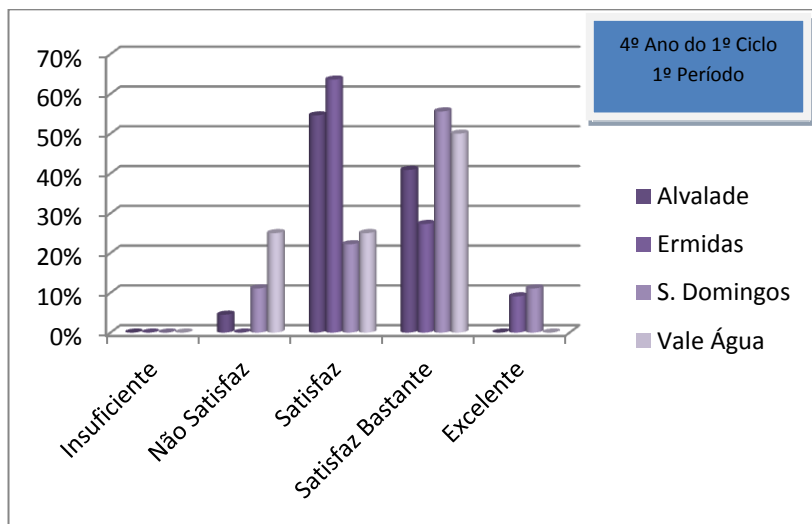


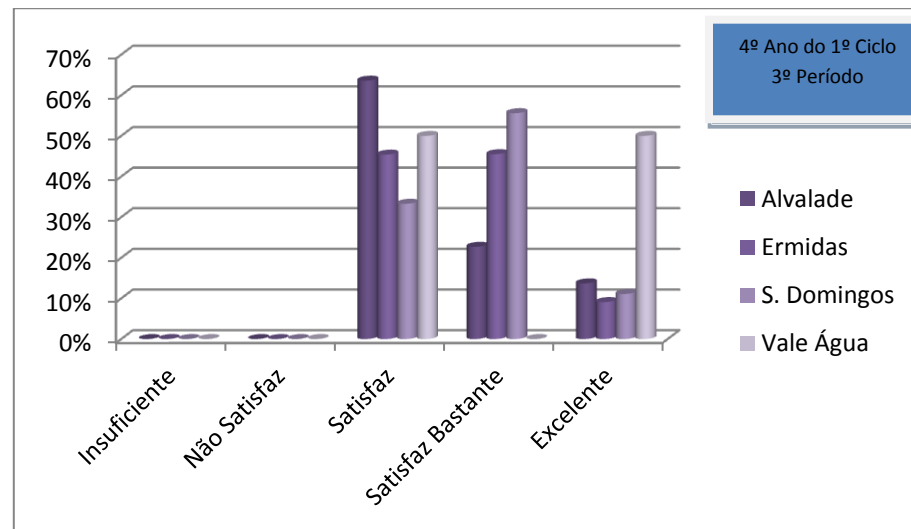
Escola/ N.º Alunos	1º Período					2º Período					3º Período				
	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade do Sado (22)	0%	4,5%	54,6%	40,9%	0%	0%	4,5%	59,1%	22,7%	13,7%	0%	0%	63,6%	22,7%	13,7%
Ermidas-Sado (11)	0%	0%	63,6%	27,3%	9,1%	0%	0%	54,5%	36,4%	9,1%	0%	0%	45,4%	45,5%	9,1%
S. Domingos da Serra (9)	0%	11,1%	22,2%	55,6%	11,1%	0%	0%	33,3%	55,6%	11,1%	0%	0%	33,3%	55,6%	11,1%
Vale de Água (4)	0%	25%	25%	50%	0%	0%	0%	50%	0%	50%	0%	0%	50%	0%	50%

Tabela 4 – Panorama percentual anual 4º ano

Ilacões:

- **Escola Básica de Alvalade do Sado:** Ausência de insucesso; Evolução do sucesso do segundo para o terceiro período; Manutenção da qualidade das aprendizagens (Menções de Excelente);
 - **Escola Básica de Ermidas-Sado:** Ausência de insucesso e manutenção das menções de Excelente ao longo de todo o ano letivo;
 - **Escola Básica de S. Domingos da Serra:** Ausência de insucesso; Manutenção das mesmas percentagens de menções Satisfaz Bastante e de Excelente ao longo do ano;
 - **Escola Básica de Vale de Água:** Ausência de insucesso e da menção Satisfaz Bastante; Manutenção da menção Excelente no segundo e no terceiro período.
- Salienta-se que os alunos que frequentaram, neste ano letivo, o 4º ano de escolaridade obtiveram o sucesso pleno, situação apenas idêntica no ano letivo 2008/09.
- Comparando também com a média dos resultados do quinquénio 2006-11 (93,6%), houve um aumento de 6,4% no sucesso escolar.





Taxa de Transição por Ano

1º ano **100,0%**

2º ano **87,9%**

3º ano **98,6%**

4º ano **100,0%**

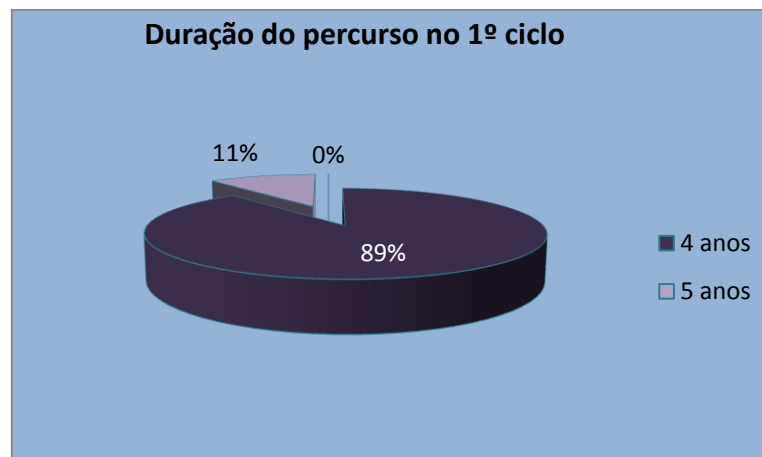
TAXA GLOBAL DE RETENÇÃO 1º CICLO

3,38%

Duração do percurso individual de conclusão do 1º Ciclo					
Escolas	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 ou +
Escola Básica de Alvalade do Sado	0	20	2	0	0
Escola Básica de Ermidas-Sado	0	11	0	0	0
Escola Básica de S. Domingos da Serra	0	7	2	0	0
Escola Básica de Vale de Água	0	3	1	0	0
Total de Alunos	0	41	5	0	0

Resultados Finais

Escolas	Ano	Total de alunos	N.º Alunos que transitaram	N.º Alunos que transitaram sem aproveitamento a:			TIPOLOGIA DAS RETENÇÕES	
				L.P.	Mat.	L.P. e Mat	Dificuldades no desenvolvimento de competências	Desistência
Escola Básica de Alvalade do Sado	1º	12	12	1	0	0	1	0
	2º	18	16	1	1	0	2	0
	3º	18	17	0	2	0	2	0
	4º	22	22	3	2	0	5	0
Total		70	67	5	5	0	10	0
Escola Básica de Ermidas-Sado	1º	18	18	0	0	1	1	0
	2º	23	19	2	3	1	6	0
	3º	18	18	3	1	0	4	0
	4º	11	11	0	0	0	0	0
Total		70	66	5	4	2	11	0
Escola Básica de S. Domingos da Serra	1º	3	3	0	0	0	0	0
	2º	5	4	0	0	0	0	0
	3º	4	4	0	0	0	0	0
	4º	9	9	0	0	0	0	0
Total		21	20	0	0	0	0	0
Escola Básica de Vale de Água	1º	3	3	0	0	0	0	0
	2º	2	2	0	0	0	0	0
	3º	7	7	0	0	0	0	0
	4º	4	4	0	0	0	0	0
Total		16	16	0	0	0	0	0
Total Geral		177	169	10	9	2	21	0



Condições:

- 89,1 % dos alunos concluíram o 1º Ciclo do Ensino Básico sem registar qualquer retenção;
- 10,9 % dos alunos concluíram o 1º ciclo com uma retenção: 4,3 % na Escola Básica de Alvalade do Sado e na Escola Básica de Ermidas – Sado e cerca de 2,2 % na Escola Básica de S. Domingos da Serra.

3.2. Operacionalização de medidas constantes no Despacho Normativo 50/2005, de 9 de novembro

Escolas	Ano	Total de Alunos	TIPOLOGIA DE PLANOS			AVALIAÇÃO FINAL: SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO/APROVAÇÃO		
			Acompanhamento	Recuperação	Desenvolvimento	Acompanhamento	Recuperação	Desenvolvimento
Escola Básica de Alvalade do Sado	1º	12	0	0	0	0	0	0
	2º	18	2	4	0	2	2	0
	3º	18	0	2	0	0	2	0
	4º	22	2	4	0	2	4	0
Total		70	4	10	0	4	8	0
Escola Básica de Ermidas-Sado	1º	18	0	0	0	0	0	0
	2º	23	2	9	0	2	5	0
	3º	18	0	4	0	0	4	0
	4º	11	0	0	0	0	0	0
Total		70	2	13	0	2	9	0
Escola Básica de S. Domingos da Serra	1º	3	0	0	0	0	0	0
	2º	5	0	2	0	0	1	0
	3º	4	0	1	0	0	1	0
	4º	9	0	2	0	0	2	0
Total		21	0	5	0	0	4	0
Escola Básica de Vale de Água	1º	3	0	0	0	0	0	0
	2º	2	0	2	0	0	2	0
	3º	7	0	1	0	0	1	0
	4º	4	0	1	0	0	1	0
Total		16	0	4	0	0	4	0
Total Geral		177	6	32	0	6	25	0

Anos	Operacionalização dos Planos de Recuperação – 1º Ciclo					
	N.º Alunos	N.º Planos Recuperação 1º Período	N.º Planos Recuperação 2º Período	Manutenção 3º Período	Avaliação Sumativa Final	
					Transição/Aprovação	Não Transição/Não Aprovação
1º Ano	38	2	0	0	0	0
2º Ano	50	17	17	17	10	7
3º Ano	47	8	8	8	8	0
4º Ano	46	6	8	7	7	0
Total 1º Ciclo	181	33	33	32	25	7

TAXA GLOBAL			
Anos	Acompanhamento	Recuperação	Desenvolvimento
1º	0,0%	5,3%	0,0%
2º	14,0%	34,0%	0,0%
3º	0,0%	17,0%	0,0%
4º	4,3%	17,4%	0,0%

Taxa de Sucesso	
78,12%	

Observações:

- **EB Alvalade do Sado:** 16,7% dos alunos do 2º ano e 9,1% dos alunos do 4º ano beneficiaram de planos de acompanhamento. Um dos alunos abrangido foi transferido de escola. Beneficiaram de Planos de Recuperação: 8,3% dos alunos do 1º ano; 22,2% dos alunos do 2º ano; 11,1% dos alunos do 3º ano e 18,2% dos alunos do 4º ano. O aluno do 1º ano foi abrangido pelo DL nº3/2008, tendo sido elaborado o PEI.
- **EB Ermidas-Sado:** 17,4% dos alunos do 2º ano, beneficiaram de planos de acompanhamento. Dois deles, foram abrangidos pelo DL n.º 3/2008, tendo sido elaborados os respetivos PEI. Em relação aos Planos de Recuperação: 39,1% dos alunos do 2º ano e 22,2% do 3º ano beneficiaram dos planos.
- **EB S. Domingos da Serra:** Inexistência de planos de acompanhamento. Beneficiaram de Planos de Recuperação: 5,6% dos alunos do 1º ano; 40% dos alunos do 2º ano; 25% dos alunos do 3º ano e 22,2% dos alunos do 4º ano. O aluno do 1º ano foi abrangido pelo DL nº3/2008, tendo sido elaborado o respetivo PEI.
- **EB Vale de Água:** Inexistência de planos de acompanhamento. Beneficiaram de Planos de Recuperação: 100% dos alunos do 2º ano; 14,3% dos alunos do 3º ano e 50% dos alunos do 4º ano. Um dos alunos do 4º ano foi abrangido pelo DL nº3/2008, tendo sido também elaborado o PEI.
- Inexistência de qualquer plano de desenvolvimento no 1º ciclo do Ensino Básico.

Escolas Básicas	APOIOS EDUCATIVOS								
	Anos	N.º Total de Alunos	1º Período		2º Período		3º Período		
			N.º Alunos integrados	Frequência relativa (em %)	Total de Alunos	Frequência relativa acumulada (em %)	N.º Alunos propostos	Taxa Global Frequência	Diferença ente a f.r. do 2ºP e 3ºP
Alvalade do Sado	1º	13	1	7,7%	1	7,7%	1	7,7%	0%
	2º	19	3	15,8%	3	15,8%	3	15,8%	0%
	3º	18	2	11,1%	2	11,1%	2	11,1%	0%
	4º	22	1	4,5%	1	4,5%	1	4,5%	0%
Ermidas-Sado	1º	19	1	5,3%	1	5,3%	1	5,3%	0%
	2º	24	15	62,5%	15	62,5%	15	62,5%	0%
	3º	18	2	11,1%	2	11,1%	2	11,1%	0%
	4º	11	1	9,1%	1	9,1%	1	9,1%	0%
S. Domingos da Serra	1º	3	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	2º	5	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	3º	4	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	4º	9	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Vale de Água	1º	3	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	2º	2	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	3º	7	0	0%	0	0%	0	0%	0%
	4º	4	0	0%	0	0%	0	0%	0%

3.3. Avaliação ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro

Alunos integrados no Decreto-Lei 3/2008			
Escolas	Ano de Escolaridade	Total de Alunos (frequência)	N.º Alunos
Escola Básica de Alvalade do Sado	1º	13	1
	2º	19	0
	3º	18	2
	4º	22	1
Total		72	4
Escola Básica de Ermidas-Sado	1º	19	1
	2º	24	2
	3º	18	1
	4º	11	0
Total		72	4
Escola Básica de S. Domingos da Serra	1º	3	0
	2º	5	0
	3º	4	0
	4º	9	1
Total		21	1
Escola Básica de Vale de Água	1º	3	0
	2º	2	0
	3º	7	1
	4º	4	0
Total		16	1
Total Geral		181	10

Ano	% de Alunos
1º	5,3%
2º	4,0%
3º	8,5%
4º	4,3%

Alíneas do D.L. 3/2008	a), b) e d)	a), b), d) e f)
N.º de Alunos	7	3

Taxa Global 1º Ciclo
5,53%

Ilacões:

- Em todos os anos do 1º Ciclo existem alunos abrangidos pelo D.L. 3/2008;
- 3º Ano: Taxa de maior amplitude de alunos abrangidos pelo Decreto-Lei;

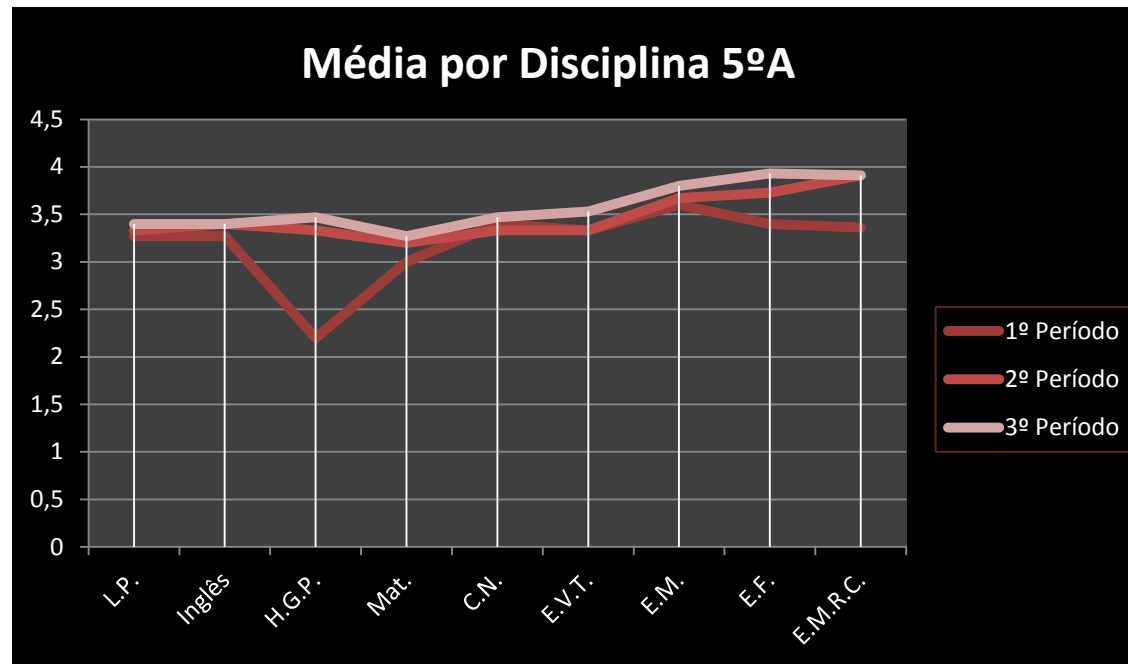
4. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO – Ano Letivo 2011/2012

4.1. Evolução da taxa de sucesso/insucesso e da qualidade do sucesso (média) por área disciplinar

5ºA (15 alunos)																								
Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.P.	0	1	9	5	0				0	1	8	6	0				0	1	7	7	0			
Ingl.	0	3	6	5	1				0	1	8	5	1				0	2	7	4	2			
H.G.P.	3	6	6	0	0				0	1	9	4	1				0	1	7	6	1			
Mat.	0	2	11	2	0				0	2	9	3	1				0	2	9	2	2			
C.N.	0	0	9	6	0				0	0	11	3	1				0	0	10	3	2			
E.V.T.	0	0	10	5	0				0	0	10	5	0				0	0	8	6	1			
E.M.	0	1	5	8	1				0	0	7	6	2				0	0	7	4	4			
E.F.	0	0	9	6	0				0	0	8	3	4				0	0	5	6	4			
E.M.R.C.	0	1	5	5	0				0	0	3	6	2				0	0	3	6	2			
E.A.						1	8	6						1	9	5						1	6	8
F.C.						0	6	9						0	5	10						0	3	12

Observações:

- Sucesso pleno nas disciplinas de CN, EVT, EM, EF e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 nas disciplinas de EM e EF;
- Inexistência de atribuição de níveis 5 na disciplina de LP;
- Insucesso residual a LP e a HGP;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – HGP (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na totalidade das disciplinas;
- Ausência de alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas).
- Área Curricular Não Disciplinar cujo sucesso é de maior qualidade – FC;
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de CN, EVT, EM, EF, EMRC e FC.

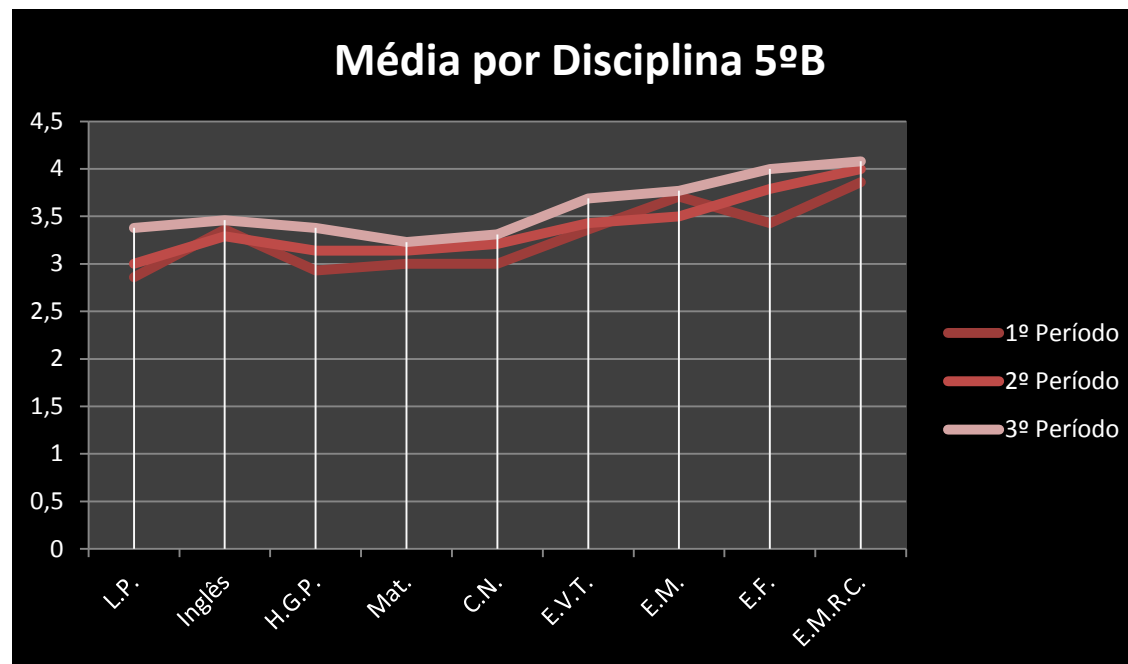


5ºB (14 alunos)

Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.P.	0	2	12	0	0				0	3	8	3	0				0	1	7	4	1			
Ingl.	0	2	6	5	1				0	1	8	5	0				0	0	8	4	1			
H.G.P.	0	2	11	1	0				0	2	8	4	0				0	1	7	4	1			
Mat.	0	1	12	1	0				0	2	9	2	1				0	1	9	2	1			
C.N.	0	1	12	1	0				0	1	10	2	1				0	0	10	2	1			
E.V.T.	0	0	10	3	1				0	0	9	4	1				0	0	5	7	1			
E.M.	0	0	5	8	1				0	0	8	5	1				0	0	4	8	1			
E.F.	0	0	10	2	2				0	0	5	7	2				0	0	4	5	4			
E.M.R.C.	0	0	3	10	1				0	0	1	12	1				0	0	0	12	1			
E.A.						0	11	3						0	6	8						0	0	13
F.C.						0	12	2						0	12	2						0	10	3

Observações:

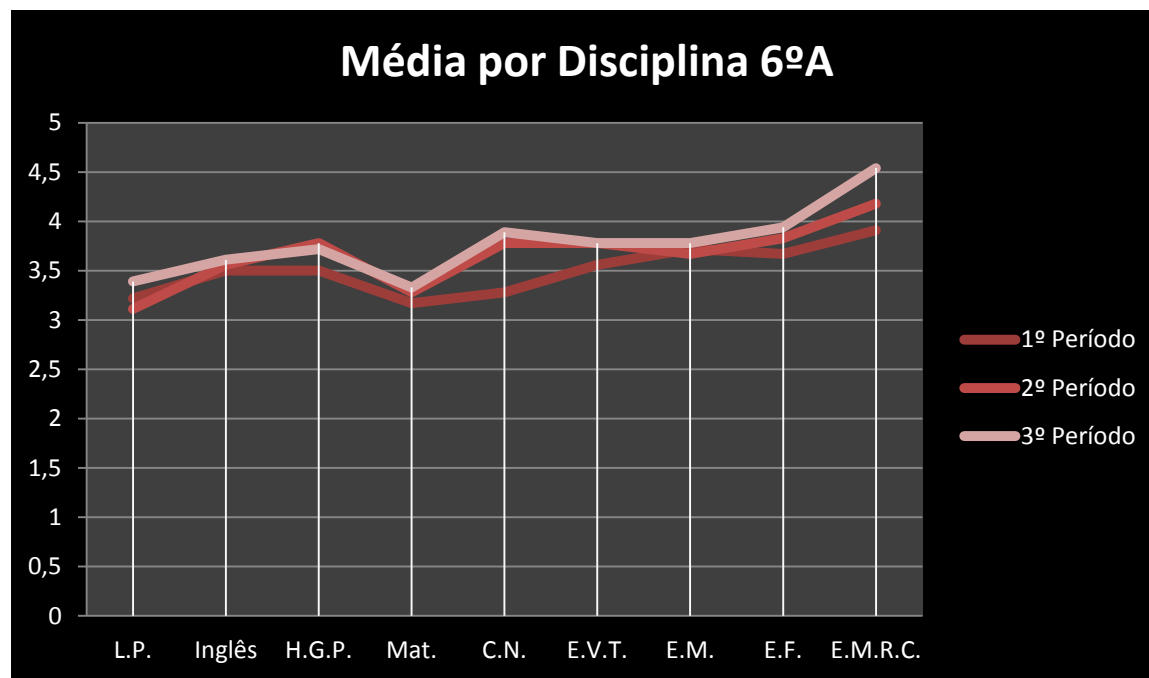
- Sucesso pleno nas disciplinas de Inglês, CN, EVT, EM, EF e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 na disciplina de EF;
- Insucesso residual a LP, HGP e Matemática;
- Evolução gradual do sucesso a Inglês;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – LP (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na totalidade das disciplinas;
- Ausência de alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas).
- Área Curricular Não Disciplinar cujo sucesso é de maior qualidade – EA;
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de EVT, EM, EF, EMRC, EA e FC.



6ºA (18 alunos)																								
Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.P.	0	5	6	5	2				0	4	8	6	0				0	0	11	7	0			
Ingl.	0	2	6	9	1				0	0	10	6	2				0	0	9	7	2			
H.G.P.	0	3	6	6	3				0	2	5	6	5				0	1	6	8	3			
Mat.	0	4	7	7	0				0	4	7	5	2				0	4	6	6	2			
C.N.	0	4	5	9	0				0	1	8	3	6				0	1	6	5	6			
E.V.T.	0	1	9	5	3				0	0	8	6	4				0	0	8	6	4			
E.M.	0	2	4	9	3				0	0	9	6	3				0	0	7	8	3			
E.F.	0	0	6	12	0				0	0	4	13	1				0	0	3	13	2			
E.M.R.C.	0	0	1	10	0				0	0	1	7	3				0	0	1	3	7			
E.A.						0	9	9						0	9	9						0	9	9
F.C.						0	8	10						0	6	12						0	7	11

Observações:

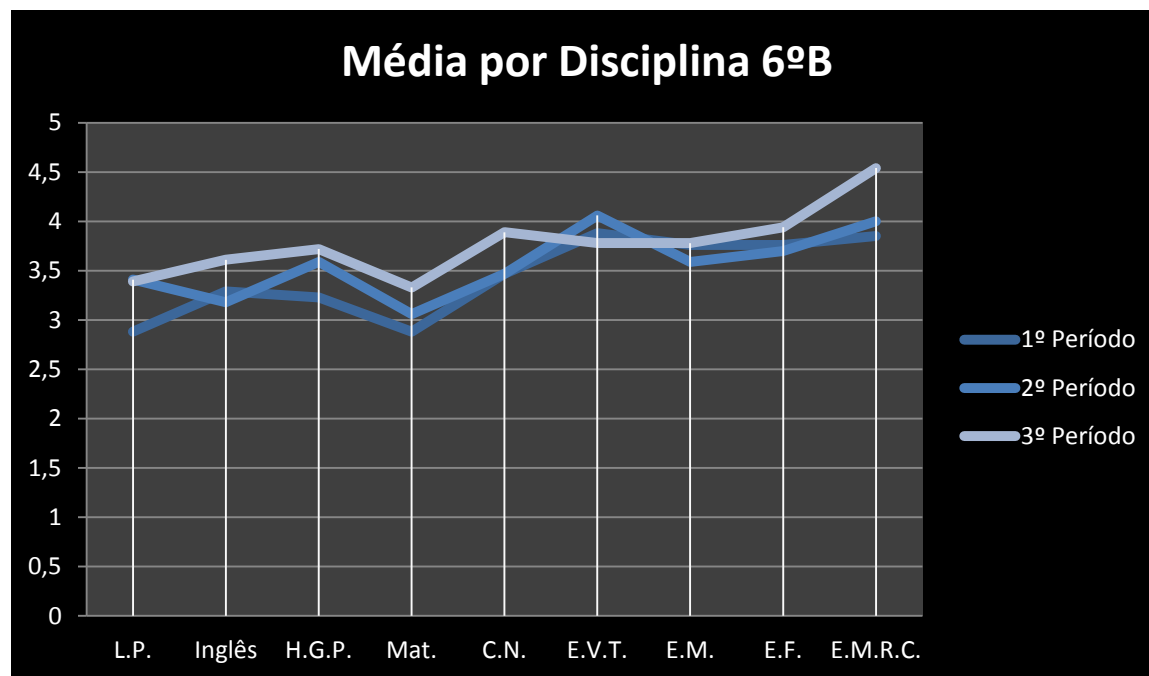
- Sucesso pleno nas disciplinas de LP, Inglês, EVT, EM, EF e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 nas disciplinas de EMRC, CN e EVT;
- Inexistência de atribuição de níveis 5 na disciplina de LP;
- Insucesso residual a HGP e CN;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – L.P. (situação verificada no 2º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na maioria das disciplinas;
- Ausência de alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas).
- Área Curricular Não Disciplinar cujo sucesso é de maior qualidade – FC;
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de Inglês, EVT, EM, EF, EMRC, EA e FC.



6ºB (17 alunos)																								
Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.P.	0	4	11	2	0				0	0	10	7	0				0	2	8	6	1			
Ingl.	0	2	8	7	0				0	0	14	3	0				0	0	10	5	2			
H.G.P.	0	2	10	4	1				0	0	9	6	2				0	0	9	6	2			
Mat.	0	7	5	5	0				0	4	8	5	0				0	5	7	4	1			
C.N.	0	1	9	5	2				0	1	9	5	2				0	1	9	4	3			
E.V.T.	0	0	4	11	2				0	0	3	10	4				0	0	3	7	7			
E.M.	0	1	4	10	2				0	1	7	7	2				0	1	6	8	2			
E.F.	0	0	6	9	2				0	0	7	8	2				0	0	5	10	2			
E.M.R.C.	0	0	5	5	3				0	0	3	7	3				0	0	3	5	5			
E.A.						0	9	8						0	10	7						0	11	6
F.C.						1	10	6						3	8	6						1	10	6

Observações:

- Sucesso pleno nas disciplinas de Inglês, HGP, EVT, EF e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 nas disciplinas de EVT e EMRC;
- Insucesso residual a CN e a EM;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – LP e Matemática (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens nas disciplinas de CN, EVT, EF, EM e EMRC;
- Ausência de alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas).
- Área Curricular Não Disciplinar cujo sucesso é de maior qualidade – EA;
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de Inglês, HGP, EVT, EM, EF, EMRC e EA.



6ºC - PIEF (2 alunos)

Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
V.Port.	1	0	0	0	0				1	1	0	0	0				0	2	0	0	0			
C.L.Estr.	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	2	0	0	0			
C.H.Sociais	0	1	0	0	0				2	0	0	0	0				1	1	0	0	0			
F.Cidadania	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	2	0	0	0			
E.A.V.	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	2	0	0	0			
E.F.D.	1	0	0	0	0				0	2	0	0	0				2	0	0	0	0			
M.R.	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	1	1	0	0			
TIC	1	0	0	0	0				0	2	0	0	0				1	1	0	0	0			
CFN	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	1	1	0	0			
S.H.S.T.	0	1	0	0	0				0	2	0	0	0				0	1	1	0	0			
F.Vocac.	0	1	0	0	0				0	1	1	0	0				0	1	1	0	0			
Tutoria						1	0	0			1			1	0	0						1	1	0

Obs.: Uma aluna não foi avaliada por falta de elementos de avaliação.

Taxa Global de Retenção 2º Ciclo

0,00%

4.2. Taxa de Retenção por Turma – 3º Período; Quadros comparativos da evolução do aproveitamento.

Turma	N.º Alunos	N.º Alunos Retidos	Taxa de Retenção	Número de níveis inferiores a três por disciplina dos alunos retidos									
				L.P.	ING.	H.G.P.	MAT.	C.N.	E.V.T.	E.M.	E.F.	E.M.R.C.	
5ºA	15	0	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5ºB	13*	0	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6ºA	18	0	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6ºB	17	0	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) – Um aluno foi transferido para outra escola.

Turma	N.º Total Alunos	1º Período				2º Período				3º Período			
		N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente	N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente	N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente
5ºA	15	11	2	2	0	12	2	1	0	12	2	1	0
5ºB	14*	9	5	0	0	11	2	1	1	11	2	0	0
6ºA	18	12	4	2	4	12	5	1	3	13	5	0	0
6ºB	17	9	6	2	3	12	5	0	0	10	7	0	0
6ºC	2**	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	2	1

(**) – Um dos alunos sem elementos de avaliação, no 1º Período.

4.3. Operacionalização das medidas constantes no Despacho Normativo 50/2005, de 9 de novembro.

APOIOS PEDAGÓGICOS																								
Turma	N.º Total alunos	1º Período							2º Período							3º Período								
		L.P.		MAT.		HGP			L.P.		MAT.			HGP		L.P.		MAT.			HGP			
		N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 1ºp e 2ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 1ºp e 2ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 1ºp e 2ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 2ºp e 3ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 2ºp e 3ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Frequência	Diferença entre a T.F. 2ºp e 3ºp	
5ªA	15			5	33%						4	27%	7%							2	14%	13%		
5ªB	14			6	43%						6	43%	0%							6	43%	0%		
6ªA	18																							
6ªB	17							7	41%	0%				7	41%	0%				7	41%	0%		

Turma	N.º Alunos	N.º de Planos Acompanhamento	Avaliação Final	
			Transição/Aprovação	Retenção
5ªA	15	1 (6,7%)	1	0
5ªB	13	0 (0,0%)	0	0
6ªA	18	0 (0,0%)	0	0
6ªB	17	0 (0,0%)	0	0
Total	63	1 (1,6%)	1	0

TAXA DE SUCESSO
100%

Turmas	Operacionalização dos Planos de Recuperação – 2º Ciclo					
	N.º Alunos	N.º Planos Recuperação 1º Período	N.º Planos Recuperação 2º Período	Manutenção 3º Período	Avaliação Sumativa Final	
					Transição/Aprovação	Não Transição/Não Aprovação
5ºA	15	1 (6,7%)	3 (20,0%)	3 (20,0%)	3 (100%)	0
5ºB	14*	1 (7,1%)	4 (28,6%)	3 (23,1%)	3 (100%)	0
6ºA	18	4 (22,2%)	4 (22,2%)	4 (22,2%)	4 (100%)	0
6ºB	17	2 (11,8%)	5 (29,4%)	5 (29,4%)	5 (100%)	0
Total 2º Ciclo	63*	8 (12,5%)	16 (25,0%)	15 (24,2%)	15 (100%)	0 (0%)

(*) - Um aluno com Plano de Recuperação foi transferido de escola, no 3º período

Condições:

- Sucesso pleno para todos os alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade (os Planos de Acompanhamento e de Recuperação delineados permitiram a superação das dificuldades diagnosticadas).

Taxa de Sucesso

100 %

4.4. Avaliação ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro

Alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008				
Turma	N.º Alunos	1º Período	2º Período	3º Período
5ºA	15	0	0	0
5ºB	14	1 (7,1%)	1 (7,1%)	1 (7,1%)
6ºA	18	2 (11,1%)	2 (11,1%)	2 (11,1%)
6ºB	17	1 (5,9%)	1 (5,9%)	1 (5,9%)
Total 2º Ciclo - 64		4	4	4

Alíneas do DL 3/2008	a), b), d) e f)	a), b) e d)
N.º de Alunos	3	1

Taxa Global 2º Ciclo
6,25%

Observações:

- Em todas as turmas do 6º ano existem alunos avaliados ao abrigo do DL 3/2008;
- 6ºA: Taxa de maior amplitude de alunos abrangidos pelo DL;
- Ausência de integração de alunos, no decorrer do ano letivo.

5. AVALIAÇÃO SUMATIVA – 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO – Ano Letivo 2011/2012

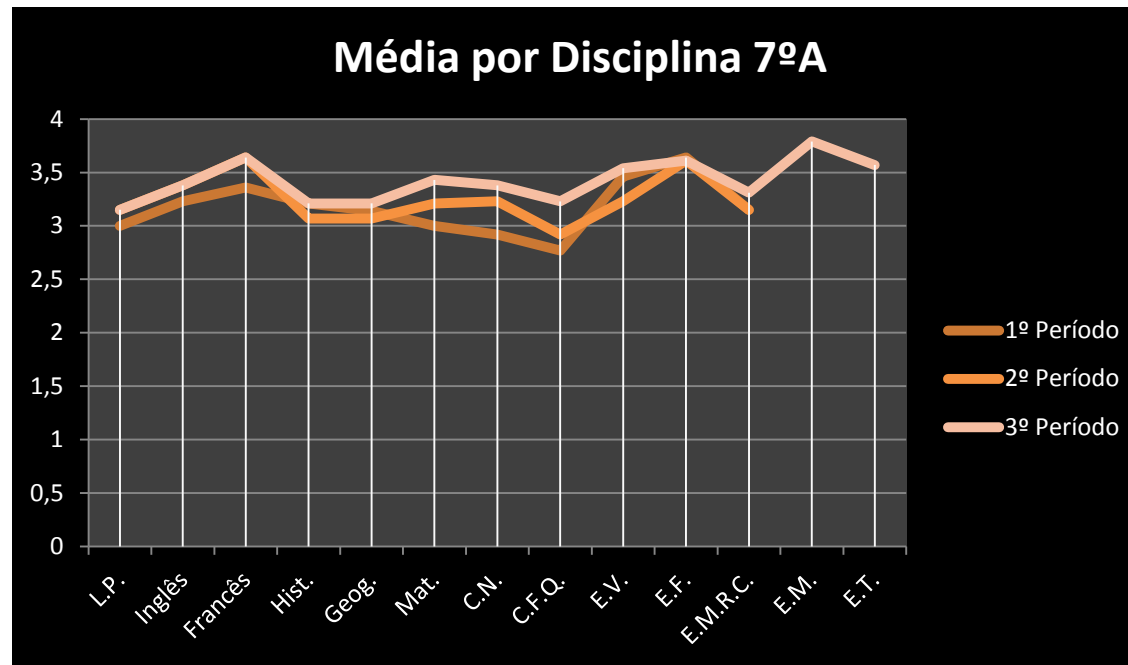
5.1. Evolução da taxa de sucesso/insucesso e da qualidade do sucesso (média) por área disciplinar

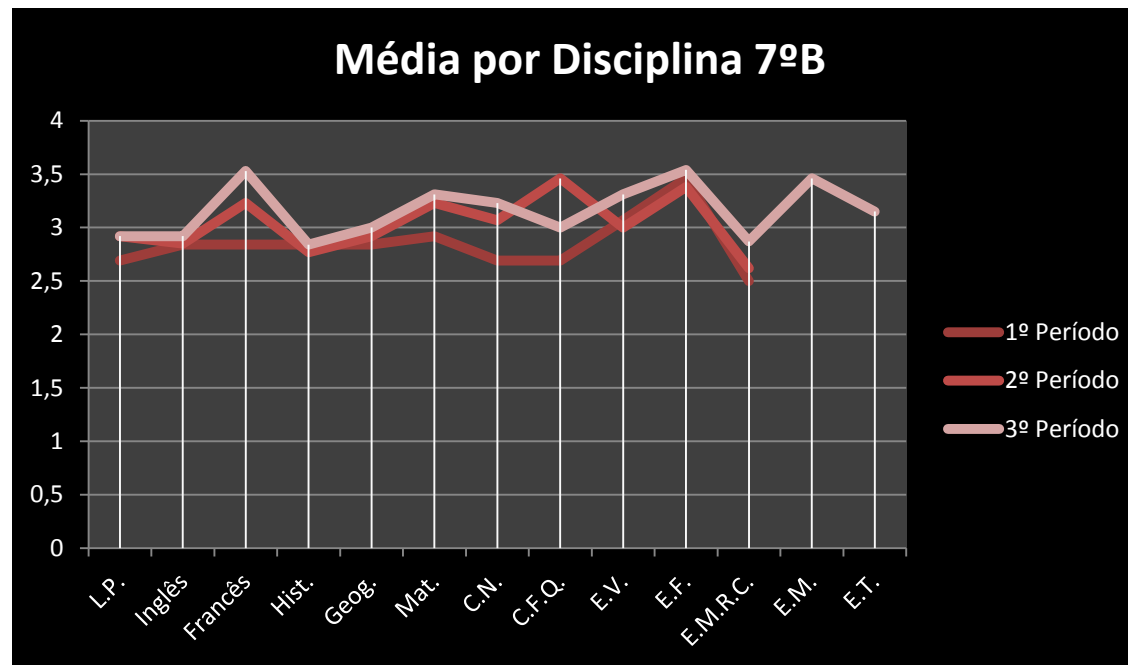
Disciplinas	7ºA (14 alunos)																							
	1º Período							2º Período							3º Período									
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.Port.	0	4	5	4	0				0	3	6	3	1				0	3	6	3	1			
Inglês 1	0	4	4	3	2				0	2	6	3	2				0	2	6	3	2			
Francês 2	0	3	6	2	3				0	2	5	3	4				0	1	7	2	4			
Hist.	0	3	7	2	2				0	5	6	0	3				0	4	6	1	3			
Geog.	0	3	7	3	1				0	3	8	2	1				0	3	6	4	1			
Mat.	0	5	6	1	2				0	4	6	1	3				0	2	7	2	3			
C.N.	0	6	4	1	2				0	4	4	3	2				0	2	6	3	2			
C.F.Q.	0	7	3	2	1				1	5	3	2	2				0	4	4	3	2			
E.V.	0	1	7	3	2				0	3	6	2	2				0	2	4	5	2			
E.M.*	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-				0	0	6	5	3			
E.T.*	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-				0	1	6	5	2			
E.F.	0	0	8	3	3				0	0	7	4	2				0	0	7	4	2			
E.M.R.C.	0	3	6	3	1				0	3	6	3	1				0	3	6	1	3			
F.C.						2	5	7						3	5	6						3	4	6

(*) – Disciplinas semestrais.

Ilacões:

- Sucesso pleno às disciplinas de Educação Musical e Educação Física;
- Atribuição de maior número de níveis 5 à disciplina de Francês;
- Insucesso residual a Francês e Educação tecnológica;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – Ciências Físico-Químicas (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na maioria das disciplinas;
- Existência três de alunos em situação de Não Transição (os Planos de Recuperação delineados não permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas).





8ºA (16 alunos**)

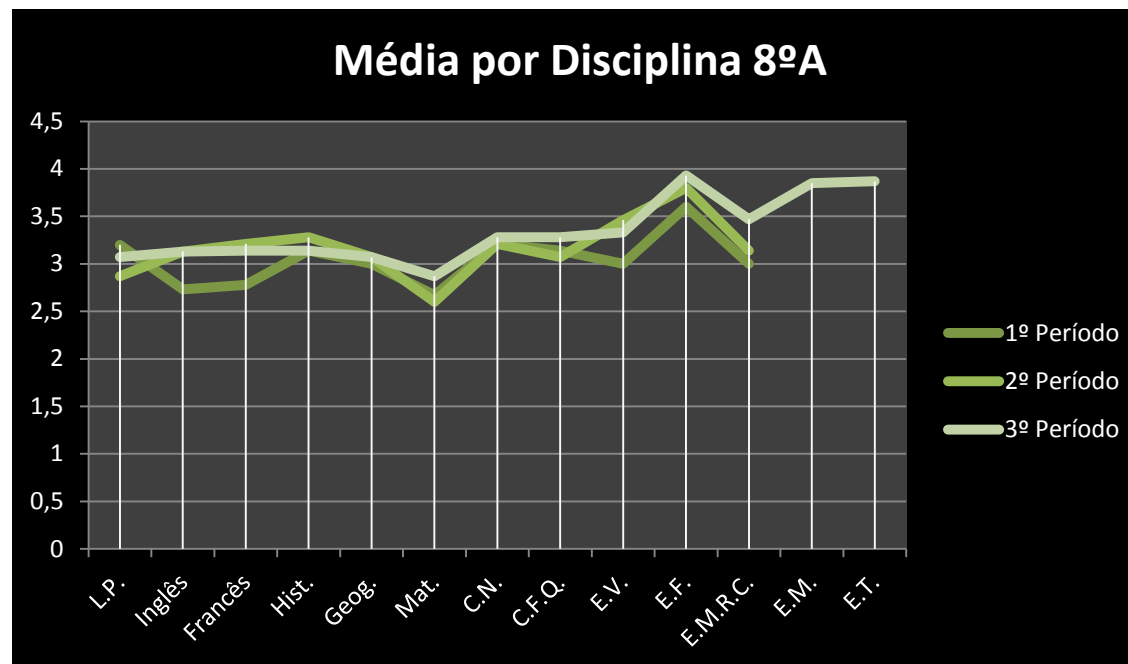
Disciplinas	1º Período							2º Período							3º Período									
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.Port.	0	0	11	3	0		1		0	2	12	0	0		1		0	0	13	1	0		1	
Inglês 1	0	5	9	0	0			1	0	1	11	2	0			1	0	1	11	2	0			1
Francês 2	0	4	9	1	0				0	0	11	3	0				0	0	12	2	0			
Hist.	0	1	10	3	0				0	0	10	4	0				0	0	12	2	0			
Geog.	0	1	12	1	0				0	1	11	2	0				0	0	13	1	0			
Mat.	0	7	5	2	0		1		0	7	6	1	0		1		0	5	7	1	1		1	
C.N.	0	0	11	3	0				0	0	11	3	0				0	0	10	4	0			
C.F.Q.	0	2	8	4	0				0	1	11	2	0				0	1	8	5	0			
E.V.	0	1	13	1	0				0	0	13	2	0				0	0	10	5	0			
E.M.*	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-				0	0	4	8	2			
E.T.*	-	-	1	-	-				-	-	1	-	-				0	0	2	13	0			
E.F.	0	0	7	7	1				0	0	8	2	5				0	0	7	2	6			
E.M.R.C.	0	0	14	0	0				0	0	12	2	0				0	0	8	7	0			
F.C.						0	12	3						0	15	0						0	12	3
TIC						0	0	1						0	0	1						0	0	1
D.C.S.C.						0	0	1						0	0	1						0	0	1
M.A.						0	0	1						0	0	1						0	0	1

(*) – Disciplinas semestrais

(**) – 1 aluno foi excluído por faltas.

ltações:

- Sucesso pleno na maioria das disciplinas: L.P., Francês, Hist., Geografia, CN, EV, EM, ET, EF e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 às disciplinas de Educação Física e Educação Musical;
- Inexistência de atribuição de níveis 5 em todas as disciplinas, à exceção de Matemática, Educação Musical e Educação Física;
- Insucesso residual a Inglês e a Ciências Físico-Químicas;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – Matemática (situação verificada no 2º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na maioria das disciplinas;
- Ausência de alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas). No entanto um aluno foi excluído por excesso de faltas.
- Área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica com pleno sucesso;
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de Francês, Hist., CN, EV, EM, EF, EMRC e a FC.

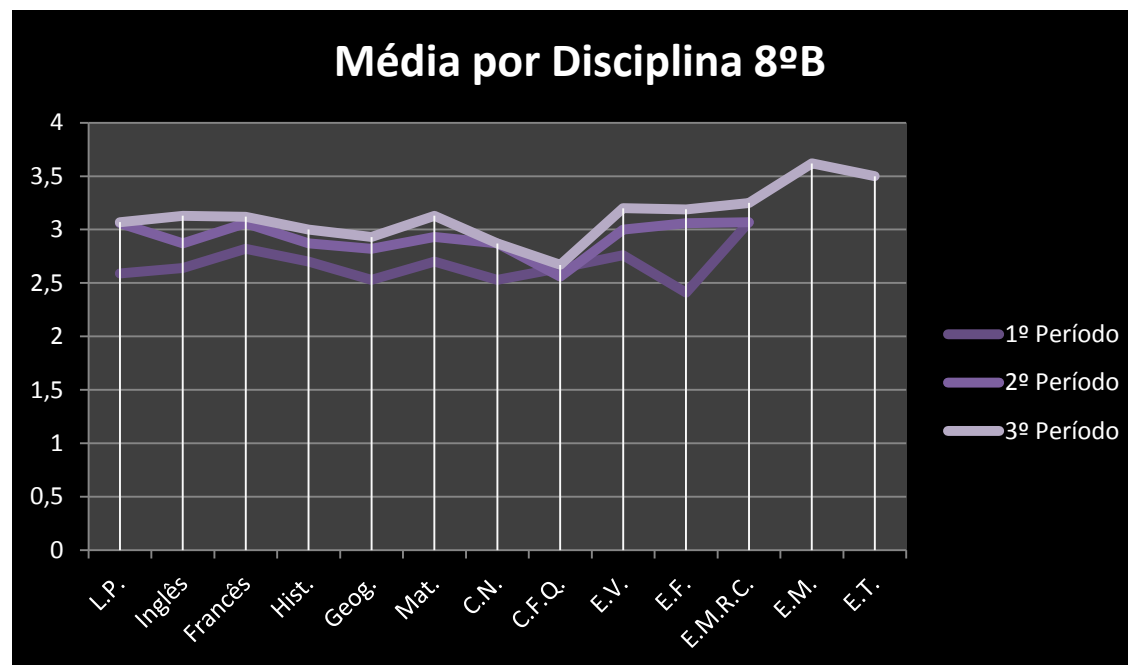


8ºB (17 alunos)																								
Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.Port.	1	7	7	2	0				0	2	11	3	0				0	3	8	4	0			
Inglês 1	1	6	8	2	0				0	3	12	1	0				0	2	9	4	0			
Francês 2	1	4	9	3	0				0	2	13	1	1				0	3	9	3	1			
Hist.	1	3	13	0	0				0	3	12	1	0				0	3	9	3	0			
Geog.	1	6	10	0	0				0	4	12	1	0				0	2	13	1	0			
Mat.	1	4	11	1	0				0	4	10	1	1				0	2	10	2	1			
C.N.	1	6	10	0	0				0	4	10	2	0				0	3	11	1	0			
C.F.Q.	1	6	8	2	0				0	8	7	1	0				0	7	6	2	0			
E.V.	1	4	10	2	0				0	2	12	2	0				0	2	9	3	1			
E.M.*	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-				0	1	7	5	3			
E.T.*	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-				0	0	8	8	0			
E.F.	3	6	6	2	0				2	3	7	2	3				3	1	6	2	4			
E.M.R.C.	0	0	12	1	0				0	0	12	1	0				0	0	10	1	1			
F.C.						1	9	7						3	9	5						1	9	6

(*) – Disciplinas semestrais

Ilacões:

- Sucesso pleno às disciplinas de Educação Tecnológica e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 às disciplinas de Educação Física e Educação Musical;
- Inexistência de atribuição de níveis 5 às disciplinas de LP, Inglês, Hist., Geografia, C.N., C.F.Q. e ET;
- Insucesso residual a Educação Musical;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – Educação Física (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na maioria das disciplinas;
- Existência de um aluno em situação de Não Transição (Plano de Recuperação delineado não permitiu a superação de dificuldades diagnosticadas);
- Manutenção do sucesso pleno à disciplina de EMRC.

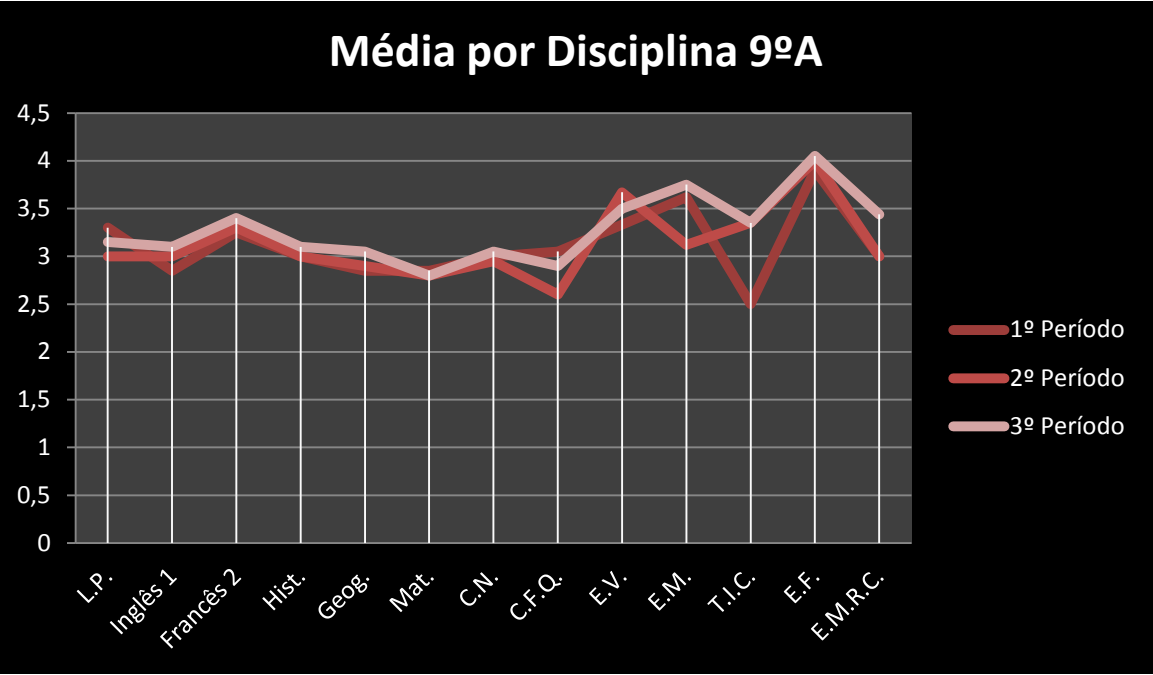


9ºA (20 alunos)

Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.Port.	0	1	12	7	0				0	3	14	3	0				0	0	17	3	0			
Inglês 1	0	5	13	2	0				0	3	14	3	0				0	2	14	4	0			
Francês 2	0	2	11	7	0				0	0	14	6	0				0	0	13	6	1			
Hist.	0	4	12	4	0				0	4	12	4	0				0	2	14	4	0			
Geog.	0	6	11	3	0				0	4	14	2	0				0	1	17	2	0			
Mat.	0	5	13	2	0				1	3	15	1	0				1	6	10	2	1			
C.N.	0	2	16	2	0				0	3	15	2	0				0	1	17	2	0			
C.F.Q.	0	5	9	6	0				0	9	10	1	0				0	3	16	1	0			
E.V.	0	2	4	6	0				0	0	4	8	0				0	0	6	6	0			
E.M.	0	0	4	3	1				0	2	3	3	0				0	0	3	4	1			
E.F.	0	0	5	12	3				0	0	5	10	5				0	0	4	11	5			
T.I.C.	0	10	10	0	0				0	1	11	8	0				0	0	13	7	0			
E.M.R.C.	0	0	15	0	0				0	0	16	0	0				0	0	9	7	0			
F.C.						0	10	10						0	13	7						0	16	4
A.C.E.						0	15	5						0	18	2						0	14	6

Observações:

- Sucesso pleno nas disciplinas de LP, Francês, EV, EM, EF, TIC e EMRC;
- Atribuição de maior número de níveis 5 nas disciplinas de EM e EF;
- Inexistência de atribuição de níveis 5 na disciplina de Educação Física;
- Insucesso residual a Geografia e Ciências Naturais;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – TIC (situação verificada no 1º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens na maioria das disciplinas;
- Existência de dois alunos em situação de Não Transição (Planos de Recuperação delineados não permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas);
- Manutenção do sucesso pleno às disciplinas de Francês, EV, EMRC e FC.

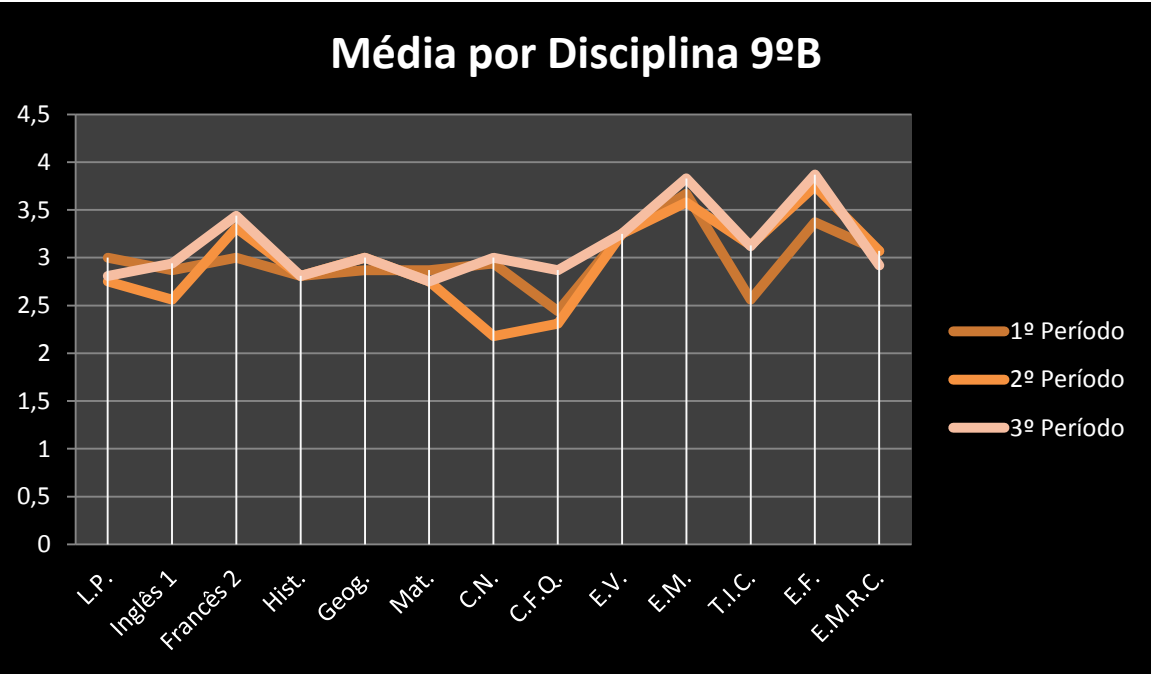


9ºB (16 alunos)

Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
L.Port.	0	2	12	2	0				1	4	9	2	0				1	3	10	2	0			
Inglês 1	0	4	10	2	0				1	6	8	1	0				1	2	10	3	0			
Francês 2	0	7	4	3	2				1	1	6	8	0				1	1	6	6	2			
Hist.	0	5	9	2	0				0	5	9	2	0				1	4	8	3	0			
Geog.	0	4	10	2	0				0	2	12	2	0				0	2	12	2	0			
Mat.	0	4	10	2	0				2	2	10	2	0				2	2	10	2	0			
C.N.	0	3	11	2	0				0	9	2	0	0				1	1	12	1	1			
C.F.Q.	2	7	5	2	0				2	8	5	1	0				2	2	10	0	2			
E.V.	0	2	0	1	1				1	0	0	3	0				0	1	1	2	0			
E.M.	0	2	3	4	3				0	1	5	4	2				0	1	4	3	4			
E.F.	0	3	4	9	0				0	1	7	3	5				0	1	6	3	6			
T.I.C.	0	9	5	2	0				1	2	7	6	0				1	1	9	5	0			
E.M.R.C.	0	0	12	1	0				0	0	12	1	0				0	1	12	0	0			
F.C.						5	11	0						5	11	0						3	13	0
A.C.E.						4	7	5						5	5	6						5	6	5

ltações:

- Inexistência de sucesso pleno na totalidade das disciplinas;
- Atribuição de maior número de níveis 5 nas disciplinas de EF e EM;
- Insucesso residual a EV, EM, EF e EMRC;
- Disciplina com **média global de menor alcance** – CN (situação verificada no 2º período);
- Melhoria da qualidade das aprendizagens nas disciplinas de CN, Inglês e CFQ;
- Existência de quatro alunos em situação de Não Transição (o Plano de Acompanhamento e os três Planos de Recuperação delineados não permitiram a superação de dificuldades diagnosticadas);



9ºC - PIEF (14* alunos)																								
Disciplinas	1º Período								2º Período								3º Período							
	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB	1	2	3	4	5	NS	St	SB
V.Port.	3	6	2	3	0				7	0	4	2	0				5	2	2	4	0			
C.L.Estr.	1	5	7	1	0				1	6	5	1	0				1	3	7	2	0			
C.H.Sociais	1	6	5	2	0				3	7	1	2	0				4	5	1	3	0			
F.Cidadania	1	7	4	2	0				1	6	5	1	0				1	5	6	1	0			
E.A.V.	1	5	6	2	0				1	4	4	4	0				1	1	7	4	0			
E.F.D.	5	4	2	3	0				3	2	4	4	0				3	2	4	3	1			
M.R.	1	1	10	0	2				1	9	1	2	0				1	0	10	2	0			
T.I.C.	2	2	8	2	0				2	3	6	2	0				2	3	6	2	0			
C.F.N.	1	1	9	1	2				1	9	1	2	0				1	0	10	2	0			
S.H.S.T.	1	1	10	0	2				1	7	2	2	1				1	0	10	2	0			
F.Vocac.	2	2	5	3	2				1	4	3	4	1				1	0	8	2	2			
Tutoria						3	8	3						4	6	3						1	10	2

(*) – uma aluna foi transferida.

Ilacões:

- Áreas com maior sucesso: Matemática e Realidade; Ciências Físicas e Naturais e Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Áreas com maior insucesso: Viver em Português; Ciências Humanas e Sociais e Formação para a Cidadania;
- Seis alunos concluíram o Programa Integrado de Educação e Formação e foram certificados com o 9º ano de escolaridade;
- Os restantes alunos irão prosseguir a sua formação, no mesmo programa, no próximo ano letivo.

5.2. Resultados Escolares obtidos pelos alunos antes e durante o Projeto Fénix – Quinquénio 2006-2011

RESULTADOS ESCOLARES - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE DO SADO											
Taxa de Insucesso (%) – Antes do Projeto Fénix								Taxa de Insucesso (%) – Projeto Fénix			
		Ano Letivo 2006/07		Ano Letivo 2007/08		Ano Letivo 2008/09		Ano Letivo 2009/10		Ano Letivo 2010/11	
Ciclo	Ano	Insucesso Ano	Insucesso Ciclo	Insucesso Ano	Insucesso Ciclo	Insucesso Ano	Insucesso Ciclo	Insucesso Ano	Insucesso Ciclo	Insucesso Ano	Insucesso Ciclo
1º	1º	1,8%	10,8%	10,5%	3,9%	0,0%	3,0%	0,0%	3,8%	0,0%	3,5%
	2º	19,4%		0,0%		8,6%		8,3%		11,0%	
	3º	2,4%		12,9%		3,4%		0,0%		0,0%	
	4º	19,6%		2,2%		0,0%		7,1%		3,0%	
2º	5º	15,4%	19,6%	30,7%	29,0%	18,0%	16,8%	12,5%	10,4%	4,8%	2,4%
	6º	23,9%		27,3%		15,6%		8,3%		0,0%	
3º	7º	30,8%	26,3%	41,9%	25,4%	20,5%	21,9%	19,1%	21,4%	5,6%	2,8%
	8º	15,6%		3,4%		16,7%		25,0%		0,0%	
	9º	32,5%		9,1%		28,6%		20,0%		2,7%	
Agrupamento Totais			18,9%		18,1%		13,9%		11,9%		2,9%

5.3. Resultados Escolares obtidos pelos alunos abrangidos pelo Programa Mais Sucesso Escolar - Projeto Fénix - 2011/2012

Anos de Escolaridade contratualizados	Turmas envolvidas	N.º Alunos		Disciplinas contratualizadas	Resultados esperados para as disciplinas contratualizadas (Taxas de Sucesso)	Resultados obtidos nas disciplinas contratualizadas			Resultados alcançados nas disciplinas contratualizadas (Taxas de Sucesso)	Resultados esperados nos anos contratualizados (Taxas de Transição)	Resultados alcançados nos anos contratualizados (Taxas de Transição)
						1º Período	2º Período	3º Período			
7º Anos	A	14	27	Língua Portuguesa	94,46%	65,4%	76,9%	76,9%	76,9%	93,51%	81,5%
				Inglês	94,46%	65,4%	73,1%	76,9%			
	B	13	Matemática	94,46%	70,4%	85,2%	85,2%				
9º Anos	A	20	36	Língua Portuguesa	100%	91,7%	77,8%	88,9%	88,9%	89,42%	83,3%
				Inglês	97,62%	75%	72,2%	86,1%			
	B	16	Matemática	71,42%	75%	77,8%	69,5%				

Anos de Escolaridade contratualizados	Turmas envolvidas	N.º Alunos		Disciplina contratualizada	Resultados esperados para a disciplina contratualizada (Taxas de Sucesso)	Resultados obtidos na disciplina contratualizada			Resultados alcançados na disciplina contratualizada (Taxas de Sucesso)	Resultados esperados nos anos contratualizados (Taxas de Transição)	Resultados alcançados nos anos contratualizados (Taxas de Transição)
						1º Período	2º Período	3º Período			
5º Anos	A	15	29	Inglês	80%	82,8%	93,1%	92,9%	92,9%	91%	100%
	B	14									
6º Anos	A	18	35								
	B	17									
8º Anos	A	16	33								
	B	17									

ltações:

- Os alunos dos 5º e 6º anos superaram quer as taxas de transição como os resultados esperados para a disciplina de Inglês;
- Os alunos dos 8º anos superaram as taxas de transição, no entanto, os resultados obtidos na disciplina de Inglês (90%), foram inferiores em 4,5%, em relação aos resultados pretendidos para a disciplina;
- Os resultados obtidos pelos alunos dos 7º e 9º anos quer nas disciplinas contratualizadas de Língua Portuguesa, Inglês e Matemática, como nas taxas de transição dos anos contratualizados, ficaram aquém dos resultados esperados.

No entanto, os resultados obtidos pelos alunos dos 9º anos na disciplina de Matemática foram ligeiramente inferiores (1,9%) aos resultados pretendidos para a disciplina.

5.4. Taxa de Retenção por Turma - 3º Período; Quadros comparativos da evolução do aproveitamento.

Ano	N.º Alunos	Alunos Retidos	Taxa Global	Taxa Global de Retenção – 3º Ciclo
7º	27	5	18,5%	13,9%
8º	32	2	6,5%	
9º	36	6	16,7%	

Turma	N.º Alunos	N.º Alunos Retidos	Taxa de Retenção	Número de níveis inferiores a três por disciplina dos alunos retidos													
				L.P.	ING.	FRAN.	HIST.	GEOG.	MAT.	C.N.	CFQ	E.V.	E.M.	E.T.	E.F.	T.I.C.	E.M.R.C.
7ºA	14	3	21,4%	2	2	1	3	3	2	2	3	1	0	1	0	-	2
7ºB	13	2	15,4%	2	2	2	2	2	0	2	2	2	1	0	1	-	2
8ºA	16	1*	6,2%														
8ºB	16**	1	6,7%	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-	0
9ºA	20	2	10,0%	0	2	0	1	0	2	1	1	0	0	-	0	0	0
9ºB	16	4	25,0%	4	3	2	3	2	3	2	3	1	1	-	1	2	1

(*) Um aluno excluído por excesso de faltas; (**) – uma aluna foi transferida para outra escola.

Turma	N.º Total Alunos	1º Período				2º Período				3º Período			
		N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente	N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente	N.º Alunos sem níveis < 3	N.º Alunos com 1 / 2 níveis < 3	N.º Alunos com 3 ou + níveis < 3	N.º Alunos com 2 níveis < 3 a LP e Mat, cumulativamente
7ºA	14	6	2	6	3	8	1	5	0	9	1	4	1
7ºB	13	5	1	7	1	5	3	5	0	7	2	4	0
8ºA	16	6	6	3	0	8	6	1	1	10	5	0	0
8ºB	17	4	3	10	4	7	2	8	0	7	1	8	1
9ºA	20	7	6	7	0	8	4	8	0	12	6	2	0
9ºB	16	3	3	10	1	3	6	7	0	9	3	4	3
9ºC	14	3	3	8	2	2	1	10	7	4	2	7	1

5.5. Aplicação das medidas constantes no Despacho Normativo 50/2005, de 9 de novembro.

APOIOS PEDAGÓGICOS																			
Turma	N.º Total alunos	1º Período						2º Período						3º Período					
		Mat.*		C.F.Q.*				Mat.*		C.F.Q.*				Mat.*		C.F.Q.*			
		N.º Alunos Propostos	Taxa Global Freqüência	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Freqüência			N.º Alunos Propostos	Taxa Global Freqüência	Diferença entre a T.F. 1ºp e 2ºp	N.º Alunos Propostos			Taxa Global Freqüência	Diferença entre a T.F. 1ºp e 2ºp	N.º Alunos Propostos	Taxa Global Freqüência		
7ªA	14																		
7ªB	13																		
8ªA	16			16	**			16	**					16	**				
8ªB	17	17	24%	17	0%			17	24%	0%	0%			17	12%	12%	17	0%	0%
9ªA	20	20	30%	20	25%			20	30%	0%	0%			20	35%	-5%	20	25%	0%
9ªB	16			16	**			16	**					16	**				

(*)- Apoios Pedagógicos foram ministrados voluntariamente pelos docentes das disciplinas; (**) -Usualmente, os alunos dos 8ªA e 9ª anos frequentavam o apoio em CFQ, na véspera de provas de avaliação.

Turma	N.º Alunos	N.º de Planos Acompanhamento	Avaliação Final	
			Transição/Aprovação	Retenção
7ªA	14	0%	0	0
7ªB	13	1 (7,69%)	1	0
8ªA	16	0%	0	0
8ªB	16	1 (6,25%)	1	0
9ªA	20	0%	0	0
9ªB	16	1 (6,25%)	0	1
Total	95	3 (3,16%)	2	1

TAXA DE SUCESSO
66,7%

Turmas	Operacionalização dos Planos de Recuperação – 3º Ciclo					
	N.º Alunos	N.º Planos Recuperação 1º Período	N.º Planos Recuperação 2º Período	Manutenção 3º Período	Avaliação Sumativa Final Interna	
					Transição/Aprovação	Não Transição/Não Aprovação
7ºA	14	6	7	7	4	3
7ºB	13	6	8	8	6	2
8ºA	16	3	7	7	7	0
8ºB	17	8	10*	9	8	1
9ºA	20	8	10	10	8	2
9ºB	16	8	9	9	6	3
Total 3º Ciclo	96	39	51	50	39	11

*Uma aluna foi transferida.

Observações:

Os Planos de Recuperação delineados para os alunos da turma do 8ºA permitiram a superação plena das dificuldades diagnosticadas.
Pelo contrário, os alunos da turma do 7ºA, apenas 57% das dificuldades diagnosticadas foram superadas.

Taxa de Sucesso Final

78,0%

5.6. Avaliação ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro

Alunos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008				
Turma	N.º Alunos	1º Período	2º Período	3º Período
7ºA	14	1 (7,1%)	1 (7,1%)	1 (7,1%)
7ºB	13	0	0	0
8ºA	16	1 (6,3%)	1 (6,3%)	1 (6,3%)
8ºB	17	1 (5,9%)	2 (11,8%)	2 (11,8%)
9ºA	20	0	0	0
9ºB	16	1 (6,3%)	1 (6,3%)	1 (6,3%)
Total 3º Ciclo – 96		4	5	5

Alíneas do DL 3/2008	a), b), d) e f)	a), b), c), d) e f)	a), d), e), f)
N.º de Alunos	3	1	1

Taxa Global 3º Ciclo
5,21 %

Observações:

- Em todos os anos de escolaridade do 3º ciclo existem alunos avaliados pelo D.L. 3/2008;
- 8º Ano: taxa de maior amplitude de alunos abrangidos pelo DL;

Capítulo II

1. AVALIAÇÃO POR DEPARTAMENTO CURRICULAR – Ano Letivo 2011/2012

1.1. Departamento de Ciências Sociais e Humanas

2º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período						3º Período					
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
H.G.P.	29	5º	0	5	17	7	0	83%	0	3	17	8	1	90%	0	2	14	10	2	93%
H.G.P.	35	6º	0	5	16	10	4	86%	0	2	14	12	7	94%	0	1	15	14	5	97%
C. Humanas e Sociais	2	PIEF	0	1	0	0	0	0%	2	0	0	0	0	0%	1	1	0	0	0	0%
Formação para a Cidadania	2	PIEF	0	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%
E.M.R.C.	25	5º	0	1	8	15	1	96%	0	0	4	18	3	100%	0	0	3	18	3	100%
E.M.R.C.	24	6º	0	0	6	15	3	100%	0	0	4	14	6	100%	0	0	4	8	12	100%

3º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período						3º Período					
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
História	27	7º	0	8	12	5	2	70%	0	10	12	2	3	63%	0	9	12	2	4	67%
História	31	8º	1	4	23	3	0	84%	0	3	22	5	0	90%	0	3	21	5	1	90%
História	36	9º	0	9	21	6	0	75%	0	9	21	6	0	75%	1	6	22	7	0	81%
Ciências Humanas e Sociais	14	PIEF	1	6	5	2	0	50%	3	7	1	2	0	23%	4	5	1	3	0	31%
Formação para a Cidadania	14	PIEF	1	7	4	2	0	43%	1	6	5	1	0	46%	1	5	6	1	0	54%
Geografia	27	7º	0	7	14	5	1	74%	0	6	16	4	1	78%	0	5	15	6	1	81%
Geografia	31	8º	1	7	22	1	0	74%	0	5	23	3	0	84%	0	2	26	2	0	93%
Geografia	36	9º	0	10	21	5	0	72%	0	6	26	4	0	83%	0	3	29	4	0	92%
E.M.R.C.	21	7º	0	7	10	3	1	67%	0	6	11	3	1	71%	0	6	9	3	3	71%
E.M.R.C.	27	8º	0	0	26	1	0	100%	0	0	24	3	0	100%	0	0	18	8	1	100%
E.M.R.C.	29	9º	0	0	28	1	0	100%	0	0	28	1	0	100%	0	1	21	7	0	97%

1.2. Departamento de Expressões

2º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período					3º Período						
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
EVT	29	5º	0	0	20	8	1	100%	0	0	19	9	1	100%	0	0	13	13	2	100%
EVT	35	6º	0	1	13	16	5	97%	0	0	11	16	8	100%	0	0	11	13	11	100%
E. Art. E Visual	2*	PIEF	0	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%
E. Física	29	5º	0	0	19	8	2	100%	0	0	13	10	6	100%	0	0	9	11	8	100%
E. Física	35	6º	0	0	12	21	2	100%	0	0	11	21	3	100%	0	0	8	23	4	100%
E. F. e Desp.	2*	PIEF	1	0	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	2	0	0	0	0	0%
E. Musical	29	5º	0	1	10	16	2	98%	0	0	15	11	3	100%	0	0	11	12	5	100%
E. Musical	35	6º	0	3	8	19	5	91%	0	1	16	13	5	97%	0	1	13	16	5	97%

(*) – Uma aluna sem elementos de avaliação

3º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período					3º Período						
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
E. Visual	26	7º	0	3	15	6	2	89%	0	5	15	4	2	81%	0	4	11	7	4	85%
E. Visual	32	8º	1	5	23	3	0	81%	0	2	25	4	0	94%	0	2	19	8	1	93%
E. Visual	16	9º	0	4	4	7	1	75%	1	0	4	11	0	94%	0	1	7	8	0	94%
E. Art. E Visual	14	PIEF	1	5	6	2	0	57%	1	4	4	4	0	62%	1	1	7	4	0	85%
E. Musical*	27	7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	13	8	5	96%
E. Musical*	31	8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	11	13	5	97%
E. Musical	20	9º	0	2	7	7	4	90%	0	3	8	7	2	85%	0	1	7	7	5	95%
E.Tecnológica*	27	7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	17	7	2	96%
E.Tecnológica*	32**	8º	0	0	1	0	0	100%	0	0	1	0	0	100%	0	0	10	21	0	100%
E. Física	27	7º	0	0	15	9	3	100%	0	2	13	7	4	89%	0	1	13	8	4	96%
E. Física	32	8º	3	6	13	9	1	72%	2	3	15	4	8	84%	3	1	13	4	10	87%
E. Física	36	9º	0	3	9	21	3	92%	0	1	12	13	10	97%	0	1	10	14	11	97%
E. F. e Desp.	14	PIEF	5	4	2	3	0	36%	3	2	4	4	0	62%	3	2	4	3	1	62%

(*) – Disciplinas Semestrais. (**) – Foi avaliado um aluno com NEE.

1.3. Departamento de Línguas

2º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período						3º Período					
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
L. Port.	29	5º	0	3	21	5	0	90%	0	4	16	9	0	86%	0	2	14	11	1	93%
L. Port.	35	6º	0	9	17	7	2	74%	0	4	18	13	0	89%	0	2	19	13	1	94%
Viver em Português	2*	PIEF	1	0	0	0	0	0%	1	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%
Inglês	29	5º	0	5	12	10	2	83%	0	2	16	10	1	93%	0	2	15	8	3	93%
Inglês	35	6º	0	4	14	16	1	89%	0	0	24	9	2	100%	0	0	19	12	4	100%
Com. L.Est.	2*	PIEF	0	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%

(*) – Uma aluna sem elementos de avaliação

3º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período						3º Período					
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3/St*	4/SB*	5		1	2	3/St*	4/SB*	5		1	2	3	4	5	
L. Port.	26	7º	0	9	12	5	0	65%	0	6	15	4	1	77%	0	6	14	5	1	77%
L. Port.	32	8º	1	7	19	5	0	75%	0	4	24	3	0	87%	0	3	22	5	0	90%
L. Port.	36	9º	0	3	24	9	0	92%	1	7	23	5	0	72%	1	3	27	5	0	89%
Viver em Português	14	PIEF	3	6	2	3	0	36%	7	0	4	2	0	46%	5	2	2	4	0	46%
Inglês 1	26	7º	0	9	9	6	2	65%	0	7	11	6	2	73%	0	6	12	6	2	77%
Inglês 1	32	8º	1	11	17	3	0	63%	0	4	23	4	0	87%	0	3	20	7	0	90%
Inglês 1	36	9º	0	9	23	4	0	75%	1	9	22	4	0	72%	1	4	24	7	0	86%
Com. L.Est.	14	PIEF	1	5	7	1	0	57%	1	6	5	1	0	46%	1	3	7	2	0	69%
Francês 2	27	7º	0	8	11	5	3	70%	0	5	12	3	7	81%	0	3	12	5	7	89%
Francês 2	31	8º	1	8	18	4	0	71%	0	2	24	4	1	94%	0	3	21	5	1	90%
Francês 2	36	9º	0	9	15	10	2	75%	1	1	20	14	0	94%	1	1	19	12	3	94%

(*) – Menção qualitativa atribuída ao aluno com NEE do 8ºA.

1.4. Departamento de Matemática e Ciências Experimentais

2º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período					3º Período						
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
Matemática	29	5º	0	2	24	3	0	93%	0	4	18	5	2	86%	0	3	18	4	3	89%
Matemática	35	6º	0	11	12	12	0	69%	0	8	15	10	2	77%	0	9	13	10	3	74%
Matemática e Realidade	2*	PIEF	0	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	0	1	1	0	0	50%
C. Natureza	29	5º	0	1	21	7	0	97%	0	1	21	5	2	97%	0	0	20	5	3	100%
C. Natureza	35	6º	0	5	14	14	2	86%	0	2	17	8	8	94%	0	2	15	9	9	94%
C. Físicas e Naturais	2*	PIEF	0	1	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	0	1	1	0	0	50%
T.I.C.	2*	PIEF	1	0	0	0	0	0%	0	2	0	0	0	0%	1	1	0	0	0	0%

(*) – Uma aluna sem elementos de avaliação

3º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período						2º Período					3º Período						
			Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Níveis					Taxa de Sucesso Global
			1	2	3/St*	4/SB*	5		1	2	3/St*	4/SB*	5		1	2	3	4	5	
Matemática	27	7º	0	8	14	3	2	70%	0	4	17	2	4	85%	0	2	18	2	5	93%
Matemática	32	8º	1	11	17	3	0	63%	0	11	17	2	1	65%	0	7	17	3	2	76%
Matemática	36	9º	0	9	23	4	0	75%	3	5	25	3	0	78%	3	8	20	4	1	69%
Matemática e Realidade	14	PIEF	1	1	10	0	2	86%	1	9	1	2	0	23%	1	0	10	2	0	92%
C. Naturais	26	7º	0	12	9	3	2	54%	0	7	12	3	4	73%	0	5	12	5	4	81%
C. Naturais	31	8º	1	6	21	3	0	77%	0	4	21	5	0	84%	0	3	21	5	0	90%
C. Naturais	36	9º	0	5	27	4	0	86%	0	8	24	4	0	78%	1	2	29	3	1	92%
C.F.Q.	26	7º	0	13	8	4	1	50%	1	10	9	2	4	58%	0	8	11	3	4	69%
C.F.Q.	31	8º	1	8	16	6	0	71%	0	9	18	3	0	70%	0	8	14	7	0	72%
C.F.Q.	36	9º	2	12	14	8	0	61%	2	17	15	2	0	47%	2	5	26	1	2	81%
C. Físicas e Naturais	14	PIEF	1	1	9	1	2	86%	1	9	1	2	0	23%	1	0	10	2	0	92%
T.I.C.	36	9º	0	19	15	2	0	47%	1	3	18	14	0	89%	1	1	22	12	0	94%
T.I.C.	14	PIEF	2	2	8	2	0	71%	2	3	6	2	0	62%	2	3	6	2	0	62%

(*) – Menção qualitativa atribuída ao aluno com NEE, do 8ºA.

Capítulo III

1. ÁREAS CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

2º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período				2º Período				3º Período			
			Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global	Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global	Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global
			NS	Sat	SB		NS	Sat	SB		NS	Sat	SB	
Estudo Acompanhado	29	5º	1	19	9	97%	1	15	13	97%	1	6	21	96%
Estudo Acompanhado	35	6º	0	18	17	100%	0	19	16	100%	0	20	15	100%
Formação Cívica	29	5º	0	18	11	100%	0	17	12	100%	0	13	15	100%
Formação Cívica	35	6º	1	18	16	97%	3	14	18	91%	1	17	17	97%

3º CICLO	N.º Alunos	Ano	1º Período				2º Período				3º Período			
			Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global	Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global	Menção Qualitativa			Taxa Sucesso Global
			NS	Sat	SB		NS	Sat	SB		NS	Sat	SB	
Formação Cívica	27	7º	2	11	14	93%	3	13	11	89%	3	10	13	88%
Formação Cívica	32	8º	1	21	10	97%	3	24	5	91%	1	21	9	97%
Formação Cívica	36	9º	5	21	10	86%	5	24	7	86%	3	29	4	92%
Atividades de Acompanhamento ao Estudo	36	9º	4	22	10	89%	5	23	8	86%	5	20	11	86%

2. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – AEC DO 1º CICLO

1º ANO

Escolas/ N.º Alunos	Atividades	1º Período					2º Período					3º Período				
		Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade Sado (13 alunos.)	Apoio ao Estudo	0	0	1	8	4	0	0	1	12	0	0	0	1	7	4
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	4	9	0	0	0	4	8	0
	TIC	0	0	13	0	0	0	0	1	12	0	0	0	1	11	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	1	12	0	0	0	0	10	0
Total		0	0	14	8	4	0	0	7	45	0	0	0	6	36	4
Ermidas-Sado (19 alunos)	Apoio ao Estudo	0	1	6	12	0	0	0	8	9	2	0	0	7	10	1
	Inglês	0	0	16	3	0	0	0	11	8	0	0	0	6	12	0
	TIC	0	0	17	1	0	0	0	13	5	0	0	0	3	14	0
	Atividade Física e Desportiva	0	0	16	3	0	0	0	9	10	0	0	0	4	14	0
Total		0	1	55	19	0	0	0	41	32	2	0	0	20	50	1
S. Domingos da Serra (3 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	1	2	0	0	0	1	2	0	0	0	1	2	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	1	2	0	0	0	1	2	0
	TIC	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0
Total		0	0	4	2	0	0	0	2	10	0	0	0	2	10	0
Vale de Água (3 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0
	TIC	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0
Total		0	0	6	0	0	0	0	3	9	0	0	0	3	9	0
TOTAL GERAL – 38 alunos		0	1	79	29	4	0	0	53	106	2	0	0	31	105	5

Escolas/ N.º Alunos	Atividades	1º Período					2º Período					3º Período				
		Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade Sado (19 alunos)	Apoio ao Estudo	0	1	15	3	0	0	1	13	5	0	0	1	10	7	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	13	6	0	0	0	7	11	0
	TIC	0	0	5	14	0	0	0	4	15	0	0	0	3	15	0
	Atividade Física e Desportiva	0	0	4	15	0	0	0	4	15	0	0	0	2	16	0
Total		0	1	24	32	0	0	1	34	41	0	0	1	22	49	0
Ermidas-Sado (24 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	18	4	2	0	0	18	3	3	0	0	16	3	4
	Inglês	0	0	17	7	0	0	0	17	7	0	0	0	15	8	0
	TIC	0	0	12	12	0	0	0	13	11	0	0	0	12	10	1
	Atividade Física e Desportiva	0	0	15	9	0	0	0	14	10	0	0	0	13	10	0
Total		0	0	62	32	2	0	0	62	31	3	0	0	56	31	5
S. Domingos da Serra (5 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	2	2	0	0	0	2	3	0	0	0	2	3	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	4	1	0	0	0	2	3	0
	TIC	0	0	2	2	0	0	0	3	2	0	0	0	2	3	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	1	4	0	0	0	2	3	0
Total		0	0	4	4	0	0	0	10	10	0	0	0	8	12	0
Vale de Água (2 alunos)	Apoio ao Estudo	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0
	TIC	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0
Total		0	2	2	0	0	0	0	4	4	0	0	0	4	4	0
TOTAL GERAL – 50 alunos		0	3	92	68	2	0	1	110	86	3	0	1	90	96	5

Escolas/ N.º Alunos	Atividades	1º Período					2º Período					3º Período				
		Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade Sado (18 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	8	9	1	0	0	9	8	1	0	1	8	7	0
	Inglês	0	0	16	2	0	0	0	9	9	0	0	0	6	12	0
	TIC	0	0	2	16	0	0	0	2	16	0	0	0	2	16	0
	Atividade Física e Desportiva	0	0	3	15	0	0	0	2	16	0	0	0	2	16	0
Total		0	0	29	42	1	0	0	22	49	1	0	1	18	51	0
Ermidas-Sado (18 alunos)	Apoio ao Estudo	0	6	9	3	0	0	0	12	6	0	0	0	6	10	2
	Inglês	0	0	12	6	0	0	0	10	8	0	0	0	9	9	0
	TIC	1	0	6	7	4	0	0	8	6	4	0	0	6	8	4
	Atividade Física e Desportiva	0	0	7	11	0	0	0	7	11	0	0	0	5	13	0
Total		1	6	34	27	4	0	0	37	31	4	0	0	26	40	6
S. Domingos da Serra (4 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
	TIC	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
Total		0	0	2	6	0	0	0	4	12	0	0	0	4	12	0
Vale de Água (7 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	3	4	0	0	0	2	1	4	0	0	2	1	4
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	3	4	0	0	0	1	6	0
	TIC	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	7	0	0	0	0	7	0
Total		0	0	3	11	0	0	0	5	19	4	0	0	3	21	4
TOTAL GERAL – 47 alunos		1	6	68	86	5	0	0	68	111	9	0	1	51	134	10

Escolas/ N.º Alunos	Atividades	1º Período					2º Período					3º Período				
		Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.
Alvalade Sado (22 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	15	7	0	0	0	15	7	0	0	0	15	5	2
	Inglês	0	0	14	5	0	0	0	3	16	0	0	0	6	13	0
	TIC	0	0	0	16	3	0	0	0	16	3	0	0	0	15	4
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	9	12	0	0	1	7	12
Total		0	0	29	28	3	0	0	18	48	15	0	0	22	40	18
Ermidas-Sado (11 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	5	5	1	0	0	4	6	1	0	0	4	6	1
	Inglês	0	0	3	8	0	0	0	2	9	0	0	0	0	11	0
	TIC	0	0	0	10	1	0	0	0	9	2	0	0	0	8	3
	Atividade Física e Desportiva	0	0	0	11	0	0	0	0	11	0	0	0	2	8	1
Total		0	0	8	34	2	0	0	6	35	3	0	0	6	33	5
S. Domingos da Serra (9 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	3	5	1	0	0	3	5	1	0	0	3	5	1
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	2	7	0	0	0	2	7	0
	TIC	0	0	0	7	2	0	0	0	7	2	0	0	0	7	2
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	0	8	1	0	0	0	8	1
Total		0	0	3	12	3	0	0	5	27	4	0	0	5	27	4
Vale de Água (4 alunos)	Apoio ao Estudo	0	0	2	2	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2
	Inglês	-	-	-	-	-	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
	TIC	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
	Atividade Física e Desportiva	-	-	-	-	-	0	0	1	3	0	0	0	1	3	0
Total		0	0	3	5	0	0	0	5	8	2	0	0	5	9	2
TOTAL GERAL – 46 alunos		0	0	43	79	8	0	0	34	118	24	0	0	38	109	29

3. PLANOS DE ACOMPANHAMENTO, RECUPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO

3.1. Planos de Acompanhamento, Recuperação e de Desenvolvimento- Quinquénio 2006-2011

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE DO SADO																			
PLANOS DE ACOMPANHAMENTO, RECUPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO – Quinquénio 2006-2011																			
		Ano Letivo 2006/07 (399 alunos)			Ano Letivo 2007/08 (392 alunos)			Ano Letivo 2008/09 (376 alunos)			Ano Letivo 2009/10 (387 alunos)			Ano Letivo 2010/11 (343 alunos)			Quinquénio - 2006-2011 (1897 alunos)		
Ciclo	Alunos	Plano Acomp.	Plano Recup.	Plano Desenv.	Plano Acomp.	Plano Recup.	Plano Desenv.	Plano Acomp.	Plano Recup.	Plano Desenv.	Plano Acomp.	Plano Recup.	Plano Desenv.	Plano Acomp.	Plano Recup.	Plano Desenv.	Plano Acompanhamento	Plano Recuperação	Plano Desenvolvimento
1º	Nº	13	26	0	2	25	0	1	33	0	4	23	0	7	23	0	27	130	0
	%	3,3%	6,5%	0%	0,5%	6,4%	0%	0,3%	8,8%	0%	1%	5,9%	0%	2%	6,7%	0%	1,4%	6,9%	0%
2º	Nº	20	28	0	25	34	0	20	13	0	13	23	0	5	18	2	83	116	2
	%	5%	7%	0%	6,4%	8,7%	0%	5,3%	3,5%	0%	3,4%	5,9%	0%	1,5%	5,2%	0,6%	4,4%	6,1%	0,11%
3º	Nº	30	48	0	23	61	0	13	43	1	18	42	0	10	50	0	94	244	1
	%	7,5%	12%	0%	5,9%	15,6%	0%	3,5%	11,4%	0,3%	4,7%	10,9%	0%	2,9%	14,6%	0%	5%	12,9%	0,05%
Totais	Nº	63	102	0	50	120	0	34	89	1	35	88	0	22	91	2	204	490	3
	%	15,8%	25,5%	0%	12,8%	30,7%	0%	9,1%	23,7%	0,3%	9,1%	22,7%	0%	6,4%	26,5%	0,6%	10,8%	25,9%	0,2%

3.2. Planos de Acompanhamento, Recuperação e de Desenvolvimento- Ano Letivo 2011/2012

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE DO SADO				
Ano Letivo 2011/12 - (341 alunos)				
Ciclo	Alunos	Planos Acompanhamento	Planos Recuperação	Planos Desenvolvimento
1º	Nº	9	35	0
	%	4,9%	19,3%	0%
2º	Nº	1	16	0
	%	1,6%	25%	0%
3º	Nº	3	51	0
	%	3,1%	53,1%	0%
Totais	Nº	13	102	0
	%	3,8%	26,9%	0%

ltações:

- Os Planos de Acompanhamento delineados para os alunos do 1º e 2º ciclos permitiram a superação plena das dificuldades diagnosticadas. Para os alunos do 3º ciclo abrangidos, o sucesso obtido foi de 66,7%;
- Os Planos de Recuperação para o 2º ciclo permitiram a superação plena das dificuldades diagnosticadas. No entanto, os alunos abrangidos dos 1º e 3º ciclos permitiram a superação das dificuldades diagnosticadas, obtendo o sucesso, respetivamente, em 80% e 76,5%;
- Dos 341 alunos matriculados, 13 foram abrangidos por Planos de Acompanhamento (3,8%) e 102 alunos por Planos de Recuperação (26,9%). Todos os alunos abrangidos pelos Planos de Acompanhamento obtiveram sucesso escolar, à exceção de um aluno do 9º ano de escolaridade;
- Quanto aos Planos de Recuperação: dos 35 alunos do 1º ciclo abrangidos, 28 obtiveram sucesso (80%); dos 16 alunos do 2º ciclo, a sua totalidade obteve sucesso e dos 51 alunos do 3º ciclo abrangidos, 39 obtiveram sucesso (76,5%). De um total de 115 alunos abrangidos por Planos de Acompanhamento e de Recuperação, o sucesso foi de cerca de 87,2%.

- Comparando com os anos anteriores, este ano letivo, verifica-se um aumento de Planos de Acompanhamento e de Recuperação no 1º ciclo, diminuindo no 2º ciclo. Para o 3º ciclo enquanto que os Planos de Recuperação subiram ligeiramente (1), os de Acompanhamento diminuíram razoavelmente.

Capítulo IV

I. AVALIAÇÃO EXTERNA – Quinquénio 2006-2011

1.1. Resultados Escolares das Provas de Aferição e Exames Nacionais

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVALADE DO SADO												AVALIAÇÃO EXTERNA – Quinquénio 2006-2011													
Resultados Escolares – Provas de Aferição/Exames Nacionais (%)																									
Ano	Discipl.	Ano Letivo 2006/07				Ano Letivo 2007/08				Ano Letivo 2008/09				Ano Letivo 2009/10				Ano Letivo 2010/11				Quinquénio 2006-2011			
		Provas Aferição		Exames Nacionais		Provas Aferição		Exames Nacionais		Provas Aferição		Exames Nacionais		Provas Aferição		Exames Nacionais		Provas Aferição		Exames Nacionais		Provas Aferição		Exames Nacionais	
		Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional	Agrup.	Nacional
4º	L. P.	68,4%	89,1%	-	-	93,2%	89,4%	-	-	92,7%	92,0%	-	-	83,6%	91,6%	-	-	86,1%	87,7%	-	-	84,8%	90,0%	-	-
	Mat.	51,7%	80,3%	-	-	94,8%	90,8%	-	-	85,5%	89,0%	-	-	87,3%	88,9%	-	-	73,0%	80,3%	-	-	78,5%	85,9%	-	-
6º	L. P.	81,8%	85,4%	-	-	88,6%	93,4%	-	-	75,5%	89,0%	-	-	65,9%	88,4%	-	-	61,5%	84,3%	-	-	74,7%	88,1%	-	-
	Mat.	48,9%	58,9%	-	-	65,9%	81,8%	-	-	73,3%	80,0%	-	-	57,6%	77,0%	-	-	34,7%	64,8%	-	-	56,1%	72,5%	-	-
9º	L. P.	-	-	85,7%	86,3%	-	-	78,6%	83,4%	-	-	39,1%	69,9%	-	-	37,5%	91,0%	-	-	29,6%	51,0%	-	-	54,1%	76,3%
	Mat.	-	-	28,6%	27,8%	-	-	39,3%	55,2%	-	-	56,5%	63,8%	-	-	16,7%	74,0%	-	-	14,8%	43,0%	-	-	31,2%	52,8%

1.2. Metas de Aprendizagem -2011/2012

	Resultados a atingir nas provas de aferição e exames nacionais – Língua Portuguesa e Matemática 2011/2012		
	4º Ano	6º Ano	9º Ano
Língua Portuguesa	89,6%	78,0%	58,0%
Matemática	89,7%	65,0%	35,0%

Observações:

- Os resultados obtidos, no presente ano letivo, pelos alunos do 4º ano de escolaridade, nas Provas de Aferição, ficaram muito aquém das metas de aprendizagem estabelecidas. Na disciplina de Língua Portuguesa a média foi inferior em 43,3% e na de Matemática foi inferior em 45,8%;
- Comparando com os resultados alcançados no quinquénio 2006-11, os resultados escolares foram os piores obtidos pelos alunos em Provas de Aferição. A média do quinquénio na disciplina de Língua Portuguesa foi de 84,8% e em Matemática de 78,5%. Assim, verifica-se que os resultados obtidos a Língua Portuguesa e a Matemática, foram inferiores em 38,5% e em 34,6%, respetivamente;
- Nos Exames Nacionais do 6º ano, na disciplina de Língua Portuguesa, os alunos obtiveram 65,7% de sucesso e na disciplina de Matemática a taxa de sucesso foi de 57,1%. Comparando com os resultados nacionais, na disciplina de Língua Portuguesa onde o sucesso foi de 75,6%, tendo sido superior em 9,9%, em relação aos resultados conseguidos pelo agrupamento, enquanto que na disciplina de Matemática, os resultados nacionais foram de 55,9%, ligeiramente inferiores aos resultados do agrupamento (1,2%);
- As Metas de Aprendizagem a atingir pelo Agrupamento, nos exames nacionais do 6º ano (78% e 65%), no ano letivo 2011/12, não foram atingidas;
- Nos Exames Nacionais do 9º ano, na disciplina de Língua Portuguesa, os alunos do agrupamento obtiveram na disciplina de Língua Portuguesa a média de 33,3% e na de Matemática 15,2%. Comparando estes resultados, com os nacionais, foram muito inferiores em 30,7% e 39,5%, respetivamente.
- As Metas de Aprendizagem a atingir pelo Agrupamento, nos exames nacionais do 9º ano (58% e 35%), neste ano letivo 2011/12, ficaram muito aquém do pretendido.

2. AVALIAÇÃO EXTERNA - Ano Letivo 2011/2012

2.1. Provas de Aferição -1º Ciclo

4º ANO		PROVA DE AFERIÇÃO A LÍNGUA PORTUGUESA					
Anos Letivos	Nº Total de alunos	Menção Qualitativa					Taxa de Sucesso
		E	D	C	B	A	
2008/2009	35	0	2	18	11	4	94,3%
2009/2010	55	0	9	33	11	2	83,6%
2010/2011	36	0	5	18	13	0	86,1%
2011/2012	41	2	20	5	12	2	46,3%

4º ANO		PROVA DE AFERIÇÃO A MATEMÁTICA					
Anos Letivos	Nº Total de alunos	Menção Qualitativa					Taxa de Sucesso
		E	D	C	B	A	
2008/2009	35	2	4	14	8	7	82,9%
2009/2010	55	0	7	34	13	1	87,3%
2010/2011	37	0	10	10	15	2	73,0%
2011/2012	41	5	18	16	2	0	43,9%

Dados comparativos a Língua Portuguesa – 2011/2012

4º ANO	Menção Qualitativa					Taxa de Sucesso
	E	D	C	B	A	
Agrupamento	4,9%	48,8%	12,2%	29,2%	4,9%	46,3%
Nacional	1% (766)	19% (19.621)	31% (32.554)	40% (42.552)	9% (9.782)	66,7%

Dados comparativos a Matemática – 2011/2012

4º ANO	Menção Qualitativa					Taxa de Sucesso
	E	D	C	B	A	
Agrupamento	12,2%	43,9%	39,0%	4,9%	0,0%	43,9%
Nacional	4% (4.285)	39% (41.182)	31% (33.083)	22% (22.884)	3% (3.623)	53,9%

Ilacões:

- Na disciplina de Língua Portuguesa, os resultados obtidos pelos alunos, a taxa de sucesso diminuiu em cerca de 40% em relação ao ano letivo anterior. Comparando com os resultados obtidos em 2008/2009, verifica-se a diminuição do sucesso em cerca de 48%. Em relação à média nacional os resultados obtidos no agrupamento foram inferiores em cerca de 20%;
- Na disciplina de Matemática, a taxa de sucesso diminuiu em cerca de 29% em relação ao ano letivo anterior. Comparando com os resultados obtidos em 2008/2009, verifica-se a diminuição do sucesso em 39%. Em relação à média nacional os resultados obtidos no agrupamento foram inferiores em cerca de 10%.

2.2. Testes Intermédios - 2º Ano

2º Ano - Teste Intermédio de Língua Portuguesa – Ano Letivo 2011/2012										2º Ano - Teste Intermédio de Matemática – Ano Letivo 2011/2012											
Turmas	N.º Alunos	Menção Qualitativa					Taxa Sucesso Global			Turmas	N.º Alunos	Menção Qualitativa					Taxa Sucesso Global				
		Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Escola	Ano	Distrito			Nacional	Ins.	N.S.	Sat.	S.B.	Exc.	Escola	Ano	Distrito	Nacional
Alvalade do Sado	16	0	2	6	8	0	87,5%	84,3%	90,1%	92,6%	Alvalade do Sado	16	0	8	8	0	0	50%	64,5%	67,0%	75,5%
Ermidas-Sado	23	0	7	8	7	1	69,6%				Ermidas-Sado	23	0	12	5	6	0	47,8%			
S. Domingos	5	1	0	2	2	0	80%				S. Domingos	5	1	1	3	0	0	60%			
Vale de Água	2	0	0	1	1	0	100%				Vale de Água	2	0	0	1	1	0	100%			

2.3. Testes Intermédios - 8º Ano

8º Ano - Teste Intermédio de Matemática – Ano Letivo 2011/2012									
Turmas	N.º Alunos	Níveis					Taxa Sucesso Global	Distrito (intervalo)	Nacional
		1	2	3	4	5			
8ªA 8ªB	24	2	17	4	1	0	34,1%	30 - 35%	39,3%

2.4. Testes Intermédios - 9º Ano

9º Ano - Teste Intermédio de Língua Portuguesa – Ano Letivo 2011/2012										9º Ano - Teste Intermédio de Matemática – Ano Letivo 2011/2012									
Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional	Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional
		1	2	3	4	5						1	2	3	4	5			
9ªA 9ªB	35	1	26	8	0	0	40%	44 - 46%	46,7%	9ªA 9ªB	34	6	24	4	0	0	30,1%	30 - 35%	31,1%

9º Ano – 1º Teste Intermédio de Inglês – Ano Letivo 2011/2012										9º Ano – 2º Teste Intermédio de Ciências Naturais – Ano Letivo 2011/2012									
Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional	Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional
		1	2	3	4	5						1	2	3	4	5			
9ªA 9ªB	35	11	19	4	2	0	29,7%	45 - 50%	46,6%	9ªA 9ªB	34	7	25	2	0	0	30,7%	40 - 45%	48,0%

9º Ano - Teste Intermédio de História – Ano Letivo 2011/2012										9º Ano - Teste Intermédio de Geografia – Ano Letivo 2011/2012									
Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional	Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional
		1	2	3	4	5						1	2	3	4	5			
9ºA	35	12	20	2	1	0	26,0%	40 – 45%	46,3%	9ºA	35	3	26	6	0	0	37,1%	<50%	52,3%
9ºB		9ºB																	

9º Ano - Teste Intermédio de Ciências F. Químicas – Ano Letivo 2011/2012									
Turmas	N.º Alunos	Níveis					Média %	Distrito (intervalo)	Nacional
		1	2	3	4	5			
9ºA	35	13	20	2	0	0	25,2%	30 - 35%	36,7%
9ºB									

2.5. Exames Nacionais do Ensino Básico

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO

6º ANO		EXAME NACIONAL A LÍNGUA PORTUGUESA						
Agrupamento	Nº Total de Alunos	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Média
		1	2	3	4	5		
Alvalade do Sado	35	0	12	16	7	0	65,7%	2,85

Dados comparativos a Língua Portuguesa – 2011/2012						
6º ANO	Níveis					Taxa de Sucesso Global
	1	2	3	4	5	
Agrupamento	0%	34,3%	45,7%	20%	0%	65,7%
Nacional	0,9%	23,5%	45%	28%	2,6%	75,6%

6º ANO		EXAME NACIONAL A MATEMÁTICA						
Agrupamento	Nº Total de Alunos	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Média
		1	2	3	4	5		
Alvalade do Sado	35	1	14	15	5	0	57,1%	2,68

Dados comparativos a Matemática – 2011/2012						
6º ANO	Níveis					Taxa de Sucesso Global
	1	2	3	4	5	
Agrupamento	2,9%	40%	42,8%	14,3%	0%	57,1%
Nacional	7,5%	36,6%	26,3%	21,7%	7,9%	55,9%

A Avaliação Sumativa Externa diferente da Avaliação Sumativa Interna – 2011/2012

Decréscimo de Nível		Melhoria de Nível		Manutenção de Nível	
Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
0	0	0	0	35	35

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

9º ANO		EXAME NACIONAL A LÍNGUA PORTUGUESA						
Anos Letivos	Nº Total de Alunos	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Média
		1	2	3	4	5		
2008/2009	23	0	13	7	2	1	43,5%	2,61
2009/2010	24	2	13	9	0	0	37,5%	2,29
2010/2011	27	0	19	7	1	0	29,6%	2,33
2011/2012	33	1	21	10	1	0	33,3%	2,33

Dados comparativos a Língua Portuguesa – 2011/2012

9º ANO	Níveis					Taxa de Sucesso Global
	1	2	3	4	5	
Agrupamento	3%	63,7%	30,3%	3%	0%	33,3%
Nacional	1,1%	34,9%	46,5%	16,4%	1,1%	64,0%

Dados comparativos a Matemática – 2011/2012

9º ANO		EXAME NACIONAL A MATEMÁTICA						
Anos Letivos	Nº Total de Alunos	Níveis					Taxa de Sucesso Global	Média
		1	2	3	4	5		
2008/2009	23	0	9	8	6	0	60,9%	2,86
2009/2010	24	3	17	3	1	0	16,7%	2,08
2010/2011	27	12	11	2	2	0	14,8%	1,77
2011/2012	33	7	21	3	2	0	15,2%	2,00

9º ANO	Níveis					Taxa de Sucesso Global
	1	2	3	4	5	
Agrupamento	21,2%	63,6%	9,1%	6,1%	0%	15,2%
Nacional	7,3%	38%	25%	20,3%	9,4%	54,7%

A Avaliação Sumativa Externa diferente da Avaliação Sumativa Interna						
Ano Letivo	Decréscimo de Nível		Melhoria de Nível		Manutenção de Nível	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2008/2009	12	6	5	4	6	13
2009/2010	22	20	0	0	2	4
2010/2011	23	26	1	0	3	1
2011/2012	4	7	0	0	29	26

Capítulo V

1. MEDIDAS DISCIPLINARES NO AGRUPAMENTO - TRIÊNIO 2009-2012

Anos	MEDIDAS DISCIPLINARES - AGRUPAMENTO																										
	Medidas Corretivas			Medidas Sancionatórias																					Totais		
				Repreensão Registada			Suspensão (1 dia)			Suspensão (2 dias)			Suspensão (3 dias)			Suspensão (4 dias)			Suspensão (5 dias)			Suspensão (6 ou + dias)					
	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12
5º Anos	0	1	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	5	1	0
6º Anos	1	2	0	7	1	1	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	8	7	1
7º Anos	1	1	11	2	1	11	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6	2	23
8º Anos	0	0	1	1	0	5	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	9
9º Anos	0	0	0	0	0	5	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
CEF	0	-	-	0	-	-	0	-	-	1	-	-	1	-	-	0	-	-	1	-	-	0	-	-	3	-	-
PIEF	-	0	0	-	0	0	-	0	1	-	0	1	-	0	0	-	0	2	-	0	1	-	0	0	-	0	5
Totais	2	4	12	12	2	22	1	2	5	4	1	4	1	0	0	0	0	2	3	1	1	0	0	1	23	10	47

ltações:

- Verifica-se um aumento das medidas disciplinares, tanto ao nível das Medidas Sancionatórias (repreensões registadas e suspensões) como das Medidas Corretivas, ao longo do triénio 2009-2012;
- As medidas disciplinares são mais evidentes no 3º ciclo do que no 2º ciclo;
- No 2º Ciclo as medidas disciplinares foram tendo uma redução gradual ao longo do triénio;
- Nos 5º anos não houve nenhuma Medida Disciplinar, no ano letivo 2011/12;
- Nos 6º anos, o número de alunos com Medidas Disciplinares diminuiu muito, ao longo do triénio;
- Cerca de 42% dos alunos dos 7º anos tiveram Medidas Corretivas e Medidas Sancionatórias, no ano letivo 2011/12;
- Cerca de 27% dos alunos dos 8º anos tiveram Medidas Corretivas e Medidas Sancionatórias, no decorrer do ano letivo 2011/12;
- Cerca de 25% dos alunos dos 9º anos tiveram Medidas Sancionatórias, no ano letivo de 2011/12;
- Cerca de 35% dos alunos da turma PIEF, no ano letivo 2011/12, tiveram Medidas Sancionatórias (suspensão);

2. CONTACTOS COM OS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO – ANO LETIVO 2011/2012

CONTACTOS COM ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO - 1º PERÍODO																														
Turmas	Pré-Escolar						1º Ciclo										2º Ciclo					3º Ciclo						Total		
	Alvalade A	Alvalade B	Ermidas A	Ermidas B	S. Domingos	Vale de Água	Alvalade A	Alvalade B	Alvalade C	Alvalade D	Ermidas A	Ermidas B	Ermidas C	Ermidas D	S. Domingos A	S. Domingos B	Vale de Água	5ºA	5ºB	6ºA	6ºB	6ºC-PIEF	7ºA	7ºB	8ºA	8ºB	9ºA		9ºB	9ºC-PIEF
N.º de EE	16	18	14	14	13	12	13	19	18	19	19	20	19	16	12	7	16	15	15	18	17	2	14	13	16	17	20	16	14	442
Reunião/ Presença	14	16	13	14	12	11	13	19	16	19	18	20	17	16	11	7	14	14	12	15	-	0	11	12	11	15	11	4	10	365
Contacto (telf/carta)	14	18	13	14	12	12	13	15	18	19	1	0	0	16	12	7	16	6	5	6	-	1	7	8	15	16	5	7	14	290
Sem qualquer Presença em reuniões	2	2	1	0	1	1	0	0	2	0	1	0	2	0	1	0	2	1	3	3	-	2	3	1	4	2	9	12	4	59
Sem qualquer contacto (telf/carta)	2	0	1	0	1	0	0	4	0	0	18	0	19	0	0	0	0	9	10	11	-	1	7	4	0	1	15	9	0	112
Sem presença em reunião mas com	0	2	0	0	1	1	0	0	2	0	1	0	2	0	1	0	2	1	2	0	-	1	0	0	4	2	2	4	4	32

3. PERCURSO ESCOLAR DOS ALUNOS APÓS CONCLUSÃO DO 9º ANO DE ESCOLARIDADE – Quadriénio 2008/2012.

	Turma	N.º Alunos que Transitaram	Cursos Científicos/ Humanísticos				Cursos Profissionais								Outras Situações			Total		
			ES Santiago do Cacém	ES Aljustrel	ES Grândola	Outra	EP Grândola	EP Alvão	EP Beja	EP Serpa	ETLA	EP Odemira	IEFP (Aljustrel/Beja)	Outra	Trabalha	Desconhecida	Emigrou		Outra	
2008/2009	A	21	52%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33%	5%	10%	100%	
	EFA/B3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%	
2009/2010	A	21	71%	5%	-	5%	-	-	5%	-	-	-	-	5%	-	9%	-	-	100%	
	EFA/B3	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%	
	CEF	13	8%	-	-	-	31%	8%	-	-	-	-	-	8%	-	37%	-	8%	100%	
2010/2011	A	12	48%	-	15%	3,5%	15%	-	-	-	15%	-	-	3,5%	-	-	-	-	-	100%
	B	15																		100%
	PIEF	5	-	-	-	-	-	-	-	20%	-	-	-	40%	-	40%	-	-	100%	
2011/2012	A	18	33%	3%	7%	-	7%	-	-	-	27%	-	-	23%	-	-	-	-	-	100%
	B	12																		100%
	PIEF	6	-	-	-	-	-	-	17%	-	33%	17%	33%	-	-	-	-	-	100%	
Total		142																		
Média			42%	4%	11%	4%	18%	8%	11%	20%	25%	17%	33%	16%	-	53%	5%	9%	-	

Ilacões:

- A Direção Executiva procura informar-se sobre percurso posterior dos alunos relativamente ao seu prosseguimento de estudos/ integração na vida ativa, após a conclusão do 9º ano de escolaridade no Agrupamento de Escolas de Alvalade do Sado.

Capítulo VI

1. TAXA DE RETENÇÃO GLOBAL DO AGRUPAMENTO - Ano Letivo 2011/2012.

TAXA DE RETENÇÃO GLOBAL

**N.º Total de Alunos
Avaliados**

N.º Total de Retenções

Taxa Final

351

21

5,98%